

Ivo de Andrade Lima Filho

PRODUÇÃO DISCURSIVA
NAS PSICOSES



Ivo de Andrade Lima Filho

PRODUÇÃO DISCURSIVA
NAS PSICOSES

Recife, 2012

Editora
Universitária  UFPE

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof^a Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

Imagem de capa: Rinaldo - Tela em óleo, "Diálogo das consciências" (141x105 cm, 1992)

Design gráfico: Elvira de Paula

Catlogação na fonte:

Biblioteca Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

L732p	Lima Filho, Ivo de Andrade. Produção discursiva nas psicoses / Ivo de Andrade Lima Filho. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012. 158 p. Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado - UFPE. CAC. Letras, 2009) sob o mesmo título. Inclui referências bibliográficas. ISBN 978-85-415-0071-5 (broch.) 1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Psicanálise. 4. Psicoses. I. Título.
410	CDD (23.ed.) UFPE (BC2012-063)

Para minha mulher, Érika,
e meus filhos, Maria e Diogo

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Virgínia Leal, minha orientadora do doutorado, que demonstrou durante todo percurso da pesquisa a maestria na arte de ensinar e cuidar dos encaminhamentos necessários. Meus sinceros reconhecimentos e agradecimentos pelas trocas sempre enriquecedoras e afetivas.

À prof^ª. Edilene Queiroz, coorientadora, pela sua disponibilidade em continuar participando e discutindo sobre as questões que envolvem a clínica das psicoses, desde o período em que foi minha orientadora, no Mestrado. Minha gratidão pelo laço que nos une pelas questões da Psicanálise e da amizade.

Ao Departamento de Letras e à Coordenação de Pós-graduação em Linguística da UFPE que, através dos seus professores e funcionários, possibilita um espaço de interlocução, aprendizagem e enriquecimento significativos.

Aos colegas alunos da Pós-graduação, em especial a Rosângela, Juliana, Ricardo, Flávia, Eva, pelas horas de conversa que nunca se jogam fora e ao grupo que participou da escrita do livro: “Tópicos em cognição e linguagem”.

À Prof^ª Abuêndia Padilha com quem tive o prazer de partilhar, sobre sua coordenação e organização, a produção do livro “Tópicos em cognição e linguagem” e como aluno de sua disciplina. Pelo cuidado no trato às questões humanas que envolvem, inclusive, o processo ensino-aprendizagem.

Aos professores Sébastien Joachim e Fátima Vilar pelas imprescindíveis observações realizadas na pré-banca, defendendo novos rumos para a pesquisa, e pelas novas contribuições sugeridas na defesa da tese, juntamente com as professoras Gilda Lins e Glória Carvalho. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Às minhas amigas professoras do Departamento de Terapia Ocupacional que durante esses últimos anos têm partilhado a jornada

nem sempre fácil da vida acadêmica, e a todos os funcionários e alunos que fazem o cotidiano do nosso Departamento, meus agradecimentos.

À amiga Vera Facundes, que em diferentes momentos dividiu comigo as inquietações e as alegrias do cotidiano da vida, e sempre se colocou disponível para partilhar de novos desafios, como os enfrentados na Secretaria Estadual de Saúde.

Aos meus pacientes, com quem aprendi ser psicoterapeuta, psicanalista e terapeuta ocupacional.

Aos meus pais, que torcem, incondicionalmente, por mim.

A minha mulher, Érika, companheira de tantas horas, por estar perto na travessia difícil vivida durante o período de doutoramento, e aos meus filhos, Maria e Diogo, que tantas alegrias me proporcionam.

APRESENTAÇÃO

O diálogo entre a Psicanálise e a Linguística vem sendo tecido pelo autor ao longo de vários anos. Sempre atento à produção discursiva dos psicóticos conseguia ver nos seus modos inusitados de enunciar a heterogeneidade própria do sujeito da linguagem e do inconsciente. Este trabalho, a nosso ver, encerra um ciclo de reflexão sobre os recursos linguísticos adotados pelos psicóticos quando em situação de desenodamento do princípio de realidade.

No primeiro tempo da reflexão gerou uma monografia de especialização na qual o autor se deteve nos recursos expressivos de um paciente psicótico acompanhado por ele, durante quadro anos.

Entendendo que as trocas estabelecidas no *setting* clínico têm mais a nos dizer do que somos capazes de apreender, naquele instante, continuou a construir um saber sobre o fenômeno de injunção na psicose e sobre a possibilidade de reordenação do discurso com recursos expressivos possíveis oferecidos pela linguagem falada e escrita. Esse segundo tempo gerou sua dissertação de mestrado que tive o prazer de acompanhar. Nela, duas noções lhe são caras: a de vivência na psicose, na qual o sujeito vive uma espécie de assujeitamento aos sintomas e ao desejo do Outro e a de experiência, na qual o sujeito é agente, capaz de transformar a vivência em experiência, em discurso possível de ser transmitido e engajado numa gramática.

Esses dois tempos - de vivência e de experiência - conotam posições discursivas distintas, levando o autor a investigar as expressões discursivas que estão para além da coerência e da coesão textual. O conceito de real introduzido por Lacan está inscrito na língua, produzindo uma falha, uma fratura estrutural na linguagem que afeta o outro da interlocução. Tal fratura faz emergir os elementos pré-linguísticos que muitas vezes estão fora do âmbito gramatical e lexical da língua. É isso que faz do psicótico um estrangeiro e um estranho ao outro que não reconhece seu discurso tampouco com ele interage. Assim, no terceiro tempo de reflexão e teorização do

autor ele caracteriza o sujeito psicótico como imerso no campo da heterogeneidade de linguagem.

O autor passeia por esse caminho percorrido, sem perder sua condição de clínico, agregando a cada passagem, novos saberes num processo de suprassunção constante. Este livro é didático em dois sentidos: mostra o percurso de um saber que vai se construindo e, ao mesmo tempo, revela com maestria as nuances dos discursos psicóticos.

Edilene Freire de Queiroz

Psicanalista
Profª da UNICAP

É possível falar de um outro lugar?

A primeira vez em que li um texto escrito pelo psicólogo e professor do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco Ivo de Andrade Lima Filho, disse a mim mesma: eis um jovem talento para as artes da escrita autoral pelas nítidas inquietações a respeito das relações vincadas entre a Psicanálise, a Linguística e a Análise do Discurso em sua vertente francesa (ADF). A raridade com a qual a Linguística era brindada com estudos sobre o “extraordinário”, um lugar diferente de produção linguageira, sinaliza bem a ousadia tão cara à juventude que busca o novo quase como condição de sobrevivência. Este texto – um pequeno excerto da dissertação de mestrado – já anunciava a maestria do pesquisador o qual, tendo à sua disposição diversos programas de pós-graduação em Psicologia, veio abrigar as suas indagações, formalizadas em uma tese, no campo da Linguística. O lado autoral a que me referi diz respeito exatamente ao modo especial como trata das psicoses, já que a entende como uma forma de sofrimento psíquico que se caracteriza, basicamente, pela dificuldade e, às vezes, pela incapacidade de o sujeito fazer uso simbólico da linguagem. É o humano, demasiadamente humano, quebrando as fronteiras da neutralidade da pesquisa científica...

A obra que tenho a satisfação de apresentar ao público é o resultado de sua tese de doutorado intitulada *Produção discursiva nas psicoses*, defendida em 2009 no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco. Neste caso, uma produção escritural madura, resultado de quatro anos de dedicação laboral, buscando descrever e interpretar o processo de construção do discurso nas psicoses. Ivo de Andrade Lima Filho levou muito à sério os conselhos do grande linguista russo Roman Jakobson, sem se comprometer com as suas orientações teóricas, quando disse ser da alçada da Linguística todo tipo de estudo que envolva a linguagem:

em *statu nascendi*, em desenvolvimento e em dissolução. Jakobson dedicou alguns escritos aos problemas da afasia e da aquisição da linguagem, não sem passear também pelo campo literário. Pois bem: a linguagem infantil, a linguagem patológica e a linguagem literária são lugares privilegiados de interrogação sobre a própria linguagem, mas nem sempre evidente à maioria dos linguistas que preferem o conforto da pesquisa sobre a linguagem “ordinária”!

Umberto Eco, em **A busca da língua perfeita**, fala de uma categoria “saborosíssima” que é a dos “loucos da linguagem” e nos diz que “a história das línguas perfeitas é a história de uma utopia, e de uma série de fracassos” (p. 38). Claro que ele não se refere à questão das patologias da linguagem, mas da origem e classificação das línguas no mundo. No entanto, fica uma constatação muito interessante que é, de certo modo, a da existência do sujeito, a do sujeito perfeito. Então, problematizar a questão do sujeito pela via da linguagem e de seus estranhamentos é o que faz nessa obra Ivo de Andrade Lima Filho, com muita competência, ousadia e simplicidade, não sem cuidar do rigor acadêmico a que se submete a escrita de uma tese.

A comunicação estranha, o diálogo que incomoda, a fala que subverte são as provas de uma realidade que falha de modo constitutivo. O equívoco é condição de existência da língua e do sujeito; e quando este equívoco assume a face de resistência, é preciso encontrar o seu lugar sob pena de não se saber de que forma se produz sentido, de que modo os seus efeitos transbordam, de maneira os trajetos das ressignificações são traçados... Ivo de Andrade Lima Filho, com uma já larga experiência no *setting* clínico, vai fundo nestas questões tão caras à Psicanálise e à Análise do Discurso, ao tratar da heterogeneidade da linguagem, sob uma ótica lacaniana. Para ele, o Real da linguagem e o Real da língua foram diferenciados do real que eclode nas produções discursivas de sujeitos psicóticos. E mais: ao descrever e interpretar o processo de produção discursiva nas psicoses, procura deixar claras as distinções e diferenciações entre as noções do Real, do Simbólico e do Imaginário, propostas por Lacan, como registros que orientam traços especiais desses discursos. São discursos que incomodam o

interlocutor, mas de modo paradoxal: com efeitos de estranhamento e, ao mesmo tempo, de familiaridade.

Neste ponto, o autor foi buscar em Freud a base teórica de que precisava para analisar os excertos dessa linguagem: a noção de estranho-familiar (*Das Unheimliche*). É o estranho que habita em nós, apropriando-me de uma expressão de Kristeva, a propósito de uma outra reflexão, é verdade, que é a do “*étrangers à nous même*”. Nada do que está em nós nos é estranho, notadamente quando experimentamos a estranheza que faz algo de familiar ficar como resíduo.

O trabalho investigativo do pesquisador Ivo de Andrade Lima Filho sinaliza a necessidade de mais investigações sobre as particularidades de um discurso, especialmente porque fugindo do “ordinário” nos dá a dimensão de que necessitamos para alicerçar o “extraordinário”. Uma excelente leitura em tempos “líquidos”, e que responde à indagação inicial: sim, é possível falar de um outro lugar!

Virgínia Leal

Analista de Discurso

Prof^ª do Departamento de Letras da UFPE

INTRODUÇÃO

Na época da realização do curso de mestrado, fui motivado pela experiência clínica com pacientes psicóticos e sua capacidade de problematizar o processo de construção do discurso. Um paciente que eu havia acompanhado durante quatro anos me fez pensar na especificidade do percurso tortuoso vivenciado por ele ao fazer uso de diferentes possibilidades de linguagens. Refiro-me às “diferentes possibilidades de linguagens”, pois naquela época o espaço terapêutico era constituído não só das presenças do terapeuta e paciente, mas também de diferentes recursos expressivos que possibilitavam a produção de textos escritos, desenhos, jogos, enfim. O próprio espaço terapêutico, ou melhor, o campo clínico da Terapia Ocupacional era munido de materiais que facilitam e proporcionam ao sujeito em vivência psicótica a ocasião de expressar-se, de escrever sua história através destes recursos. Neste sentido, o vivido na experiência clínica era registrado e/ou plasmado nos materiais utilizados, produzindo formas e compondo uma história – a história de um sujeito, cuja característica principal é encontrar-se com sua capacidade simbólica bastante comprometida, devido ao sofrimento psíquico no qual estava submergido.

A psicose é uma forma de sofrimento psíquico que se caracteriza basicamente pela dificuldade e, às vezes, pela incapacidade de o sujeito fazer uso simbólico da linguagem, ou seja, devido à falha simbólica na constituição do sujeito. Marcado pela intensa desarticulação entre o pensar, o sentir e o agir no mundo, o sujeito numa vivência psicótica apresenta uma maneira assimbólica de usar signos linguísticos e não linguísticos.

Foi resgatando o material clínico do paciente (escritos, desenhos, rabiscos, etc.) que foi possível escrever a dissertação de mestrado e refletir sobre diferentes possibilidades enunciativas. O caso clínico serviu como inspiração para problematizar o processo discursivo nas psicoses, tomando a psicanálise como disciplina mestra na condução desta problematização. Um fato importante é que no decorrer da pesquisa se descobriu referências bibliográficas

relativas à articulação entre a Psicanálise e a Linguística, o que contribuiu não somente para aprofundar a discussão sobre o objeto da pesquisa, mas também para suscitar novas reflexões e questões que, inclusive, inspiraram a construção da tese de doutorado e que, agora, se transforma em livro.

No *corpus* clínico escolhido para a pesquisa da dissertação, observei que o paciente no início de seu tratamento se utilizava da escrita para iniciar a construção de sua história. Devido ao fato de estar numa crise psicótica, sua escrita era preponderantemente marcada por rabiscos, riscos e palavras soltas, demonstrando, naquele momento, a impossibilidade de fazer uso da linguagem escrita de forma que fosse possível articular as palavras e formar textos gramaticalmente organizados. Isso se devia ao fato de estar, segundo relato do mesmo, dentro de uma “batalha”, a saber, a referência à batalha era frequente, sendo expressa pelo seu corpo: ele costumava atirar objetos na parede como se estivesse jogando um míssil; rabiscava signos bélicos e dizia que estava numa guerra. A condição em que se encontrava demonstra certa modalidade de funcionamento psíquico em que a realidade interna, subjetiva, se assenhora da realidade externa, comprometendo o trânsito entre os mundos externo e interno.

No decorrer do trabalho terapêutico houve uma série de deslocamentos destes signos “bélicos” expressos nos diferentes¹ recursos de linguagens. Posteriormente, foi possível ao paciente iniciar a produção de textos, integrando a escrita ao desenho e à fala para narrar a passagem de estar sucumbido a uma batalha para a posição de narrar a sua própria batalha. A imagem da batalha foi se transformando numa história, cujo narrador pôde relatar e registrar sua própria batalha no enfrentamento ao surto, ao tratamento psiquiátrico e ao retorno às atividades cotidianas que por um bom período estavam comprometidas, ou seja, estava afastado delas.

Conforme afirmado acima, a experiência clínica com pacientes psicóticos – e mais especificamente o caso clínico

¹ Para Ostrower (1987) o Homem se comunica através de diferentes formas de linguagem que se constituem de signos específicos: os musicais, os plásticos, os gráficos, etc. A linguagem é uma realidade heteróclita e complexa que envolve a comunicação e a expressão humana.

destacado – foi o que motivou o trabalho de mestrado em psicologia clínica, cuja linha de pesquisa foi a Psicopatologia Fundamental e Psicanálise. O objetivo era descrever a construção do discurso nas psicoses, refletindo sobre as particularidades em que se dá tal discurso. Ao final da dissertação se constatou a importância do terapeuta se aventurar e navegar pelos labirintos discursivos do paciente. Foram essencialmente discursos metonímicos, destituídos muitas vezes de sentido e, por isso, de difícil compreensão. Tal empreendimento e disponibilidade do terapeuta são essenciais para que possam surgir das desarticulações produzidas possibilidades enunciativas singulares.

Haviam sido descobertas certas interfaces entre a Linguística e a Psicanálise: certas articulações entre esses dois campos de saber, deixando o pesquisador com a sensação que havia muito mais a se pensar sobre as especificidades do discurso do sujeito numa vivência psicótica.

Naquela dissertação, tomei uma posição que me parece relevante para o presente estudo: articular o fenômeno psicótico aos conceitos de vivência e experiência linguísticas. Essa articulação é essencial, pois frequentemente se observam certos posicionamentos e comentários de analistas e/ou terapeutas que referem o psicótico como estando fora da linguagem, incapaz de metaforizar. Diante de tantas considerações sobre os fenômenos psicóticos, relaciono a noção de vivência ao estado psíquico em que o sujeito se encontra, sucumbido a uma série de acontecimentos ou sintomas psicóticos. A vivência psicótica caracteriza-se pelo assujeitamento a esses sintomas, dificultando e, muitas vezes impossibilitando o sujeito de criar e/ou recriar um estilo de existência. Quanto ao conceito de experiência, ele pressupõe a possibilidade de o sujeito deslocar-se da posição de assujeitamento aos sintomas psicóticos para a posição em que possa produzir um estilo de existência. Dito de outra maneira, assumo uma posição, enquanto terapeuta e pesquisador, que nas psicoses há frequentemente a possibilidade de haver deslocamentos subjetivos significativos, ou seja, é possível transformar a vivência em uma experiência, embora reconheçamos que essa transformação não garanta que o sujeito não venha a ter um outro surto. Neste sentido, a experiência pressupõe tanto algumas elaborações do

vivido, quanto a produção de uma escritura: a escrita de um nome através da produção de uma obra e/ou da reinvenção do cotidiano.

Alerto aos leitores que utilizarei o termo vivência psicótica ao longo deste livro para descrever não só o estado psíquico em que se encontram tais sujeitos, mas também da posição discursiva em que se estão. Neste estado, o que se sobressai são fragmentos de textos, dificuldade de se entender o que está sendo expresso pelo sujeito, prevalência de signos pré-linguísticos ou protossimbólicos e prevalência de coisas irrepresentáveis ou de signos que remetem ao Real lacaniano.

O texto da dissertação, semelhantemente a toda produção intelectual, deixou em aberto questões importantes a serem pesquisadas e aprofundadas posteriormente à sua apresentação. A primeira grande questão diz respeito ao estranhamento das produções discursivas² dos pacientes numa vivência psicótica. Com frequência, os textos produzidos pelos pacientes nesta condição de sofrimento psíquico tendem a inquietar os interlocutores pela especificidade de como são narrados e/ou expressos. Nossa primeira hipótese é a de que estes textos trazem à cena discursiva elementos irrepresentáveis da constituição da linguagem, a saber, na vivência

² Embora sejam vastas as orientações teóricas que abordam sobre o conceito de Discurso, Texto e Enunciação no interior da Linguística, são de grande valia as orientações da Análise do Discurso de orientação francesa que através de Pêcheux (1990) situa o discurso no nível intermediário entre a singularidade e a universalidade, devendo ser “estudado enquanto um conjunto de mecanismos formais responsáveis pela sua produção (processos de produção) e com referência às condições de produção” (FLORES, 1999, P.93). Quanto ao conceito de Enunciação, a contribuição de Benveniste nos parece interessante na medida em que enunciar é colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização. Neste sentido, enunciar é transformar a língua -mera virtualidade - em discurso. Para Flores (1999) o discurso termina sendo uma enunciação, “cuja marca é a presença da subjetividade linguisticamente identificável”. Quanto à noção de Texto, para nosso estudo, articularemos ao objeto formalmente construído pelo enunciador. Dessa forma, quando nos reportarmos aos fragmentos clínicos (as narrativas dos pacientes) denominaremos de texto e quando se remeter aos signos-coisa ou às imagens expressas nos fragmentos clínicos, denominaremos de enunciações. As produções discursivas dos pacientes psicóticos englobam as produções textuais e as enunciações, conforme serão discutidas no capítulo quatro e cinco. Discurso, Enunciação, Texto, será trabalhado levando em consideração à concepção lacaniana que introduz a ideia do Real da linguagem.

psicótica o interlocutor e/ou leitor é interpelado e afetado pelo pré-linguístico ou, conforme refere Kristeva (2005), pelo genotexto do simbólico. Para a autora, o processo de significância é complexo, pois o texto é constituído tanto pelos elementos gramaticais, linguísticos propriamente ditos, e por elementos semióticos diversos, produzindo efeitos também diversos sobre os interlocutores. Neste sentido, Kristeva (2005, p.10,11) lembra que

Mergulhado na língua, o *texto* é, por conseguinte, o que ela tem de mais estranho: aquilo que a questiona, aquilo que a transforma, aquilo que a descola de seu inconsciente e do automatismo de seu desenvolvimento habitual. Assim, sem estar na *origem* da linguagem e eliminando a própria questão de origem, o *texto* (poético, literário ou outro) escava na superfície da palavra uma vertical, onde se buscam os modelos dessa *significância* que a linguagem representativa e comunicativa *não recita*, mesmo se os marca. Essa vertical, o texto a atinge à força de trabalhar o *significante*: a imagem sonora que Saussure vê envolver o sentido, um significante que devemos pensar aqui também no sentido que lhe deu a análise lacaniana (grifos da autora).

Para Kristeva (2005), o texto é o que tem de mais estranho na língua, devido aos diferentes elementos simbólicos ou não que o constitui. Parece que sua estranheza se torna complexa quando seu autor está com sua capacidade de simbolização e representação bastante comprometidas. Inferimos que, devido à impossibilidade de partilhar simbolicamente a vivência em que se encontra o sujeito psicótico e pela soberania do Real – o impossível de ser representado e o que não cessa de não se inscrever –, o discurso produzido durante a vivência psicótica tem particularidades que merecem ser discutidas ao longo deste trabalho. Neste sentido, nosso objetivo é descrever e interpretar o processo de construção discursiva nas psicoses, diferenciando as noções do Real, do Simbólico e do Imaginário como registros que orientam características específicas de produções discursivas e, destacando ainda, como estes discursos afetam a interlocução.

Se, na vivência psicótica, se observa o fracasso em fazer uso simbólico da linguagem, supomos que a soberania do Real nesta

vivência produz discursos que escapam às análises linguísticas formais. Isto se deve ao fato de que nas psicoses os discursos têm como característica principal a apresentação de uma verdade literal, falhando em produções metafóricas. Como consequência desta característica, supomos que estes discursos não podem ser tratados e/ou analisados à luz das pistas de contextualização referidas por Gumperz (1998, p.100), por exemplo. Para este autor, “pista de contextualização são todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais”. Embora sejam universais, as pistas de contextualização sofrem alterações dentro de um determinado contexto social. Os interlocutores, desse modo, tendem a se utilizar destas pistas para favorecer o outro da interlocução entender o que se está sendo enunciado. Na vivência psicótica, a interação é feita através de pistas irrepresentáveis e literais, gerando estranheza ao outro da interlocução.

Como primeira questão, sugiro que a estranheza que o neurótico experimenta na interação com o discurso de sujeitos numa vivência psicótica está relacionada com a familiaridade que o mesmo tem com as características destes discursos, ou seja, durante o período que antecede a aquisição ou entrada no mundo da linguagem, todos vivenciam um conjunto de sinais e signos pré-linguísticos prevalecendo sobre a organização simbólica e linguística propriamente dita. Neste período, o aparelho psíquico vai se estruturando em paralelo à possibilidade de fazer uso simbólico da linguagem. Veremos que ao neurótico foi possível recalcar diferentes elementos pré-linguísticos, permanecendo estrangeiro ao mesmo. Quanto à estruturação psicótica, ao contrário do neurótico, os elementos ou signos pré-linguísticos tomam a cena discursiva e provocam nos neuróticos o estranhamento de lhes ser apresentado o familiar um dia recalcado. Para discorrer sobre o efeito da estranheza provocada no neurótico pelo texto advindo da vivência psicótica, remetemos ao conceito freudiano *Das Unheimliche* (1919), traduzido como o Estranho-Familiar. Esse texto freudiano será fundamental para discutir o efeito da estranha familiaridade.

Estabelecemos como estratégia metodológica a utilização de fragmentos discursivos de sujeitos acompanhados terapeuticamente pelo pesquisador. Esses fragmentos serão apresentados ao longo do

trabalho e são o *corpus* da pesquisa, subsidiando a discussão sobre a complexidade da linguagem e os efeitos dela sobre a linguística e a Análise do Discurso. Ressalta-se, assim, que não haverá um capítulo de análise dos dados, uma vez que se trata de uma pesquisa teórica que se utilizará de fragmentos clínicos, distribuídos ao longo do texto, para problematizar as especificidades do texto-discurso nas psicoses. Lembramos que os fragmentos discursivos são de sujeitos que estão com suas capacidades simbólicas comprometidas, justificando a escolha de teorias que consideram a dimensão irrepresentável da linguagem para fundamentar e contribuir na análise do dado.

Nesta perspectiva, reportamos ao artigo de Possenti (1996) *O dado dado e o dado dado*, que, ao brincar com a palavra “dado”, discute os sentidos que a mesma pode ter na ciência. No campo da Análise do Discurso, o analista pode se debruçar sobre os dados mais facilmente analisáveis, principalmente aqueles oriundos de uma linguagem institucionalizada e marcada por uma determinada orientação ideológica, que, na perspectiva do autor, serve apenas para confirmar as hipóteses da teoria — é o “dado rentável”. Adverte o autor que a Análise do discurso francesa “deveria debruçar-se hoje sobre o dado mais próximo possível da linguagem ordinária” (POSSENTI, 1996, p. 199). Nesses casos se está diante de um “dado crucial”, capaz de colocar em xeque a teoria.

Os fragmentos discursivos de sujeitos em vivência psicótica é o dado de nossa pesquisa, porém, com a característica de eles fugirem da “linguagem ordinária”. Neste sentido, pensamos que nosso estudo possa contribuir tanto para a Linguística e para a Análise do Discurso que se interessa por discursos que “fogem do ordinário” (literatura, loucura, aquisição da linguagem, psicose, etc.), quanto por descobertas que possam fazer questões a algumas teorias dessas disciplinas. Para tanto é necessário articular o dado da pesquisa ao conjunto de orientações teóricas que favoreçam a discussão sobre a produção discursiva nas psicoses.

O aporte teórico que fundamenta a discussão em tela advém dos campos da Psicanálise, da Linguística e da Análise do Discurso. O trabalho interdisciplinar, no diálogo permanente entre diferentes campos de saber, enriquece cada área específica e possibilita novos

conhecimentos fruto destas interlocuções. Para ilustrar a contribuição ao objeto deste estudo, vale lembrar de recentes publicações de linguistas sobre o fenômeno discursivo de psicóticos. Destacam-se as contribuições de Schäffer (2002, 2005), Flores (2002, 2005), Barbisan (2002), Teixeira (2002), Nóbrega (2002) que apresentam valiosas contribuições sobre a denegação na neurose e na psicose. Nestes estudos as articulações entre os campos da psicanálise e da linguística são trabalhadas tomando a fala do psicótico como corpus da pesquisa. Esses autores questionam, dentre outras coisas, a especificidade do discurso psicótico e perguntam: “qual é o estatuto de ‘signo’ pertinente ao discurso psicótico?”; como funciona o processo psicótico quando o sujeito toma a palavra pela “coisa”, ao invés de fazê-lo como “palavra-signo”?; que deslocamentos a linguística tem de fazer para dar conta do modo como opera o signo no discurso do psicótico?; como a linguística explicaria a metáfora da “palavra-coisa”?” (SCHÄFFER, FLORES, BARBISAN, 2002, p.67).

São questões como estas que também interessam aos linguistas, contribuindo para o desvelamento, sempre parcial, é certo, dos enigmas que a vivência psicótica coloca para a Linguística e para a Psicanálise. Partindo de questionamentos de linguistas, a fala, a escrita, enfim, o texto e o discurso de sujeitos na vivência psicótica são um objeto investigativo significativo, pois sugerem outras possibilidades de se pensar a estruturação da língua, da construção de metáforas, metonímias e da utilização da denegação, que os estudos linguísticos fortemente marcados pela visão estruturalista têm bastante dificuldade em apreendê-lo.

Para discutir e articular o fenômeno do estranho-familiar nas produções textual-discursivas, iniciaremos refletindo sobre as teorizações externas ao campo da Linguística, mas que contribuíram para a problematização do objeto língua e da linguagem de uma forma geral. Neste sentido, faz-se necessário discorrer sobre a constituição heterogênea da linguagem a partir da influência que a psicanálise exerceu sobre os estudos linguísticos. Articular a Linguística à Análise do Discurso e à Psicanálise tem aqui o objetivo de contribuir e preparar um campo teórico heterogêneo que possa tentar responder as questões particulares que o texto-discurso de sujeitos psicóticos apresenta.

Ressalta-se, no campo da psicanálise, a contribuição da dimensão do irrepresentável ou do Real lacaniano inscrito na linguagem e na língua. Essa dimensão, inclusive, contribuiu para pensar o texto como um objeto aberto e nunca acabado. Diferentemente da visão estruturalista, fechada, de se conceber o texto como objeto passível de ser apreendido e interpretado na sua totalidade, o Real lacaniano contribuiu para se pensar no impossível de ser apreendido quando se realiza o trabalho da análise do texto/discurso. Devido à especificidade do Real que produz uma obra aberta, é que aos analistas do discurso foi dado um desafio ainda maior: realizar seu trabalho investigativo sabendo que muita coisa escapa à sua análise.

O que escapa à análise é paradoxalmente o que move o discurso para além do dado apresentado e/ou significado. Daí pensarmos na heterogeneidade constitutiva da linguagem e da língua engendrada pelos signos linguísticos e pré-linguísticos. Partir desta posição, discutida no segundo capítulo, colabora no mergulho que faremos no terceiro capítulo em que o discurso nas psicoses apresenta signos do Real, caracterizados pela dificuldade em acolhê-los, significá-los e interpretá-los. Caberá nesta parte também estabelecer a distinção entre os efeitos do Real no texto trabalhado pelo poeta e/ou escritor, por exemplo, de um discurso onde o Real toma a cena discursiva na vivência psicótica. Há diferenças entre produzir um discurso sobre a primazia do Simbólico e sobre a primazia do Real. É importante que essas diferenças sejam destacadas, inclusive, para problematizar a especificidade do estranho-familiar e da forclusão da negação nas psicoses.

A forclusão da negação discutida na psicanálise é lembrada pelos estudos linguísticos interessados pelo “discurso psicótico”. Segundo Schäffer, Settineri, Barbisan, Teixeira, Nóbrega, Flores (2002) o “não”, enquanto forma linguística, está presente na fala dos psicóticos, porém o seu funcionamento parece não estar. Isso se deve ao fato de que, devido à falha no processo de simbolização, a negação enquanto operadora do recalque falhou, havendo a forclusão da negação, responsável pela clivagem do psicótico e pelo estranhamento que percebemos quando estamos interagindo com estes textos/discursos.

O mecanismo próprio das psicoses, - a forclusão ou foraclusão - será discutido para diferenciá-lo do mecanismo do recalque relativo à estruturação neurótica. Isso se faz necessário, pois esses mecanismos têm efeitos diretos sobre a possibilidade de o sujeito fazer uso simbólico da linguagem ou não. Porém, um alerta é necessário ser feito: embora se faça uso das compreensões das estruturas neuróticas e psicóticas, pensamos que essas estruturas têm pontos de contato uma com a outra, o que colabora na afirmativa de que há sujeitos psicóticos com características neuróticas e vice-versa. O psiquismo humano é muito mais um caleidoscópio de mecanismos diversos do que uma estrutura articulada e fechada. Semelhantemente ao psiquismo humano, a linguagem também é constituída de elementos que nos remete para um além da comunicação de mensagens passíveis de serem codificadas e interpretadas, e o Real é o irrepresentável que insiste em se apresentar aos sujeitos durante o trabalho incansável da enunciação.

Para problematizar essa insistência da apresentação do Real no discurso, discutiremos no quarto capítulo alguns fragmentos discursivos onde foi possível observar a mostr(ação) dos signos do real em três situações específicas:

a) Quando o real habita o corpo do sujeito e produz enunciações que são articuladas à dimensão pré-lingüística;

b) Quando o real é sistematizado na/ pela metáfora delirante e constrói uma verdade particular do sujeito de difícil compartilhamento com o outro (interactante). Durante o processo de sistematização da metáfora delirante, os signos do real ora se desvelam, ora se velam até o enunciador firmar sua crença tecida por esses signos com os do imaginário e do simbólico;

c) Quando foi possível a transformação dos signos do real em uma metáfora *sinthomática*. Tal noção é alusiva à concepção lacaniana de *Sinthome* e se refere à possibilidade do enunciador recriar seu estilo de existência e fazer uso da linguagem e da língua.

No quinto e último capítulo, articularemos em cada situação em que os signos do real se mostram à experiência da estranha-familiaridade entre os interactantes neuróticos e psicóticos imersos na linguagem. Nosso propósito é realçar que a estranheza que o

neurótico experimenta diante do discurso nas psicoses se deve, em parte, à mostr(ação) dos signos irrepresentáveis que estão inscritos nos dois e compõe o conjunto de signos que são estrangeiros ao neurótico.

Diante da complexidade que tal fenômeno se apresenta, faz-se necessário articular, inicialmente, os campos da Linguística, da Psicanálise e da Análise do Discurso, com o objetivo de, a partir da concepção da Linguística Estrutural adentrar numa perspectiva discursiva heterogênia que favoreça o presente estudo. E é isso que veremos no primeiro capítulo.

1 Trilhando pela Linguística, Análise do Discurso e Psicanálise

1.1. Algumas questões sobre a Linguística

Indiscutivelmente, podemos afirmar que cabe a Saussure, na história da constituição da ciência Linguística, um lugar de destaque quanto à formulação dos conceitos e definições essenciais que constituíram tal ciência. Podemos também afirmar, a partir das posições de diferentes autores que versam sobre o tema, que Saussure, filho do tempo em que as disciplinas do conhecimento reivindicavam um lugar de reconhecimento científico, toma a língua como o objeto de investigação, trabalhando no intuito de delimitar um campo específico de estudo. Tal empreendimento é influenciado pelas concepções positivistas que tanto determinaram e caracterizaram as orientações no campo do pensamento, da pesquisa e da delimitação de objetos de estudo em diferentes áreas do saber no final do século XIX e início do século XX.

As posições teóricas do mestre, discutidas e analisadas pelos seus discípulos no *Curso de Linguística Geral* (CLG), são uma referência à ciência linguística, uma vez que se observa a preocupação do autor em delimitar o objeto de estudo, definindo conceitos importantes como, por exemplo, língua, linguagem, fala, signo, valor, etc. Concomitante ao trabalho de definição dos diferentes conceitos primordiais, Saussure estabelecia o que deveria pertencer ou não ao campo da Linguística.

Embora com frequência Saussure seja lembrado como um autor que sistematizou o objeto língua para fins de pesquisa linguística, não se deve esquecer dos pontos de tangenciamento que a língua, entendida como um sistema de signos, estabelece com outros signos no seio da vida social. Arrivé (1999, p.35) lembra que “Para Saussure, não há signos fora dos sistemas que eles constituem”. Essa afirmativa tem consequências significativas para a instalação da *Semiologia*.

Na instalação da semiologia que ele acaba de fazer, é preciso, evidentemente, ler sempre a palavra signos como estenografia de sistemas de signos. E a vida destes não é sua evolução no tempo, mas o modo como eles funcionam '*no seio da vida social*'. Quanto à lista de exemplos que ele dá, notam-se dois tipos de sistemas de signos: os primeiros (a escrita, o alfabeto dos surdo-mudo) são derivados de um sistema de signos primeiro, o da língua, que eles têm por função manifestar em outra substância, visível (as letras e os gestos), ao invés de ser audível (os sons da voz) (ARRIVÉ, 1999, p.35).

Além destes, Saussure lembra os sistemas de signos não-linguísticos que podem ser objetos da futura Semiologia.

Na passagem descrita acima por Arrivé, observamos o reconhecimento de Saussure das dimensões do signo (linguísticos e não-linguísticos). Porém, seu trabalho era o de delimitar as dimensões que seriam de interesse para a Linguística. É assim que define o signo linguístico, como o que une um conceito e uma imagem acústica, diferentemente da ideia de signo que une uma coisa ao nome. Ao estabelecer essa definição, Saussure não só se posiciona como autor de um pensamento, como também define a concepção de signo para a Linguística.

A consequência deste movimento em torno da delimitação do conceito do signo linguístico é destacada aqui como uma passagem emblemática em que, paradoxalmente, quando se delimita um conceito, rejeita-se outra posição teórica e conceitual.

Da mesma forma como foi rejeitada a ideia de signo como o que une a coisa ao nome, observa-se nas posições do autor outras rejeições significativas: rejeição ao símbolo, ao sujeito e à subjetividade. Para Arrivé (1999, p.47), Saussure exclui o símbolo do inventário dos objetos linguísticos, comentado numa passagem em que Saussure havia afirmado que "a língua é um sistema de signos, sem contaminação pelo símbolo". A ideia de arbitrariedade do signo e da sistematicidade da língua não tem lugar para o símbolo e para o sujeito e sua subjetividade.

Flores (1999), discorrendo sobre as preocupações de Saussure em delimitar a língua como o objeto a ser investigado pela linguística,

lembra as definições de língua, linguagem e fala em que o autor reconhece não só outros signos para além dos linguísticos, como também a complexidade da linguagem e a utilização individual que o sujeito faz da língua. Porém, é de interesse do autor circunscrever seu campo de investigação ao da língua.

O conceito saussuriano de linguagem é amplo e, segundo Flores (1999, p.26), ela “teria um lado social e um individual dialeticamente articulados, implicando concomitantemente um sistema estabelecido e uma evolução”. Neste sentido, a linguagem é uma realidade heteróclita e multiforme, motivo pelo qual Saussure sugere que o pesquisador se detenha no que é essencial que é a língua, entendida como um “produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1975, p.17).

Neste sentido, a língua é diferente da linguagem, e Saussure (1975) sugere ainda que, para isolar a língua do todo – que é a linguagem – é necessário o ato individual da comunicação, denominado de fala. Em resumo, pode-se afirmar que a língua é o objeto da linguística caracterizado pela regularidade, convencionalidade e sistematicidade de signos, identificável no interior da irregularidade da linguagem. Tal posição do autor inaugura uma concepção da Linguística estrutural, caracterizado pelo domínio circunscrito ao UM, ou seja, a base epistemológica e metodológica da Linguística Estrutural pressupõe um paradigma que prima pela exclusão, do interior do sistema, do equívoco, da desmesura e dos signos não-linguísticos.

As rejeições do autor parecem também ter consequências importantes para as construções posteriores em torno dos estudos sobre a língua e a linguagem. Mesmo não sendo intenção descrever as consequências do trabalho de Saussure em rejeitar diferentes perspectivas, vale apenas destacar que o rejeitado frequentemente retorna para fazer novas questões às teses e/ou posições teóricas apresentadas.

Neste sentido, cabe situar, mesmo que superficialmente, as orientações teóricas exteriores ao paradigma estruturalista da linguística, uma vez que eles contribuíram e contribuem

para complexificar o próprio objeto de estudo da linguística e as pesquisas em torno dos fenômenos da linguagem. Uma primeira questão das orientações externas ao campo da Linguística Estrutural é o fato de nelas se encontrar o sujeito e sua subjetividade, ou seja, nelas se encontram as representações do outro, da alteridade, do irrepresentável, do Real, enfim, através destas orientações teóricas foi possível introduzir na regularidade do sistema linguístico – o UM –, a irregularidade representado pelo não-UM.

1.2. Movimentando-se para o exterior da Linguística: a contribuição da Análise do Discurso

O movimento para a exterioridade da Linguística Estrutural produziu, entre outras coisas, a possibilidade de introduzir o sujeito nos estudos linguísticos. Porém, como afirma Flores (1999, p.49),

A linguística constituiu-se como um domínio circunscrito somente a partir da célebre dicotomização língua/fala e da concepção de signo sobre as quais se singulariza o objeto de investigação. Uma consequência disso é a exclusão, do interior do objeto, de uma série de problemas que mesmo relacionados com ele, nada dizem do ponto de vista do qual fala Saussure. O ponto de transbordamento da Linguística Estrutural é o sujeito. Disso nada se diz por que ele não é um ponto de interrogação para a teoria.

Para este autor, o sujeito ficou fora dos estudos linguísticos estruturalistas, devendo buscar em estudos e autores externos à linguística os fundamentos necessários para se pensar e problematizar o sujeito de linguagem. O autor lembra a contribuição de Authier-Revuz (1982) que recorre ao círculo de Bakhtin e à psicanálise freud-laciana para tratar das noções de heterogeneidade mostrada e constitutiva da linguagem, da contribuição da teoria do dialogismo de Bakhtin, da escola francesa de Análise do Discurso, da teoria da *lalangue* desenvolvida por Milner a partir da psicanálise laciana e do problema do indizível em filosofia da linguagem, como perspectivas teóricas que têm contribuído para introduzir o sujeito e a subjetividade nas pesquisas sobre as produções de linguagem.

Embora não seja objeto deste estudo descrever detalhadamente cada contribuição referida acima, uma vez que é encontrada em diferentes autores da linguística, cabe apenas afirmá-las e lembrá-las aqui como importantes para o deslocamento necessário a ser feito do UM ao não-UM, ou seja, da língua como sistema da totalidade para a ideia de língua como estrutura inacabada na qual se inclui a dimensão do irrepresentável ou, em termos lacanianos, do Real.

Para o presente estudo destacamos a contribuição da Análise do Discurso de orientação francesa e da Psicanálise como disciplinas que contribuíram e contribuem para estas problematizações. Justifica-se a escolha, pois nelas se encontram os fundamentos necessários para contextualizar a linguagem na perspectiva da complexidade que inclui o sujeito e sua incompletude.

A Análise do Discurso é um campo vasto, influenciado pelo materialismo histórico, pelas concepções de Foucault e pela Psicanálise. Na origem da disciplina, Pêcheux, conforme afirma Teixeira (2005), elabora o conceito de discurso para problematizar a dicotomia língua/fala, inaugurando uma nova compreensão de linguagem para além do imanentismo em que se encerrou a linguística estrutural.

Antes da contribuição que a Psicanálise faria à Análise do Discurso e mais especificamente ao próprio entendimento sobre o conceito de discurso, conforme veremos adiante, é importante ser lembrada a dispersão do conceito de discurso discutido por Maingueneau (1989), devido às diferentes disciplinas que influenciaram o próprio campo da Análise do Discurso. O autor trabalhará com a noção de “formação discursiva” de M. Foucault, cuja definição é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (MAINGUENEAU, 1989, p. 18).

A formação discursiva e as condições de produção influenciaram diferentes pesquisas na área, porém coube a Pêcheux distanciar a ideia de discurso das orientações do marxismo histórico e foucaultiano. Pêcheux critica a análise de conteúdo clássica e

bastante utilizada na época pelas ciências sociais; e, conforme afirma Teixeira (2005, p. 172), o projeto de Pêcheux “de uma análise automática do discurso se dá como uma alternativa às técnicas de análise de conteúdo”.

Interessa destacar que é só a partir da posição de um autor, ou melhor, de sua descoberta e sistematização, que é possível avançar e criar novas perspectivas, novas variantes. Segundo Teixeira (2005, p.27), a trajetória de Pêcheux em torno da constituição dos fundamentos desta disciplina retrata a busca pelo que excede a sistematicidade da língua. A autora diz que Pêcheux, ao longo de seu percurso, tinha como objetivo “o de buscar construir objetos discursivos na dupla tensão entre a sistematicidade da língua e a interdiscursividade. Em outras palavras, o trabalho de Pêcheux oferece uma alternativa para abordar a relação da língua com aquilo que a *excede*”.

O percurso deste autor, caracterizado por manter a tensão necessária entre a sistematicidade da língua com o que a excede, possibilitou que na última fase da Análise do Discurso, conhecido como ³AD3, haja

desenvolvimentos teóricos que abordam a *heterogeneidade enunciativa*, tematizando as formas linguístico-discursivas do discurso do outro: discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito, colocado em cena como um outro (as diferentes formas de *heterogeneidade mostrada*); mas também e sobretudo as indicações contidas na AD3 insistem num “além” interdiscursivo cujo controle escapa ao sujeito (TEIXEIRA, 2005, p.27).

Embora Pêcheux não tenha abandonado sua filiação a Saussure, afirmando que o discurso não substitui, mas se apoia

³ Não nos deteremos ao período em que Pêcheux não considerava a incompletude do sentido no discurso, período da análise do discurso anterior a AD3. Conforme afirma Teixeira (2005, p. 16), a obra do autor é marcada por três épocas: “a primeira centrada na exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural; a segunda, voltada para o estudo do entrelaçamento desigual dos processos discursivos”. A terceira, a chamada análise de discurso 3 - AD3 e que nos interessa no momento é a época em que o autor trata da incompletude do sentido influenciada pela psicanálise lacaniana.

no objeto língua, sua incursão em introduzir o sujeito desemboca na ideia de que o discurso e o sentido caracterizam-se pela sua incompletude, pela falta; dimensão essa trabalhada no campo da psicanálise a partir da concepção de sujeito desejanante.

A falta e a incompletude do sujeito, discutidos amplamente pela psicanálise freud-laciana, contribuem para a problematização do estudo do sujeito da enunciação, do sujeito que transforma a língua em discurso, conforme afirma Flores (1999), e para os estudos desenvolvidos por Authier-Revuz (1982) sobre a heterogeneidade constitutiva e mostrada. Essa autora defende a passagem da ideia da língua fechada sobre si mesma para a de discurso. Realizar essa passagem é abandonar o domínio homogêneo, onde a descrição é da ordem do UM, para o campo marcado pelo não-UM, campo do heterogêneo. Dito de outra forma, o discurso é constituído e atravessado na relação com o Outro.

Mas que Outro é esse de que fala a autora e que a influencia no desenvolvimento e criação da noção da heterogeneidade constitutiva? É o Outro situado no exterior da Linguística e que excede a este campo. É o Outro afirmado por Lacan (1998) como a linguagem, a ordem simbólica. O Outro que antecede ao advento do outro (o semelhante). Devido à importância que a compreensão do Outro e outro têm para os desdobramentos das mudanças operadas na Análise do Discurso, comentaremos posteriormente a posição teórica de Lacan.

Teixeira (2005) descreve com muita clareza as mudanças realizadas no interior da Análise do Discurso a partir das influências teóricas sofridas por Pêcheux dos textos lacanianos e, principalmente, pelas posições de Milner (1978) e Authier-Revuz (1982) em tomar o sujeito da psicanálise como norte de suas reflexões. Foi a partir destas contribuições que, segundo ainda a autora, Pêcheux reorientou a relação da AD com a língua e a enunciação.

A autora em questão descreve os diferentes períodos do pensamento laciano que teriam influenciado Pêcheux quanto à compreensão do conceito do Outro. Sabe-se que o Lacan dos anos 50 caracteriza-se pelo fascínio do simbólico, onde o analista é o Outro, no qual se destina a palavra do analisante. O Outro (analista) era capaz de deter o sentido do sintoma, sendo dessa forma o Outro

consistente e completo. Essa posição de Lacan se modifica quando o autor conclui “que o Outro, lugar da verdade, não contém o significante que seria a garantia dessa verdade, pois ele próprio é furado, uma vez que o simbólico não se totaliza” (TEIXEIRA, 2005, p. 85).

Segundo ainda a autora em tela, o extremo da modificação da concepção do Outro se dá quando Lacan discorre sobre a teoria das pulsões e a radicalização da categoria do Real. Zizek (apud Teixeira, 2005, p. 85) “vê nesse momento uma terceira etapa do simbólico em que a ênfase recai sobre o Outro barrado, inacabado, não-todo”. Nesse período Lacan volta sua atenção para o estudo do Real, situando esse registro como o não simbolizável, o impossível de ser simbolizado.

A mudança de Lacan em conceber o Outro, ou seja, em deslocar o Outro como o lugar do sentido, lugar da completude, para o Outro barrado, do não sentido, da incompletude, foi possível com a articulação ou enodamento do registro do real com o simbólico e o imaginário⁴.

Esse deslocamento lacaniano pressupõe que haja um furo no sentido e que não é possível um sentido totalizante e universal para as coisas. O Real é um registro lacaniano que faz lembrar que nem tudo é simbolizável. Muita coisa escapa ao processo de simbolização. O Real, ao introduzir essa lógica, ou seja, o impossível de ser simbolizado como constituindo o ser de linguagem, influencia o terceiro momento da Análise do Discurso. Para Teixeira (2005), falta na elaboração teórica de Pêcheux antes dos anos 80 a integração do conceito do Real. Porém, para a autora, no texto

Só há causa daquilo que falha... (1978), em que ele particularmente lamenta o fato de ter levado tão a sério

⁴ Na perspectiva lacaniana a estruturação psíquica do sujeito é constituída por três registros (Real, Simbólico e Imaginário) que estão amarrados pelo significante primordial denominado de Nome-do-Pai. Ao Real se atribui à dimensão irrepresentável no sujeito, ou melhor, à realidade inominável que fura o Simbólico. O Simbólico, por sua vez, é toda realidade falada que possibilita o sujeito significar e interagir com o outro. O Imaginário é o registro que advém da fase especular em que o *infans* se encontra assujeitado à subjetividade da Mãe. É a fase que registra no sujeito a ilusão da plenitude, de ser um com o outro.

a ilusão de um ego-sujeito-pleno, demasiadamente bem assujeitado(...). Pouco depois, o autor passa a se referir à categoria do real – real do inconsciente, real da língua, real da história – e, embora não o formule explicitamente, parece-me que é por considerá-la, fazendo *nó* com o imaginário e o simbólico, que ele se dá conta da impossibilidade constitutiva de um saber absoluto, da realização consumada. A crítica à “onipotência” do analista de discurso e a consequente inclusão da AD entre as disciplinas de interpretação, o deslocamento da atenção para o fato do equívoco, a abertura na direção da heterogeneidade do campo enunciativo, a ênfase dada ao *fio do discurso* atestam o reconhecimento por Pêcheux de um Outro vazado, que resiste à totalização, impedido de *chegar a sua realização plena*. (ZIZEK apud TEIXEIRA, 2005, p.87).

O Real, registro lacaniano do inominável, introduz um buraco no sentido pleno que tanto influenciou os primeiros estudos no campo da Análise do Discurso, conforme afirmamos antes. Partilhar da existência do Real tanto na constituição da língua, quanto do seu funcionamento possibilita uma reorientação na dimensão do sentido, particularmente, e de um novo entendimento sobre a ação do sujeito da enunciação em contextos discursivos diversos.

Se o Real coloca em questão o sentido pleno, ao analista do discurso, ao psicanalista e ao pesquisador subjaz a ideia de que, por melhor que sejam suas capacidades interpretativas, estão desde já comprometidas, ou melhor, esburacadas de sentido. Dessa forma, a interpretação destes sujeitos nunca deve advir de um lugar da verdade, mas de um lugar da possibilidade ou probabilidade. O deslocamento dessa posição se realiza graças ao não-sentido inscrito no que se atribui como o sentido. Interpretar é, assim, uma atribuição de sentido ao vivido, ao produzido; porém, o que é produzido logo se desfaz, ou melhor, é passível de novas configurações e atribuições.

A discussão realizada por Teixeira (2005) sobre as mudanças operadas na Análise do Discurso devido à contribuição teórica do Real lacaniano, dentre outras questões, adverte para o fato de atentar para a dimensão da falha do sentido pleno. O sentido

pleno perde seu lugar hegemônico e o equívoco é acolhido como fato de linguagem. Sendo assim, o trabalho realizado pelo sujeito da enunciação em transformar a língua em discurso é menos um trabalho linear e mais um trabalho labiríntico. O sujeito do discurso termina sendo um artesão das letras: trabalha incansavelmente na confecção de sentidos, tendo como suporte material as letras.

O tríptico registro lacaniano do Real, Imaginário e do Simbólico tanto produz em Pêcheux as mudanças na concepção inicial de sujeito pleno, quanto favorece a problematização do conceito de heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz. Essa autora defende uma heterogeneidade radical que, segundo Teixeira (2005, p.182), “abala a homogeneidade imaginária do sujeito e de seu dizer, daí poder ser qualificada como *fundante*”. Dessa forma, pode-se afirmar que o sujeito de linguagem discutido pela psicanálise lacaniana produz um corte na concepção de sujeito pleno e inaugura no campo da Análise do Discurso o equívoco como fato de linguagem.

A simetria do sujeito, originário do pensamento clássico racionalista, determinou que, no campo da ciência linguística, as pesquisas e o entendimento dos objetos de análise sofressem influência direta destas noções. O que Flores (1999) destaca em seu livro é que, ao aproximar a linguística da psicanálise, o conceito de sujeito dividido coloca em questão a simetria entre significante e significado proposto por Saussure, por exemplo, e possibilita pensar na introdução do sistema linguístico clássico o sujeito e mais ainda o sujeito de desejo, capaz de transformar a língua em discurso.

Três questões são essenciais para o entendimento das posições teóricas dos autores da linguística que buscam na psicanálise os fundamentos necessários para suas pesquisas: a concepção do sujeito de desejo/ sujeito dividido, as noções do Outro e do Real lacaniano. Afirmer isto significa dizer, também, que para se entender as mudanças operadas no interior da Análise do Discurso até a chamada AD3 precisa, necessariamente, entender o conceito de Outro lacaniano diferenciando de outras posições teóricas possíveis como, por exemplo, o outro discutido por Bakhtin (1997), a constituição do sujeito desejante e a diferenciação do Real da realidade. Esses conceitos se articulam e produzem uma série

de reflexões relativas tanto à constituição do Ser de linguagem, quanto de produção de fala, de texto, enfim, de diferentes situações enunciativas.

Devido à importância concebida aos estudos da heterogeneidade mostrada e constitutiva⁵ no campo da Linguística e da Análise do Discurso, influenciada, conforme discutido anteriormente, por diferentes perspectivas teóricas externas ao campo destas disciplinas, faz-se necessário adentrar no universo da heterogeneidade, destacando as possíveis influências antropológicas, míticas e psicanalíticas aos estudos da heterogeneidade da linguagem. Porém, antes de problematizar o universo da heterogeneidade, discutido no segundo capítulo, faz-se necessário situar a noção e constituição do sujeito à luz dos ensinamentos psicanalíticos, articulando com a compreensão do Outro e outro desenvolvido por Lacan. Justifica-se tal empreendimento por dois motivos: o primeiro diz respeito à importância que a teoria psicanalítica exerceu nas mudanças observadas no campo da Análise do Discurso conforme abordado anteriormente e, segundo, para descrever a constituição do sujeito destacando o fato de que quando há falhas no processo de simbolização e conseqüentemente de subjetivação, uma das conseqüências possíveis é a vivência psicótica. A psicose tem assim uma relação direta com a falha no processo de simbolização e isso significa uma forma singular do sujeito entrar na linguagem, transformar a língua em discurso e partilhar dos seus signos.

Semelhante às questões desenvolvidas anteriormente sobre as influências que as mudanças observadas na obra lacaniana haviam afetado o campo da análise do discurso, principalmente com a descoberta do Real –, introduzindo um buraco na ideia do sentido pleno –, pode-se dizer que no campo dos estudos sobre

⁵ Authier-Revuz (1982) descreve a heterogeneidade mostrada, sendo as formas linguisticamente descritíveis – discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas, com o objetivo de contestar a homogeneidade do discurso, identificando o outro na linearidade discursiva. A Heterogeneidade Constitutiva, embora não se atribua às marcas na superfície do discurso, é um fundamento na própria natureza da linguagem. A autora foi influenciada pelo dialogismo de Bakhtin e pela psicanálise freud-lacaniana ao conceber essa dimensão radical da heterogeneidade.

as psicoses, os diferentes momentos da obra de Lacan trazem diferentes contribuições às articulações entre psicose, linguagem, forclusão e sentido.

Lembre-mo-nos de que, das décadas de 30 a 50, a teorização se concentrava de forma privilegiada sobre o registro Imaginário, quando Lacan se preocupava, sobretudo, em pesquisar as relações narcísicas a partir do estágio do espelho, em sua dimensão de alienação à imagem do outro. De 50 a 70, foi a vez do Simbólico prevalecer, no tempo do estudo das leis estruturais da cadeia significante. Como se sabe a noção de estrutura traz embutida a ideia de que o Simbólico, enquanto jogo de elementos diferenciais, é, de fato, o que responde pela existência dos outros dois registros, o Real sendo então pensado como aquilo que falha no processo simbólico e o Imaginário, como condensação transitória da dinâmica diferencial existente". (FREIRE, 2001, p. 35)

É nas últimas teorizações lacanianas, a partir da década de 70, que se observa a reformulação conceitual que o autor promoveu em sua teoria. O período denominado de "o último Lacan" inicia-se com o seminário *XiX Ou Pire*, quando é apresentado o conceito de nó borromeano, formado por três aros que teria a função de amarrar os registros do Imaginário, Real e Simbólico. Esse período pós anos 70, com as teorizações em torno do nó borromeano, leva Lacan a privilegiar o Real em detrimento do registro Simbólico. Essa nova posição de Lacan tem consequências significativas aos estudos da linguagem e das psicoses. Com o Real assumindo um lugar privilegiado na teoria, temos como consequência um deslocamento das reflexões do

significante para a letra, da metáfora para o sem-sentido, da cadeia para o Um, dando o Real não mais um estatuto de *déficit* simbólico, mas antes o de um registro que apresenta suas características ativas, essenciais para pensar a subjetividade (FREIRE, 2001, p.35).

A partir da posição lacianiana, que privilegia o Real, e com os estudos desenvolvidos no seminário XXIII, *Le Sinthome* (1976),

seminário esse em que Lacan se debruça sobre James Joyce, temos campo fértil de trabalho sobre os enigmas das psicoses. Neste seminário Lacan interroga a estruturação subjetiva psicótica de Joyce e desenvolve a noção de *sinthome*. Esse conceito é articulado com a noção do quarto aro na estruturação subjetiva, cuja função é manter junto o nó que amarra a estrutura do sujeito. O quarto aro foi denominado de Nome-do-Pai e apresenta a consistência imaginária, o furo simbólico e a existência Real.

A obra de James Joyce faz Lacan refletir sobre a possibilidade de o sujeito não sucumbir na psicose, transformando seu sintoma em *sinthoma*, ou seja, se o sintoma é o que faz o sujeito manter-se aprisionado às diferentes questões que lhe causam sofrimentos, o *sinthoma* é a possibilidade de transformá-lo através de uma ação criativa e inventiva. James Joyce foi capaz de criar uma obra onde habita o enigma — o enigma da letra, da rasura, enfim, da transformação da língua. E Lacan, afetado pela obra joyciana, foi capaz de contribuir no deslocamento radical que o analista deva fazer em torno da problemática do tratamento das psicoses.

O *sinthoma*, conforme descrito por Lacan (1976), é um ponto de partida significativo para se pensar o psicótico fazendo suplência ao Nome-do-Pai, através do seu saber-fazer. Isso nos leva a pensar no trabalho da escrita, do texto, enquanto escritura, a saber, enquanto uma escrita que inscreve o sujeito e o possibilita transitar pela linguagem.

A obra joyciana é sugestiva para aquilatar a função da escrita, amarrando ou fazendo laço no social. Nas psicoses, frequentemente, está posto o desafio em transformar o sintoma em *sinthoma*, ou melhor, em fazer com que as produções delirantes e alucinatórias possam ser escritas, tecidas pelos signos da linguagem.

Neste sentido, privilegiaremos o último Lacan para discutir o tema deste livro, uma vez que hipotetizamos que o estudo da topologia, onde o Real existe na linguagem, muito contribui para refletir sobre as enunciações psicóticas e os estranhamentos advindos delas. Além do que, essas teorizações ajudam a discutir como a falha na amarração da estruturação psicótica produz um texto errante, caracterizado pela mostr(ação) do Real. A falha do Nome-do-Pai em amarrar o Simbólico, o Imaginário e o Real, nos

faz pensar que o Real seja expresso no discurso de uma forma específica. Ele, o Real, é mostrado através de enunciações ou atos enunciativos produzidos singularmente pelo sujeito psicótico. A mostr(ação) do real nas psicoses afeta significativamente o outro da interlocução, outro este inscrito na linguagem pela função do significante paterno. Isso sugere que as enunciações expressas pelos sujeitos nas psicoses produzam um efeito de estranhamento sobre o sujeito em que houve a inscrição do significante Nome-do-Pai. Assim, pensamos que devemos diferenciar o Real da linguagem do real nas enunciações das psicoses.

Dessa forma, atribuímos ao Real à dimensão pré-linguística da linguagem e ao real expresso no discurso nas psicoses, o pré-linguístico que se mostra devido à falência da função do significante primordial. Essa diferenciação, além de contribuir para a Análise do Discurso nas psicoses, interroga as concepções da linguística estruturalista, cognitivista, quanto à possibilidade de ela investigar a singularidade e particularidades da construção discursiva nas psicoses uma vez que não trabalha com a dimensão irrepresentável. Isso equivale dizer que é imprescindível para nossos estudos trabalhar com o Real, e mais ainda com o real que se mostra nas produções discursivas nas psicoses. Lembramos que se em diferentes campos da Linguística o Real não foi trabalhado, no campo da Análise do Discurso de orientação francesa, conforme já discutido anteriormente, ele contribuiu para as mudanças ocorridas no interior desta disciplina.

Conforme afirma Lacan, o Real está na linguagem, ele fura o Simbólico e introduz a falha nas produções discursivas. Essa ideia introduz no campo da subjetividade a inscrição do não-sentido ao sentido. Porém, quando estamos tratando das psicoses, se sobressai a errância enunciativa, sobressai um texto sem amarras, sem um pólo centralizador de sentidos. A falha da amarragem central na estruturação psicótica, embora tenha consequências muitas vezes desastrosas do ponto de vista da circulação destas enunciações no espaço social em que transitam diferentes interlocutores, tem também a possibilidade de positivar o real na linguagem, convocando o sujeito de linguagem a se aventurar pelo sem-sentido, o sem-nexo, o gramaticalmente incorreto, ou seja, para acolher e

interagir com o real na linguagem. O Real está aí. Embora seja o impossível de ser representado, ele não cessa de se apresentar ou se mostrar na linguagem, uma vez que, conforme afirmado acima, faz furo no Simbólico, sendo um dos registros que constitui a estrutura do sujeito – seja neurótico ou psicótico.

Pensamos que nas produções textuais/discursivas nas psicoses é possível aquilatar não só a força do real furando o sentido, como também produzindo enunciações singulares que nos convocam a repensar, inclusive, a estruturação da língua sobre a primazia do Simbólico e as certezas universais que orientam as crenças, sejam religiosas e/ou científicas.

Melman (2006), analisando o caso Schreber, discute e articula a diferença entre a certeza e a crença vivenciada pelos sujeitos com estruturação psicótica e neurótica respectivamente, e a questão do real. Inicialmente o autor se questiona: o que fez o Presidente Schreber escrever seu livro? De imediato se tem a resposta: para que o mesmo tivesse um S2, ou seja, para produzir um nome-de-pai que funcione como suplência à falha da função deste significante. Este trabalho realizado por Schreber é ilustrativo para observar a apresentação do real na construção da própria obra. Dentre tantas questões que se possa refletir, destaca-se a questão da incredulidade e da credulidade e sua relação com o Real.

No real, há esses significantes que se encontram rejeitados – eu não específico o mecanismo – tanto pela neurose quanto pela psicose. Há no real esse ao-menos-um que faz com que esse real seja para mim o lugar em que posso amar a um deus ou a um pai. Existe ou não existe? Em outras palavras, será que acredito nisso ou será que não acredito nisso? Aí surge o problema da crença. Esse problema da crença, evidentemente, está resolvido no psicótico. E ele nos diz isso, e vai nos colocar na via do que é a certeza. Ele não tem dúvida (MELMAN, 2006, p. 108).

Melman (2006, p. 109) lembra que o Lacan tardio havia afirmado que a diferença entre o neurótico e o psicótico é que o primeiro “crê nisso”, e o segundo, o psicótico, “crê isso”. A ausência da dúvida no psicótico demonstra que o Real, a dimensão do Real,

existe para o psicótico de forma diferente da do neurótico na medida em que o Real é “flutuante, é um real que, uma vez que o delírio não é sistematizado, é um real que se mexe, que muda, que se desloca e, então, evidentemente, é o sujeito com ele que sofre todas as metamorfoses”. Com Schreber se tem o momento em que ele viu dois sóis ao mesmo tempo, momento que antecede a produção do delírio, graças à sistematização pelo imaginário. O Real é cercado pela produção delirante, constituindo uma certeza, uma nova história, ou seja, com a produção delirante surge uma nova verdade em que o psicótico passa efetivamente a acreditar e interpretar o mundo a partir desta construção. O Real, antes flutuante, deslocando-se continuamente e fazendo com que o psicótico sofra das intensas metamorfoses, com a produção do delírio, é cercado e entra numa rede ou no novo sistema, produzindo uma metáfora delirante. É interessante destacar que a metáfora delirante é uma construção necessária para que o psicótico não fique sujeito às infinitas metamorfoses decorrentes da força implacável do Real. A metáfora delirante é uma forma de escrita do Real, desse real flutuante que se apropria do corpo e goza de toda errância possível.

Nas tentativas enunciativas de sujeitos em vivência psicótica e que puderam construir uma metáfora delirante que organiza seu saber-fazer no mundo, encontramos a mostr(ação) do real com particularidades que se diferenciam daquelas vivências psicóticas em que ainda não teria sido possível construir tal metáfora. Analisaremos posteriormente, no terceiro capítulo, a produção de um texto de uma paciente que descreve a anúnciação de sua morte e as mensagens que havia recebido antes de morrer. A tragédia de sua morte havia sido anunciada, valendo-se posteriormente da escrita para narrar a morte e ressurreição dela. Este caso específico nos remete à ideia da função da escrita possibilitando o registro da metáfora delirante. Após a vivência da morte e da ressurreição se deu lugar a escrita do delírio. Neste caso, o Real, que inicialmente havia invadido e tomado o corpo da paciente, foi sendo cercado e sistematizado pela produção delirante. Da morte à ressurreição, da invasão do real no corpo à construção delirante, são passagens significativas em que se observam diferentes enunciações e onde se configura a mostr(ação) do Real.

Quando de um total assujeitamento à força do Real, esse real que toma o corpo, que se hospeda no sujeito, temos como traço característico signos irrepresentáveis que emergem do corpo e o ameaçam destruir, seja subjetivamente, seja concretamente. A ameaça da morte subjetiva se dá pela capacidade que tem o real de aniquilar o simbólico. Isso se observa nos casos em que a falha no uso da linguagem é constatada, ou seja, falha a circulação ou trânsito pelo mundo dos símbolos. Quanto da possibilidade de destruição, vale apenas lembrar o Real assenhorando do sujeito de tal monta que o lança no abismo da morte. Aqui não é só da morte psíquica que se está falando, mas da morte do corpo.

Diante do que foi até aqui pensado sobre o Real, destacamos então algumas considerações:

- 1) O Real está na linguagem e faz furo no Simbólico;
- 2) O Real é mostrado na linguagem nos psicóticos, nos neuróticos e nos perversos;
- 3) A mostr(ação) do Real na linguagem nos sujeitos psicóticos tem especificidades que diferenciam dos sujeitos ditos neuróticos e perversos;
- 4) A mostr(ação) do Real flutuante em sujeitos em vivência psicótica que ainda não produziram uma metáfora delirante tem características que diferenciam da mostr(ação) do Real nos sujeitos que construíram sua metáfora delirante;
- 5) As diferenças observadas na mostr(ação) do Real nas duas situações referidas anteriormente, ou seja, entre o real flutuante que habita o corpo do sujeito e o Real que é cercado pela metáfora delirante, produz diferentes tipos de enunciações nas psicoses.

Esse breve comentário sobre o Real tem consequência direta sobre as diferentes enunciações de sujeitos psicóticos. Ora se observam articulações entre o Real e o Imaginário, produzindo enunciações como as delirantes, por exemplo. Ora se observam enunciações, preferencialmente constituídas de signos irrepresentáveis. São enunciações, ou melhor, são signos que carecem serem articulados ao imaginário e ao simbólico.

Diante destas duas possibilidades de se observar a mostr(ação) do Real nas enunciações psicóticas, destacaremos posteriormente alguns discursos em que o real faz laço com o

imaginário e em que o Real é apresentado como puro signo que habita o corpo do psicótico, a saber, o corpo passa a ser hospedeiro destes signos. Vale lembrar que a força destes signos irrepresentáveis que habitam o corpo é capaz de transformar o corpo em um campo de batalha devido à ação mortífera que o real tem sobre a simbolização. Disto resultam enunciações onde a palavra cede a um conjunto de expressões, gestos, imagens onde sobressaem diferentes traços, inscrições do Real.

Defendemos que a mostr(ação) do Real nas enunciações psicóticas nas duas situações em que estamos aqui delimitando, a saber, quando o Real se hospeda no corpo do psicótico e se assenhora dele e quando o Real é tecido pela metáfora delirante, produz tanto enunciações singulares, quanto estranhamentos ou efeitos de estranhamentos sobre o outro da interlocução. Dito de outra maneira, a estranheza das enunciações psicóticas é originária dos efeitos do Real sobre elas e, dependendo do tipo de laço que faça com o simbólico e o imaginário, produz estranhamentos diferenciados.

Para problematizar e exemplificar enunciações que apontam para essas duas possibilidades de produções enunciativas nas psicoses é necessário, antes, discutir o campo das psicoses articulando com a noção da forclusão do significante Nome-do-Pai e, posteriormente, já no segundo capítulo, adentrar pela heterogeneidade que funda o ser de linguagem. Advertimos que embora possa parecer uma fuga ao objeto desta pesquisa, a discussão sobre a heterogeneidade da linguagem aponta para o real nas suas diferentes formas de se apresentar no campo dos conceitos e das teorizações.

1.3. Contribuição psicanalítica para compreensão da constituição do sujeito de linguagem e a questão da Psicose

Para Lacan (1998), a entrada na linguagem pela criança pressupõe que desde o início haja a presença de um outro. No primeiro momento a criança é falada através de sua mãe, ou seja, é a mãe que decodifica os sinais comunicacionais do bebê, nomeando esses sinais. Essa ação da mãe é um primeiro convite ao bebê para que ele venha a participar do código da língua materna.

Posteriormente ou concomitantemente a essas ações da mãe, o bebê emite sinais sonoros numa tentativa de responder a ela. Esse jogo comunicacional entre a mãe e o bebê possibilita a este adquirir, cada vez mais, os conhecimentos da língua e, assim, participar da complexidade que envolve a língua falada.

Na perspectiva lacaniana, a mãe representa, inicialmente, para o bebê o Outro (com “o” maiúsculo). Isso quer dizer que é a mãe que apresenta a linguagem para o bebê, sendo ela, neste primeiro momento, a própria linguagem. O Outro para Lacan é a linguagem, a cultura, a ordem simbólica, diferenciando da ideia de outro (com “o” minúsculo), que é o semelhante.

Primeiramente, a criança está totalmente assujeitada a esse Outro, ou seja, assujeitada ao desejo da mãe, aos seus cuidados. Posteriormente, à medida que a mãe facilita sua inserção na linguagem, a criança naturalmente se distancia desta posição de assujeitamento ao desejo da mãe para a posição de sujeito do próprio discurso.

Lacan denominou de S1 (significante um) o primeiro significante inscrito no *infans* (aquele que ainda não fala). Esse primeiro significante se chama “Desejo da Mãe”. Esse significante é necessário no primeiro momento de constituição da subjetividade, uma vez que, quando nascemos, precisamos de alguém que exerça a função de falar em nosso nome, que nomeie as coisas e que decodifique os sinais. Porém, o autor lembra que se o *infans* tornar-se preso a essa posição de alienação ao desejo da mãe, ele não conseguirá um dia falar em nome próprio. O que faz a criança sair desta posição de alienação ao desejo da mãe é a entrada de um outro significante, nomeado por Lacan de S2 (significante dois).

O S2 é denominado de “Nome-do-Pai” e se refere à entrada da lei que interdita a relação de assujeitamento da criança ao desejo da mãe. O Nome-do-Pai possibilita, dentre outras coisas, que a criança participe da cultura, da complexidade do mundo da linguagem e que seja sujeito de seu desejo.

É interessante observar que com a entrada deste segundo significante, a mãe deixa de ser para a criança o Outro (linguagem) e passa a ser o outro semelhante, pois agora é possível à criança

perceber que tanto a mãe quanto ela estão submetidas ao Outro, ou seja, submetida à linguagem, à cultura, à lei.

Vale salientar, ainda, que, na perspectiva lacaniana, o Outro é condição para que o eu e o outro comuniquem, desejem, falem. O Outro atravessa as falas dos outros. Todos os falantes estão submetidos ao Outro, embora não necessariamente assujeitados pois o sujeito lacaniano é o sujeito de desejo, um sujeito dividido e marcado pela falta. Isso quer dizer que, ao ser impulsionado pelo desejo, o ser de linguagem é capaz de criar e recriar, constantemente, com a linguagem; é capaz de se enunciar como singular, produzir sentidos e falas diferentes das que havia sido assujeitado na tenra infância.

Observamos, assim, que a constituição da subjetividade pressupõe a passagem da posição de alienação ao desejo do Outro/ desejo da mãe para a posição do sujeito de desejo, a saber, o sujeito inscrito na ordem Simbólica, da cultura, sendo capaz de enunciar-se como singular.

Para Lacan (1998), o nascimento do desejo encontra-se articulado ao registro da falta. O que isso significa? Significa que com a entrada do significante S2 (Nome-do-Pai), significante que interdita a relação fusional entre o *infans* e a mãe (Outro), a criança perde para sempre essa posição de alienação, assujeitamento ao Outro. Inscreve-se falta no sujeito, falta que possibilita a criação, a produção, enfim, falta que possibilita ao *infans* o nascimento da subjetividade.

Diferentes consequências advêm quando ocorrem falhas no processo de simbolização ou entrada no mundo da linguagem vivenciado pelo *infans*. Enfocaremos, para fins deste estudo, a instauração da estruturação psicótica, uma vez que é sobre as produções textuais/enunciativas dos sujeitos denominados como psicóticos que esta pesquisa versa.

Na psicose, o que vai evidenciar-se é exatamente “uma alteração na estrutura simbólica, justamente no lugar em que o sujeito deveria estar inscrito” (SOUZA FILHO, 1988, p. 69). Trata-se, contudo, daquilo que Lacan (1998[1955-56]) denominou de forclusão do significante primordial ou significante Nome-do-Pai. Dessa forma, em decorrência do fracasso da entrada do Pai como Lei

estruturante do sujeito, ao invés de ocorrer a passagem do registro imaginário para o registro simbólico, acontece uma regressão à fase do espelho. Devido à falha no registro do simbólico, pode-se então dizer que o problema da psicose está diretamente relacionado com a questão da significação. A possibilidade de o sujeito demarcar o externo do interno, a fantasia da realidade, pressupõe a inscrição na ordem simbólica. Havendo falha, observa-se, então, uma avalanche de expressões comunicacionais desconexas, regidas pelo processo primário que caracteriza a energia livre do inconsciente freudiano, própria do funcionamento psicótico. Pode-se pensar que na psicose há alteração na significação, ou seja, as ideias desconexas oriundas do *Ics* não são barradas adequadamente pelo *Prc/Cs*, devido à forclusão do significante Nome-do-Pai.

O conceito de forclusão foi extraído a partir da leitura operada por Lacan (1998[1955-56]) em diversos textos freudianos. Na neurose, Freud articulou ao processo de recalçamento que teria como função afastar as ideias incompatíveis, não afetando a representação de coisa inconsciente, que, permanecendo investida, pode tornar-se consciente. Já na psicose, Freud refere que a realidade dolorosa não é apenas afastada, mas eliminada, sendo o mecanismo de abolição, eliminação, rejeição, denominado de *Verwerfung* (FREIRE, 2001).

Esta *Verwerfung*, expressa na tradução pelo termo forclusão, apareceria, portanto, como o mecanismo que pode, precisamente, fazer malograr o recalque originário. Essa tese constitui, no essencial, a contribuição original que Lacan introduz na trilha das reflexões freudianas sobre a discriminação metapsicológica entre neurose e psicose (DÖR, 1989, p. 96).

Segundo ainda o autor, o que vai caracterizar a psicose é a forclusão do significante Nome-do-Pai no lugar do Outro. O fracasso da metáfora paterna

compromete gravemente para a criança o acesso ao simbólico, barrando-lhe mesmo esta possibilidade. O advento de uma promoção estrutural no registro do desejo é, do mesmo modo, suspenso, afundando em uma

organização arcaica onde a criança permanece cativa da relação dual imaginária com a mãe (DÖR, 1989, p. 98)

Nessa mesma perspectiva, encontramos em Quinet (2000) comentários semelhantes aos descritos acima, quando refere que o problema da psicose está relacionada à forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, ou seja, para que “o indivíduo possa apropriar-se dos significantes e exercer uma função de sujeito na ordem simbólica, é necessário haver inclusão do significante da lei (o Nome-do-Pai) no Outro” (QUINET, 2000, p. 27). Caso o Outro não seja barrado pela lei, o que se observa é um sujeito psicótico à mercê da onipotência do Outro, impossibilitando ou dificultando o acesso à ordem simbólica e, conseqüentemente, ao mundo da significação.

Uma outra perspectiva relacionada sobre a compreensão estrutural da psicose e a forclusão do significante paterno é encontrada em Calligaris (1989). O autor defende que a estrutura psicótica carece de uma amarragem central, de algo que aponte para uma organização centralizada do seu saber e do seu mundo, como acontece na estrutura neurótica. Isso se deve ao fato de a forclusão da função do Nome-do-Pai amarrar os registros: Real, Imaginário e Simbólico. Devido a essa ausência e à convocação do sujeito a fazer uma injunção paterna, observa-se, como alternativa ao psicótico, um retorno ao Real do pai. Nesse sentido, o mesmo autor comenta que

o que vai justificar o fato de que cada psicótico vai lidar de jeitos diferentes com esta volta no Real do pai, é que, para qualquer psicótico, o que volta no Real é a função, mas nessa função cada um lida com significantes que estavam no seu saber singular (CALLIGARIS, 1989, p. 44).

Defende, ainda, o autor que na psicose não há forclusão de significantes de pais, mas sim forclusão da função do significante Nome-do-Pai, função que amarra os registros do real, imaginário e simbólico e proporciona a construção de um saber centralizado, como se verifica na neurose e está ausente na psicose. Não perdendo a inscrição de pais, cada psicótico apresenta uma singularidade e certa tipologia na manifestação de seus sintomas, como, por

exemplo: a esquizofrênica, a paranoica, a maníaco-depressiva. Para o autor, isto torna possível ao psicótico reconstruir sua história, inclusive sua história edípica.

Calligaris (1989), diferentemente de Dör (1989), que refere a forclusão do Nome-do-pai barrando a possibilidade ao acesso simbólico, instiga a relativizar o conceito de forclusão e as questões da significação na psicose. Isso é importante à medida que pensamos como Calligaris na possibilidade de o psicótico inscrever-se na cultura e escrever sua história mesmo tendo havido falha na função do significante Nome-do-pai.

A discussão do conceito de forclusão como operador da estruturação psicótica é de grande valia para diferenciar do recalque como operador da estruturação neurótica e para pensarmos nestes operadores influenciando e por vezes determinando a posição do sujeito no mundo da linguagem.

Quando se reporta ao recalque como mecanismo que diferencia e delimita os materiais ou representações inconscientes e conscientes, faz-se uma ideia de sujeito de linguagem em que se privilegia o simbólico e tudo que dele é possível esperar enquanto funcionamento de ser de linguagem, a saber: a capacidade de estabelecer nexos e articulações entre os diferentes signos que emergem nos espaços enunciativos, espaços de produção e criação do ser de linguagem.

O mecanismo do recalque está diretamente articulado à capacidade do sujeito fazer uso simbólico da linguagem, interpretar e realizar uma leitura crítica da realidade e produzir a transmissão do saber e da língua. Não se deve esquecer que, embora na estruturação neurótica haja o privilégio do simbólico, as dimensões do imaginário e Real estão articuladas e amarradas pelo significante Nome-do-Pai, significante esse que possibilita, dentre outras coisas, que haja um lugar para o imaginário e o Real na constituição do sujeito. Dito de outra maneira há sempre o lugar da fantasia, do sonho, da ilusão – advindos do imaginário-, e o lugar do irrepresentável – advindo do Real.

A forclusão como mecanismo ou operador privilegiado nas psicoses tem consequências sobre o modo como o sujeito irá fazer uso da língua e da linguagem de uma forma geral. O Nome-do-

Pai, uma vez forcluída sua função, deixa o sujeito muitas vezes a mercê do Real. O que isso significa? Que nas psicoses os signos irrepresentáveis tomam a cena discursiva ou enunciativa. E mais, que nas psicoses se observa o sujeito ocupando uma posição particular em que falham os operadores simbólicos capazes de demarcar no texto, por exemplo, as marcas significativas que povoam o mundo da representação e da significação.

A falha de um pólo centralizador de significação constatada nas psicoses, conforme afirmado acima por Calligaris (1989), nos faz pensar em produções textuais/enunciativas que carecem de um pólo centralizador de significação, assemelhando-se graficamente à forma de linhas paralelas que são cruzadas por linhas verticais. As imagens abaixo reportam as dimensões gráficas que ajudam a pensar nas duas possibilidades de posicionamento do sujeito no mundo da linguagem, ou seja, quando houve o operador do recalque e quando houve o operador da forclusão, segundo Calligaris (1989, p. 55)

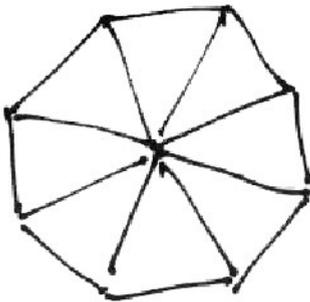


Fig. I (Houve o recalque).

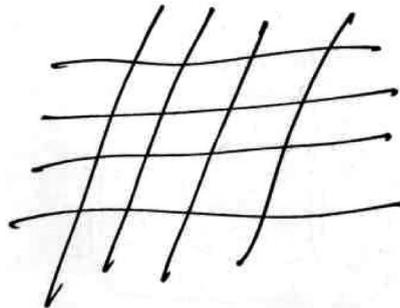


Fig. II (Houve a forclusão).

Quando há a inscrição do Nome-do-Pai, constata-se um polo centralizador de significação (FIG. I) na teia que constitui o mundo da linguagem. Ao contrário, quando falha a inscrição do Nome-do-Pai, a imagem que retrata o mundo da significação é de linhas que se cruzam em diferentes pontos (FIG. II), sugerindo possibilidades do psicótico fazer diferentes amarragens, ou melhor tecer pontos na teia da linguagem possíveis de ancorar algum sentido possível. Esses pontos possíveis se constituem por signos preponderantemente

oriundos do real da língua. Traços, letras, hieróglifos emergem nas enunciações singulares e produzem uma teia sgnica estranhamente acolhida e/ou rejeitada pelos interlocutores imersos na linguagem. O estranhamento vivenciado pelos interlocutores diante desses signos que amarram ou fazem pequenos nós na teia da linguagem se deve ao fato de que eles estão constituídos pelo significante centralizador de sentido, cuja configuração é uma teia de linhas que convergem para um ponto primeiro. Um ponto que lembra o primeiro de uma colcha de crochê. Parte-se de um primeiro ponto para daí se aventurar na criação das diferentes amarrações de nós, cujo resultado esttico dependerá da ação do sujeito sobre o objeto a ser criado.

A falha de um ponto que centralize o saber, de um ponto primeiro onde emergem as produções de linguagens, não desautoriza o sujeito nas psicoses a inventar-se. O processo de constituição pela linguagem se sobressai através do movimento de errância próprio da vivência psicótica. Erra-se devido à força do real que impõe ao sujeito um assujeitamento aos signos destituídos de qualquer significação. Porém, conforme discutido antes, os signos do real podem ser amarrados e sistematizados e produzir metáforas circunscritas  lógica particular do sujeito. Essas metáforas denominam-se de delirantes por conter preponderantemente elementos que carecem de uma formação simbólica. Elas contm elementos sgnicos singulares aos sujeitos que as inventaram, dificultando e muitas vezes impossibilitando o trânsito desses sujeitos na cultura.

Um pouco sobre a Metáfora delirante

Embora possamos discorrer longamente sobre as concepções do delírio, conforme lembra Bodei (2003, p.15), ao afirmar que o delírio tradicionalmente se apresenta como

sinnimo de irracionalidade (absurdidade, falta de fundamento, erro, caos), ao passo que seu oposto especular, a razão, define-se, por contraste, mediante os atributos da evidência, da demonstração, da verdade e da ordem,

tomaremos o delírio como resultado de uma operação psíquica em que falhou a inscrição paterna na estruturação psíquica do sujeito.

A produção delirante não deve ser entendida como fruto do erro ou pela dimensão negativa que enquadra o sujeito em um lugar à margem de qualquer possibilidade de criação pela linguagem. Ao contrário, o delírio é uma manifestação da linguagem, onde sobressai o Real. O Real, tomando a cena da vivência psicótica, possibilita a construção de uma nova metáfora que viria substituir a metáfora paterna. A nova metáfora denominada de delirante, se caracteriza pela invenção do sujeito psicótico em produzir uma história que carece de elementos simbólicos para serem representados. Conforme afirma Bodei (2003, p.47), “a psicose é obrigada a elaborar esquemas correspondentes à nova realidade, por meio de percepções e pensamentos adequados a ela. Alucinações e delírios aparecem como modalidades de *adaequat*”.

O delírio tem, desta forma, uma função na estruturação psíquica do sujeito psicótico, ocupando um lugar de amarragem da estrutura psíquica. Ele é tecido por conteúdos significativos da história do sujeito que, não podendo ser elaborados pela primazia do simbólico, é constituído preponderantemente pela dimensão do real e do imaginário.

Afirmamos anteriormente que o Real – quando ainda flutuante sobre o corpo do sujeito psicótico – produz enunciações específicas que remetem a ideia da destruição e morte do sujeito devido à posição de assujeitamento que o sujeito ocupa à força implacável do Real, sendo observado nesta situação o deslocamento incessante do Real, ou melhor, o Real metonimicamente desliza sobre o sujeito, produzindo signos desprovido de sentido e significação.

Na produção da metáfora delirante, o Real tece uma história, cuja significação em lugar de constituir-se por um polo simbólico e centralizador de sentido, é constituído por um polo centralizador delirante. Em lugar da constituição da metáfora paterna, observada nas neuroses, produz-se a metáfora delirante. O resultado desta operação – a metáfora delirante –, tem diferentes consequências quando se pensa sobre o sujeito e sua ação no mundo da linguagem.

A primeira questão a se destacar é a relação entre o mundo do delírio e o mundo compartilhado. Ao mundo do delírio,

geralmente, é atribuída a construção privada da verdade do sujeito, cuja característica principal é a dificuldade em compartilhar desta verdade, deixando o delirante preso e solitário em sua própria ficção. O isolamento e a dificuldade em socializar esta verdade compromete o sujeito na relação com outro.

Quanto ao mundo compartilhado, os sujeitos são constantemente convocados a reverem suas verdades, relativizá-las, para continuar num incessante trabalho de constituição de ser de linguagem. Mergulhados numa teia sógnica, os sujeitos esforçam para transmitir seu saber e acolher o universo de informações e mensagens advindas da realidade compartilhada.

Porém, embora possamos distinguir o mundo delirante do mundo compartilhado para fins de entendimento do que seria delirante e não delirante, advertimos que essa classificação nos serve apenas para fins didático, pois na realidade adentrar na questão do que é delirante e o que não é nos convoca a pensar na complexidade e na paradoxialidade da vida do ser de linguagem. O “delírio é paradoxalmente um projeto de fundação do não fundamentável, uma tentativa de adaptação em um mundo estranho por parte de quem se perdeu, a busca de um outro lugar para transformá-lo em uma nova pátria” (BODEI, 2003, p. 49). Essa afirmativa lembra da paradoxialidade do sujeito delirante na medida em que se, de um lado, o delirante constrói um mundo estranho ao compartilhado, privado de sentido, por outro lado, ele é muito coerente na ótica do mundo substituto que foi criado pelo próprio delirante. Para Bodei (2003, p.50),

O delírio parece constituir um mundo paradoxal intermediário, em que a dimensão pública e a dimensão privada, a lógica da mente e a lógica das paixões, a percepção correta e a alucinação, a proibição e a realização do desejo, a adaptação completa ao mundo e a fuga absoluta dele confluem e se entrecruzam. Poderia ser comparado a uma vida paralela à nossa ou à sequência alfanumérica de um cofre: letras e números são comuns, conhecidos de todos, mas a combinação é específica.

De imediato, duas questões são reportadas na leitura da citação acima: a primeira é a comparação entre o delírio e a sequência alfanumérica de um cofre e, a segunda, ao problema da complexidade e paradoxialidade do delírio, especificamente, e da linguagem de uma forma geral.

Quanto à primeira questão, a relação do delírio e a sequência alfanumérica remetem à ideia de que letras, números e os diferentes signos pré-linguísticos e linguísticos constituem o mundo da linguagem, porém as combinações que o delirante faz na vivência psicótica têm especificidades que diferenciam das combinações que um sujeito não psicótico faça. Dito de outra maneira, todos os sujeitos têm acesso à linguagem e dela fazem uso para transitar no mundo, porém as combinações construídas entre os diferentes signos estão numa relação direta com a função dos operadores do recalque e da forclusão, conforme discutido acima. No terceiro capítulo, adentraremos nesta questão na medida em que destacaremos enunciações nas psicoses em que produziram uma metáfora delirante e enunciações nas psicoses que são produtos de um real hospedeiro do corpo do sujeito.

Quanto à segunda questão, o paradoxo do delírio nos remete ao paradoxo da linguagem. A linguagem como campo próprio onde habita a heterogeneidade signica, de línguas, de culturas, enfim, a linguagem como campo no qual habita o estranho-familiar, a saber, as letras, os traços, os números comuns a todos os sujeitos de linguagem, porém cujas combinações podem ser inquietantes, estranhas ao mundo compartilhado.

Neste sentido, se, por um lado, diferenciamos as funções do operador do recalque do operador da forclusão como mecanismos que estabelecem estruturas subjetivas diferenciadas e, conseqüentemente, modos de funcionar, de criar e de se enunciar através da linguagem, por outro lado, é imprescindível que se possa adentrar na complexidade da linguagem com o objetivo de delimitar o campo da heterogeneidade, entendido como campo onde a partir de diferentes posições teóricas da Linguística e da Psicanálise, a linguagem é tomada para ser investigada. Esperamos, assim, que, a partir da discussão que se possa fazer sobre a complexidade e a heterogeneidade da linguagem, o Real seja articulado como registro

onde o pré-linguístico seja apresentado tanto na dimensão em que habita o corpo do sujeito (hospedeiro do corpo), quanto na dimensão em que é sistematizado pela metáfora delirante. Numa ou noutra posição, evidencia-se o Real nas enunciações psicóticas, causando estranhamentos porque mostra a olho nu ou apresenta ao outro da interlocução as camadas surdo-mudas da linguagem, ou seja, apresenta o forcluído, o que não cessa de não se escrever. E o que não cessa de não se escrever está posto na linguagem, tornando-a heterogênea, caledoscópica e, por vezes, errante.

Para discutir o fenômeno do estranho-familiar e a mostr(ação) do Real nos discursos nas psicoses, faz-se necessário adentrar e contextualizar as diferentes perspectivas sobre a complexidade do ser de linguagem. Essas perspectivas são apresentadas no próximo capítulo e subsidiará as discursões posteriores.

2

A Heterogeneidade funda o sujeito de linguagem

Neste capítulo abordaremos o tema da heterogeneidade da linguagem a partir de quatro perspectivas, as quais, embora se articulem, têm especificidades que merecem ser descritas. A primeira a ser desenvolvida se relaciona à perspectiva antropológica; a segunda, aos aspectos míticos articulados à noção da Babel das línguas; o terceiro, à contribuição psicanalítica e, por último, à contribuição das ciências da linguagem, dando destaque à relação entre a poesia, a literatura e a estrangeneidade da linguagem.

2.1. A Heterogeneidade constitutiva numa perspectiva antropológica

Há uma tendência, advinda de uma corrente reducionista do pensamento humano, em conceber os fatos a partir de como são demonstrados ou apresentados através de evidências que o comprovem, classifiquem, etc. Há um trabalho interminável do homem de ciência, da ciência positivista, em tornar evidente os enigmas do conhecimento. Descrevo como interminável, pois na procura em decifrar um enigma, tantos outros se apresentam demonstrando que o trabalho é infundável. Esse trabalho de criação humana não é feito sem que não haja um custo a pagar. A cada descoberta realizada, o homem se reposiciona diante de sua descoberta e observa os novos enigmas a se debruçar. Pode-se afirmar que, ao longo da história, tudo o que foi criado está, de alguma forma, vinculado no passado, com a necessidade de dominar a natureza, de sobreviver as intempéries, de apropriar-se do desconhecido e produzir objetos e fatos de cultura. É nessa busca de apropriação do mundo através de sua manipulação e compreensão, ou melhor, através de ações concretas e de elaborações e pensamentos suscitados no ato mesmo de dominar

os objetos, que o homem produz formas concretas e simbólicas, ou seja, é nesse deslocamento da natureza para a cultura que o homem inventa a linguagem e dela faz uso como instrumento de comunicação, realização e poder. Observa-se que a linguagem, enquanto um conjunto de sinais gestuais, sonoros, visuais, tendem a se complexificar à medida que se complexifica o ser de cultura. Uma teia de eventos se entrelaçam entre os seres de linguagem produzindo alguma coisa humanamente identificável como signos linguísticos e não-linguísticos. Para “engrossar” ainda mais essa teia sógnica, objetos significativos ou não permeiam as ações humanas, ora facilitando trocas entre os interactuantes, ora dificultando, conforme as vinculações culturais de cada ser de linguagem. A saber, a vinculação cultural de cada interactuante é determinante na realização de trocas significativas ou não.

Ostrower (1987) discorre sobre a necessidade do homem ao longo dos tempos em criar formas e lembra o sentido em fazê-lo: o primeiro está vinculado à necessidade de sobrevivência e dominação da natureza; o segundo, à necessidade de criar, inerente ao humano, e produzir formas as mais diversas. Essas formas, originárias da necessidade de sobrevivência da espécie, tornam-se formas de comunicação, expressão, de linguagem. A mesma autora lembra que o homem se comunica através de diversas formas: formas plásticas, musicais, gráficas, da escrita, etc. Cada forma dessas constitui-se por um conjunto de signos com características próprias, sendo impossível traduzir com precisão através de palavras, por exemplo, as sensações vividas quando escutamos uma música. Os signos musicais, os sons encerram uma forma de linguagem que a palavra tem dificuldades em retratá-la exatamente. Neste sentido, diferentes formas articulam-se e ao mesmo tempo conservam suas especificidades produzindo linguagens. Para Ostrower (1987, p. 24),

Se a fala representa um modo de ordenar, o comportamento também é ordenação. A pintura é ordenação, a arquitetura, a música, a dança, ou qualquer outra prática significativa. São ordenações, linguagens, formas; apenas não são formas verbais, nem suas ordens poderiam ser verbalizadas.

É interessante observar a ênfase dada pela autora às diferentes formas comunicativas quando pensa no trabalho da simbolização. As palavras se caracterizam como uma via conceitual no trabalho criativo do homem em produzir símbolos imerso no oceano de práticas comunicativas.

Embora a linguagem não se restrinja às palavras, as línguas, estas se configuram como uma ordenação caracterizada por mediar a relação do homem e o mundo. Inicialmente, o objeto natural e/ou fruto da criação humana carece ser nomeado para participar das trocas comunicacionais realizadas numa dada cultura. Quando nomeadas, as coisas se presentificam para os sujeitos de uma dada realidade cultural, circulando como objeto significativo ou não.

O homem, incessantemente, ao longo da história realiza o trabalho de nomeação das coisas, possibilitando a elas entrarem no domínio da linguagem e da representação. Essa passagem da coisa ao nome foi amplamente discutida por Foucault (1987, p. 121), quando diz que “no fundo de si mesma, a linguagem tem por função nomear, isto é suscitar uma representação...”. A nomeação de coisas possibilita que haja um deslocamento do real físico do objeto para o real da ideia do objeto. Segundo ainda Ostrower (1987), a língua como em todos os processos de imaginação, opera esse deslocamento do real físico para o real da ideia do objeto.

A transformação das coisas em objetos simbólicos, objetos de linguagem, é realizada por uma tensão permanente que, inclusive, caracteriza o processo criativo. Tanto quando se pensa em dar nomes às coisas, quando se pensa em transformar a matéria inerte numa forma significativa, pressupõe a ação humana nas dimensões físicas e nas mentais. Na sua dimensão mental, as ações humanas são acompanhadas pela capacidade de imaginar, relacionar, associar, elaborar, etc. Elas permitem que a matéria inerte, uma vez investida pelo homem, transformem-se em materialidade. A materialidade é um conceito que articula a matéria e o que se imagina ou pensa sobre esta.

A materialidade não é, portanto, um fato meramente físico mesmo quando sua matéria o é. Permanecendo o modo de ser essencial de um fenômeno e, conseqüentemente, com

isso delineando o campo de ação humana, para o Homem as materialidades se colocam num plano simbólico visto que nas ordenações possíveis se inserem modos de comunicação. Por meio dessas ordenações o Homem se comunica com os outros (OSTROWER, 1987, p.33).

O homem se move pela linguagem através das formas próprias de uma matéria. Desse modo, as formas significativas e simbólicas são produzidas no contato permanente entre o Homem e o meio, o mundo, a cultura. É no contexto de uma dada cultura onde socializam ou não as formas criadas. Elas passam a ser significativas quando não só servem ao utilitário, mas também são capazes de provocar sentidos, inquietar e transmitir os modos *vivendi* de um povo.

O homem se produz e é produzido num dado contexto cultural, numa dada rede de signos e símbolos que se complexificam ao longo dos tempos à medida que se criam novas alternativas comunicacionais. Para Geertz (1978, p. 15) o conceito de cultura é essencialmente semiótico.

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado.

No contexto filogenético e antropológico, observa-se o nascimento das formas diferenciadas de linguagens e a função destas produzindo diferentes sentidos em situações culturais específicas. O estudo sobre as diferentes culturas favorece, dentre outras coisas, que se possa entender modos de compartilhar e expressar experiências. A transmissão e o compartilhamento de experiências são realizados através de linguagens, inscritas numa rede de valores, tabus e prescrições próprias a cada realidade social.

É imprescindível pensar que ao longo dos tempos o homem reatualiza através de diferentes ritos e mitos o trabalho simbólico de apropriação da natureza, transformando coisas em nome, ou seja, nomeando eventos, situações, objetos, enfim, desnaturalizando

as coisas e introduzindo-as no mundo simbólico em que possam ser passíveis de significação. O símbolo nasce deste processo de apropriação da natureza, assim como nasce a língua. Há uma necessidade iminente em “reduzir” a coisa à categoria de nome, em deslocá-lo de sua posição inerte, desconhecida e muitas vezes perigosa – posição da natureza bruta-, para a posição de signo. Esse deslocamento em desnaturalizar a coisa, se de um lado possibilita que ela, a coisa, transite numa dada cultura como objeto nomeado, há, por outro lado, uma tendência da coisa a tornar-se estrangeira a este objeto nomeado. Isso significa dizer que há uma tendência da coisa ser apagada, negada ou forcluída quando ela sofre o trabalho de simbolização realizada pelo ser de linguagem.

Mas, o que significaria dizer que há uma tendência em negar/forcluir a coisa inscrita no nome, ou melhor, em reduzir as coisas ao domínio da representação? E que desdobramentos teria essa negação/forclusão tanto para a prática linguística quanto para compreensão de língua, comunicação, ser de linguagem?

Negar/forcluir a coisa, o inominável, do nome, do objeto nomeado, é no primeiro momento querer reduzir a coisa ao campo da representação. É estabelecer uma relação apenas com o que é representável, excluindo as estranhezas das coisas para fora da prática de linguagem. Este movimento em torno da exclusão/negação da coisa presentifica-se de diferentes formas: na aspecia reivindicada pela ciência positivista das pesquisas em diferentes campos de saber, onde o equívoco, o erro, a desmensura não devam ser acolhidos como fato de pesquisa; nas teorizações que pressupõem e defendem o discurso monológico, a língua fechada sobre si mesma, como um sistema estável e imutável de formas linguísticas, conforme discute Bakhtin (1997); na ideia da arbitrariedade do signo linguístico que relaciona um significado a um significante afirmados por Saussure; na perspectiva da homogeneidade do discurso em detrimento da perspectiva da heterogeneidade; enfim, na crença entre diferentes pesquisadores da linguística histórica de uma língua originária, ou seja, numa primeira língua que teria aparecido no mundo.

Em toda tentativa de reduzir os fenômenos de linguagem de uma forma geral, e os estudos linguísticos de maneira particular,

corre-se o risco de não se adentrar na complexidade que pressupõe o nascimento do ser de linguagem. Tanto numa perspectiva filogenética, quanto numa perspectiva ontológica, o ser de linguagem se constitui pela conjunção de signos pré-verbais, não-verbais e verbais. Essas três dimensões pressupõem que estamos, todos nós, mergulhados numa rede sónica na qual se apresentam os campos das representações e do não representável, em outras palavras, apresentam-se as coisas e os nomes.

Nesta perspectiva, a ênfase dada sobre a complexidade da linguagem descrita acima, tem por objetivo posicionar teoricamente a heterogeneidade como fundante da língua, do sujeito de linguagem, realizando uma crítica sobre qualquer tentativa reducionista em concebê-los. Assim sendo, cabe agora destacar algumas contribuições para sustentar tal premissa, ou seja, a de que a heterogeneidade é constitutiva do ser de linguagem conforme afirma Authier-Revuz (1982).

2.2. Do mito originário monolinguístico à Babel de línguas

A procura de uma língua fundamental e originária realizada por diferentes linguistas, conforme se discute em linguística histórica, demonstra um movimento de retorno ao paraíso adâmico. Conforme afirmam Amati-Mehler, Argentieri, Canestri (2005) citando o livro do Gênesis (2:19), Adão era onomatólogo da obra divina, ou seja, ele dava nomes a todas as coisas e, conforme o nome dado às coisas, esse seria o seu nome. Todos os filhos do casal originário falavam a mesma língua e foram construindo uma cidade e uma torre cujo topo alcançaria o céu. Quando Deus desceu à Terra para ver a cidade e a torre, decidiu confundir sua língua, de forma que ninguém mais entendia a língua do outro. As diferentes línguas espalhadas pela terra se expandiram, e criou-se uma cidade de nome Babel, cujo nome representa a própria confusão de línguas que se inaugura nesta passagem bíblica.

Os autores citados acima retornam à passagem bíblica para lembrar de certa crença ou busca da primeira língua, da língua fundamental. O mito de Babel inaugura a crença de uma língua originária que antecede a pluralidade de línguas espalhada

pela terra. Essa crença tem consequências importantes quando se pensa numa origem que foi perdida e que se busca encontrá-la. O movimento regressivo em encontrar a língua fundamental inscreve-se nos aspectos míticos, bíblicos, psicológicos e nas pesquisas tanto de linguistas como de psicanalistas, haja vista as teorizações em torno da língua/significante materno recalcado no inconsciente, ou melhor, nos diferentes signos do inconsciente que se encontram desconhecidos pela consciência (abordaremos essa questão posteriormente).

O mito de Babel transporta, entre outras coisas, a nostalgia de um mundo monolíngüístico, ilusório, e, porque perdido, sempre buscado. Neste sentido, este mito retrata, também, a tendência em reduzir a um fato, um fenômeno, uma língua, etc, a origem ou a causa última das coisas.

Conforme afirma De Mauro (2005, p.23), linguista italiano,

A existência dessa convicção monolíngüística profunda, quase inconsciente, que também foi a base para linhas de pesquisa que pareciam ser, ou eram, diferentemente orientadas, deve dar muito o que pensar para aqueles que não creem, como este autor, na adequação de uma ótica que negue ou reduza radicalmente a pluralidade e a diversidade linguística.

A língua fundamental permanecendo na memória de um povo como um traço que faz registro em cada um individualmente e, na coletividade, memória mítica da origem, possibilita o nascimento da pluralidade e a diversidade de línguas que banham os sujeitos falantes.

A passagem do monolinguismo para o plurilinguismo inaugura a pluralidade e a diversidade linguística como fundantes do ser de linguagem. Essa passagem se dá, conforme afirmamos antes, pela perda do paraíso mítico, do paraíso monolíngüístico. Assim sendo, vale a pena ainda lembrar, que essa perda inaugura no psiquismo o registro mnêmico da origem monolíngüística. Esse registro, embora inconsciente, não deve ter destituída sua importância, pois tende a aparecer na prática de linguagem tanto

como desejo de encontrar a língua fundamental, quanto como signos pré-linguísticos constitutivos do ser de linguagem.

2.3. A heterogeneidade constitutiva na perspectiva da Psicanálise

É indiscutível a contribuição e influência do pensamento psicanalítico para os diferentes campos de saber de uma forma geral, e para os estudos sobre a linguagem e a ciência linguística, de maneira específica. No momento, destacaria algumas ideias que influenciaram as formulações sobre a heterogeneidade constitutiva, defendida por Authier-Revuz (1982), fruto da interseção entre os campos da psicanálise, da linguística e da análise do discurso.

Não é nossa pretensão fazer um percurso detalhado do ensinamento freud-laciano que contribui para a hipótese da heterogeneidade constitutiva. Isso não seria nosso objetivo, uma vez que demandaria um trabalho de tal monta que por si só se constituiria numa tese. O objetivo aqui é discutir alguns conceitos e ideias centrais determinantes para o presente estudo.

A descoberta psicanalítica do Inconsciente, realizada por Freud, contribuiu para o deslocamento do sujeito centrado sobre si mesmo para o sujeito descentrado, ou seja, o Inconsciente, enquanto conceito psicanalítico, coloca em questão o centro da racionalidade humana, defendida pelo ideário iluminista, inaugurando a concepção de subjetividade na qual o sujeito está permanentemente dividido entre as forças/motivações inconscientes e pelas censuras do sistema consciente.

A formulação de sujeito dividido é calcionada pela extensa pesquisa freudiana, iniciada já nos seus primeiros estudos pré-psicanalíticos. Conforme afirma Mezan (1998), Freud havia se interessado pelo estudo da histeria, formulando a hipótese de que havia motivações psicológicas para o conjunto de sintomas apresentados neste quadro clínico e para o fato de o histérico não poder recordar as coisas relacionadas ao trauma, reprimindo assim, na sua memória consciente, esses fatos. Freud, através de suas observações clínicas iniciais, critica a hipótese explicativa da histeria sobre o primado orgânico e defende a hipótese das motivações reprimidas.

A posição freudiana, em deslocar as pesquisas sobre a histeria do primado orgânico para as questões subjetivas, foi um marco importante para todas as construções teóricas que faria posteriormente. A saber, pensar na histeria como manifestação ou expressão de traumas pressupõe que esses traumas estejam diretamente relacionados ao vivido pelo sujeito, sendo a história desses sujeitos inscritos em duas instâncias: a consciente e a inconsciente.

Vale lembrar que o interesse de Freud em descobrir as motivações subjetivas sobre diferentes manifestações orgânicas são originárias do tempo em que o autor era ainda um neurofisiologista. No estudo intitulado *Da interpretação das Afasias* de 1891, Freud introduz o par das representações – representação de coisa e representação de palavras, conceitos importantes que serão posteriormente problematizados pelo autor nos seus estudos metapsicológicos. Conforme afirma Assoun (1996, p.78-79), “Através da patologia afásica, foi realmente, de saída, a questão da *função da linguagem e do pensamento* que o criador da psicanálise encontrou”. As afasias constituíram para o autor o *statu nascendi* da discussão sobre o mundo representacional, ou melhor, sobre a relação entre as representações de coisa e de palavras. Esses estudos prepararam o terreno para que no seu trabalho de 1895, intitulado *O Projeto de uma psicologia científica*, estudo esse realizado também no período pré-psicanalítico, pudessem ser ampliadas as questões em torno da relação entre a linguagem, pensamento e o trauma. Segundo Garcia-Roza (1988, p.47), “O Projeto não é, portanto, uma tentativa de explicação do funcionamento do aparelho psíquico em bases anatômicas, mas, ao contrário, implica uma renúncia à anatomia e a formulação de uma metapsicologia” (conjunto de trabalhos escritos por Freud durante o período de 1915). A saber, a tentativa de se deslocar das bases anatômicas para o campo da representação possibilitou a teorização sobre a clivagem das representações segundo a ordem das coisas, ou dos objetos e a ordem das palavras. Observa-se que essa clivagem terá consequências importantes para a descoberta do Inconsciente e da função do recalque na constituição do sujeito dividido.

Freud (1891) afirma que a palavra, “unidade de base da função de linguagem é uma representação complexa, composta de elementos acústicos, visuais e cinestésicos”. Ela é, portanto um conglomerado de quatro elementos: “(a) a imagem sonora (verbal); (b) a imagem visual da letra; (c) a imagem motora da linguagem e (d) a imagem motora da escrita”. A palavra corresponde a um processo associativo complicado em que articulam-se a origem visual, acústica e cinestésica. Observa-se que definir a palavra, tomando como premissa a articulação desses quatro elementos, sugere pensar numa iconografia da letra.

Dessa forma, Assoun (1996, p.80-81), discorrendo sobre a posição freudiana de conceber a palavra como constituída de representações as mais heterogêneas, ou seja, em conceber que a significação da palavra liga-se à representação de objeto, afirma que

A união da palavra com a coisa (ou, mais exatamente, com o objeto, *Objektvorstellung*) remete, em Freud, ao encontro de duas “nebulosas” complexuais – donde uma notável consonância com a concepção exposta por Saussure, por volta da mesma época, em seu *Curso de linguística geral*. Sob a condição de deixar provisoriamente de lado as definições princeps do sino linguístico, do significante e do significado, vai-se observar a metáfora que aparece atestar um paradigma parcialmente comum entre Freud e Saussure.

Segundo ainda o autor acima, as representações (a palavra /a coisa) “são conglomerados tão complexos que apontam para um “x”, como se pudesse encontrar sempre novas determinações para essas nebulosas significantes e significadas”.

No decorrer das teorizações de Freud em torno das representações palavra/coisa, o autor influenciado, inicialmente, pelas posições de J. S. Mill, afirma que as representações de palavras se opõem às representações de objeto, sendo a primeira essencialmente acústica e a segunda essencialmente visual. Interessa destacar que esta polarização entre o acústico e o visual, nas formulações do autor, aproxima-se das ideias de Saussure descrita em seu *Curso*, conforme relata Assoun (1996).

Embora seja problemático saber com certeza se Freud e Saussure tiveram conhecimentos sobre seus trabalhos, uma questão importante é que Freud conhecia o nome de Saussure, não o Ferdinand, mas o seu filho Raymond. Segundo Arrivé (1999), Freud havia escrito no prefácio da sua obra *O método psicanalítico*, publicada em 1922, que o Dr. de Saussure havia feito o sacrifício de ter sido analisado pelo mesmo. Destaca-se que Raymond, analisante de Freud, devia conhecer bem o Curso, uma vez que havia escrito uma carta a Charles Bally (responsável pela edição do Curso) mostrando um profundo conhecimento da obra, sugerindo, inclusive, um encontro entre as pesquisas da linguística saussurianas e as da psicanálise.

A discussão sobre a possibilidade de Freud ter conhecido ou não a obra de Saussure é interessante na medida em que se observa no nascedouro da psicanálise freudiana uma série de formulações em que se articulam as observações clínicas do autor às teorizações sobre o mundo da representação (de palavras e de coisas), além de teorizar sobre os signos em seu livro *A Interpretação dos Sonhos*.

Segundo Kristeva (2000), o verdadeiro modelo psicanalítico da linguagem se observa a partir do livro *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900, quando Freud aborda a prática analítica através do método da associação livre. Embora faça essa afirmação, a autora descreve a importância do primeiro modelo de linguagem que aparece na obra freudiana e que foi exposto acima quando apresentados os escritos pré-psicanalíticos – tanto o das Afasias, quanto o do Projeto.

O segundo modelo de linguagem é considerado por Kristeva (2000, p. 71) como um modelo otimista, próximo à concepção estrutural da linguagem, na qual Lacan se apoiará mais tarde. Neste modelo, o paciente é convidado a falar, produzir uma narrativa. A narrativa “modifica profundamente a concepção clássica de linguagem (...) é realmente a narrativa, e não os sinais e a sintaxe, que permitem que se opere essa modificação”. Neste sentido, o que está em questão é a força da narrativa do paciente em tornar consciente o que está inconsciente, ou seja, através da fala ressignificar o traumático. Ele é otimista porque se concebe o inconsciente articulado como língua, onde o ‘eu’ possa decifrá-lo

e descobrir regras, dando acesso ao desconhecido e ao traumático. Porém,

Para conseguir esse 'domínio do consciente' sobre o inconsciente, o modelo do inconsciente será por sua vez influenciado pela consciência linguística. Além de ser a intermediária entre o inconsciente e o consciente, a linguagem, para que o analista possa melhor entendê-la, para que 'eu' me encontre como sujeito falante e consciente, precisa receber uma estrutura que se *pareça* com a consciência linguística, que represente uma certa forma linguística audível, compreensível. Desse modo, o sonho, tomado como atualização exemplar do inconsciente, seu 'caminho real', segundo *A Interpretação dos Sonhos* é modelado, certamente, como 'outra cena', mas também provido de início de uma 'gramática' ou de uma 'retórica' (deslocamento – condensação – sobredeterminação que reata com metonímia e metáfora), à semelhança da linguagem consciente.

Segundo ainda Kristeva (2000), a maioria dos que saudaram o estruturalismo se limita a esse segundo modelo de linguagem. Porém, para a autora, Freud se afastou desse modelo para elaborar o seu terceiro modelo psicanalítico de linguagem denominado pela mesma de *significância*.

Esse terceiro modelo da linguagem inaugura-se em *Totem e Tabu* (1912), e está representado, de um lado, pelos atos que se repetem sem ter representantes psíquicos (o assassinato do pai) e, de outro, por “uma assimilação-identificação com esta instância de poder representada pelo pai e que se efetua por intermédio da refeição totêmica, o qual gera o pacto simbólico entre os irmãos” (ibid, p.80). Neste sentido, Freud acentua simultaneamente duas estratégias psíquicas: atos irrepresentáveis (o coito e o assassinato do pai) *versus* representações estruturantes através da identificação ao pai.

Vale destacar, neste terceiro modelo de linguagem, que, a partir de 1920, Freud introduz o conceito de pulsão de morte, conceito este que irá dialetizar com a pulsão de vida que havia sido apresentada em *A Interpretação dos Sonhos*. Nesta obra a pulsão de

vida fora referida como libido, energia de ligação. Desta forma, o que sobressaía no paradigma do sonho desenvolvido no segundo modelo de linguagem era, conforme afirmado antes, uma visão otimista de linguagem na qual o sonho era a realização de um desejo realizado pela pulsão ligante ou pulsão de vida. E a rememoração e a construção de narrativas, através do método da livre associação, teria como premissa ligar as representações de coisas com as representações de palavras.

Porém, com a descoberta da pulsão de morte ou pulsão de desligamento, introduz-se no terceiro modelo de linguagem freudiana a oposição entre o nominável e o inominável, o pulsional e o simbólico, o que é linguagem e o que não é. A saber, introduz-se neste terceiro modelo a porção irrepresentável da linguagem. Isso tem consequências importantes tanto para o trabalho analítico, quanto para a compreensão de linguagem. Por mais que rememoremos os fatos vividos e liguemos o material consciente ao material inconsciente, há sempre uma dimensão irrepresentável, inacessível à simbolização.

O inominável, conforme afirmado acima, tem consequências importantes para os estudos linguísticos e psicanalíticos. Para Kristeva (2000), o inominável possibilita pensar num processo de significância baseada no negativo. O que isso significa? Que o processo de significância deva levar em conta a linguagem e seu substrato pulsional. Neste sentido a ideia do negativo lembra que muita coisa escapa ao mundo representacional do sujeito, ou melhor, muita coisa torna-se impossível de ser simbolizada ou impossível de ser positivizada através dos processos cognitivos e afetivos que contribuem para a constituição do ser de linguagem.

Neste sentido, a significância é tomada pela a autora a partir dos desdobramentos dos modelos freudianos descritos acima. Conforme afirma Kristeva (2000, p.104-105),

Deixando em aberto o campo do discurso – assim como o da interpretação – como uma narração que se alimenta de sensações-vestígios mnésicos e as transpõe (*métaphorein*) em sinais narrativos investidos por eles mesmos, o ser humano é um falante habitado por Eros – Tanatos e por um terceiro componente, que não é a linguagem nem a pulsão, mas

que sobredetermina as duas primeiras: é a significância] ... [A significância que tento ressaltar por minha leitura de freud parece muito mais vasta, reconheçam, do que o espírito dos cognitivistas, calcados na lógica, quando não na informática. Uma significância aberta para o ser e que se apresenta aqui e agora nas estruturas da narração, eis algo para reativar o interesse de vocês...

É interessante o fato de a autora nomear de *significância* esse terceiro modelo freudiano, exatamente o que destaca o inominável, o pulsional, constituindo o ser de linguagem. O processo de significação e simbolização está, desta forma, diretamente implicado num trabalho complexo em que se observa um caleidoscópio de signos pré-linguísticos e linguísticos.

Kristeva (2002) faz uma distinção entre o sentido pulsional e afetivo representado pelo conjunto de sinais sonoros, visuais, táteis, etc, o qual é denominado pela autora de nível semiótico, do nível da significação linguística. Este se realiza nos signos linguísticos e em seu ordenamento sintático-lógico. A distinção entre o nível semiótico e o nível linguístico da linguagem é lembrada pela autora para alertar o fato da clínica psicanalítica atentar para essas duas dimensões da linguagem quando no trabalho de análise.

O nível semiótico, constituído pelas diferentes sensações e imagens pré-linguísticas, constitui o *genotexto* do simbólico. Os signos que constituem o genotexto estão numa relação direta com o imaginário, sendo o imaginário formado a partir de um caleidoscópio de imagens do ego, nas quais advém o sujeito da enunciação.

Pensar no genotexto do simbólico é mais uma vez afirmar nossa posição em relação ao caráter heterogêneo da constituição do ser da linguagem. Ao simbólico escapam diferentes vestígios, imagens e sensações que produzem o genotexto que consideramos imprescindível para os estudos e pesquisas em torno das questões discursivas e textuais. É nesta perspectiva que Kristeva (2002, p.119) posiciona-se, conforme citação abaixo:

O discurso é um fato psíquico complexo que não se reduz à dimensão, que chamei de simbólica, das categorias

gramaticais e da combinação destas. Compreende a modalidade semiótica, que é heterogênea à língua. Nela se desdobram os representantes psíquicos dos afetos e, com eles, a dramaturgia dos desejos, dos medos e das depressões que têm um sentido para as criança, mesmo que esta não consiga inscrever-se na significação codificada da língua de uso.

Pode-se resumir o que até aqui foi exposto sobre os três modelos de linguagem freudiana e as posições de Kristeva sobre eles que: a heterogeneidade se apresenta no primeiro modelo de linguagem através das oposições entre representações de coisas e de palavras; no segundo modelo, evidencia-se a heterogeneidade da linguagem a partir dos estudos sobre o material inconsciente recalcado e que viria à cena discursiva através do método narrativo da associação livre – a dialética consciente/inconsciente; e, no terceiro modelo, há a radicalidade do campo heterogêneo da linguagem quando é inaugurado o conceito de pulsão de morte e tudo que dele se desdobra, a saber, o estudo do inominável ou do irrepresentável apontando para uma impossibilidade e limite do simbolizável. Isso nos remete ao conceito lacaniano do Real e sua relação com os registros do Simbólico e do Imaginário, conforme discutido no primeiro capítulo.

É a partir destas construções freudianas que Lacan realiza com maestria sua escrita muito particular sobre os ensinamentos freudianos articulados aos linguísticos, subvertendo de alguma forma essas fontes teóricas que lhe servem de apoio. Em Freud, observamos a insistência do heterogêneo ou da heterogeneidade da linguagem nos três modelos descritos acima. Em Lacan, a heterogeneidade da linguagem é, também, problematizada durante o percurso de sua obra. Embora não seja nosso objetivo descrever o percurso teórico lacaniano em que o tema da heterogeneidade está posto, cabe aqui lembrar o que foi exposto no primeiro capítulo sobre as diferenças entre o outro e o Outro na constituição do ser de linguagem. O Outro como linguagem contribuiu para a ideia da heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz, na medida em que o ser de linguagem está desde sempre atravessado pelo Outro.

Além de refletir e articular a constituição do sujeito a partir da relação que o *infans* estabelece com o Outro, primeiro assujeitado e alienado ao Outro (mãe), e depois diferenciado do outro, tornando-se um semelhante, Lacan (1998) contribui, também, para os estudos da heterogeneidade constitutiva quando subverte o signo saussuriano e destaca a “morte” do significado e o privilégio da cadeia significante. Não há, para o autor, uma simetria entre significado e significante. Ao contrário, há uma supremacia deste sobre o significado, sugerindo que a constituição do ser de linguagem se faz quando se inaugura a falta através da passagem da posição de alienação ao Outro à posição de sujeito de desejo.

Outra contribuição lacaniana aos estudos da heterogeneidade da linguagem observa-se no enodamento entre os registros do Real, Simbólico e Imaginário. Neste enodamento, o simbólico, registro imprescindível para que se possa falar e significar as vivências do sujeito, está enlaçado tanto ao registro imaginário (evidenciado pela fase do espelho – alienação do sujeito), quanto pelo Real, registro do inominável, do impossível de ser simbolizado ou que não cessa de não se inscrever.

O ser de linguagem é, neste sentido, constituído não só pela falta advinda do trabalho articulado pelo registro do simbólico com o imaginário, mas também, pelos traços, vestígios ou signos que não cessam de não se inscrever (signos irrepresentáveis), que advêm do Real. Desta forma, assim como Freud havia sugerido no seu terceiro modelo de linguagem dos aspectos pulsionais, irrepresentáveis, constituintes do ser de linguagem, Lacan os destaca e teoriza nomeando de Real esses aspectos que introduzem no simbólico e na linguagem um impossível de ser dito e representado.

2.4. Algo mais sobre os fios que bordam as palavras no campo da Heterogeneidade

Tomando a hipótese da divisão do psiquismo defendida pela psicanálise, tem-se uma ideia da complexidade que envolve a constituição do ser de linguagem. Pensar nesta complexidade é manter a tensão existente entre as dimensões consciente e inconsciente. É defender, também, uma posição em que os atos enunciativos são tecidos numa rede de signos verbais, não-verbais e

pré-verbais, signos esses discutidos por Amati-Mehler, Argentiére, Canestri (2005, p.184). Esses autores diferenciam os elementos não-verbais da comunicação dos elementos pré-verbais.

Os elementos não-verbais da comunicação e da expressão são conhecidos: um gesto, uma imagem, uma manifestação somática não são certamente verbais; são, se assim desejarmos chamá-los por comodidade de expressão, 'linguagens' diversa da linguagem verbal, ou melhor ainda, códigos ou sistemas de sinais que variam significativamente do código linguístico

Os elementos pré-verbais, por sua vez, correspondem a "o sentido de atividade de comunicação, mas também de atividade psíquica em geral do sujeito infantil". Correspondem em geral ao período do sujeito antes da aquisição da linguagem. Por fim, os elementos verbais correspondem a aquisição da linguagem, ou melhor, a capacidade do sujeito em fazer uso dos signos linguísticos, dos símbolos, da língua.

Os três elementos descritos acima – não-verbal, pré-verbal e verbal –, articulam-se através dos seus códigos próprios, produzindo um tecido discursivo bastante heterogêneo. Neste sentido, a linguagem, embora constituída por diferentes códigos, detém um papel organizador na medida em que é possível reagrupar os elementos não-verbais como sistemas *paralinguísticos*.

Segundo, ainda, Amati-Mehler, Argentiére, Canestri (2005, p.189),

Mantendo em mente a especificidade e autonomia dos códigos, é também possível investigar adequadamente a correlação entre eles. O linguista R. Jakobson distinguia diversas operações quando lidava com um texto. Definia como 'reformulação' (*rewording*) a interpretação de signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua, de cuja operação a tradução é um tipo particular, na qual os signos interpretados pertencem a uma outra língua. 'Trasmutação' (*transmutation*), a interpretação de signos verbais por signos não-verbais e vice-versa; e 'transformação' (*transformation*) a reorganização das relações entre signos e sentido sincrônico ou diacrônico...

Interessa destacar que o autor, ao lembrar do trabalho desenvolvido por Jakobson em articular o sistema paralinguístico ao sistema linguístico, o que se observa por exemplo, no trabalho de transmutação, remete esta relação tanto para o que acontece no *setting* analítico quanto para as teorizações freudianas em torno da articulação entre as imagens oníricas e os signos hieroglíficos.

Quanto ao *setting* analítico, deve-se considerar “os problemas *sui generis* da interpretação. Quando ocorrem na análise, esses elementos não-verbais merecem, mais do que nunca, serem chamados de *paralinguísticos*; de fato, fazem parte de um denso tecido discursivo comum ao analista e ao analisando” (ibid, p.189). Neste contexto peculiar do *setting* analítico, no qual se trabalha com as questões transferenciais, tanto o analista como o analisante compartilham de uma experiência discursiva em que as palavras e as coisas, ou melhor, os signos linguísticos e os paralinguísticos, se entrelaçam interminavelmente ora desvelando, ora velando os sentidos e os não sentidos do ato enunciativo.

Quanto às articulações freudianas entre as imagens oníricas e os signos hieroglíficos desenvolvido pelo autor em *A Interpretação dos Sonhos*, destacaria o interesse de Freud em realizar uma leitura destas imagens, concebendo-as como signos hieroglíficos, a saber, como imagens potência a serem decifradas. Porém, vale salientar que sua decifração se distancia do trabalho de Champollion que consistia em atribuir aos hieróglifos egípcios uma série de convenções, tentando dessa forma encontrar o sentido da língua ainda desconhecida. Para Freud, as imagens dos sonhos era uma escrita hieroglífica na qual caberia ao sonhador decifrá-la. E o contexto analítico seria um espaço que possibilitaria o possível desvelamento destes hieróglifos.

Considerar as imagens do sonho como uma escrita hieroglífica tem consequências importantes não só para a possibilidade do analisante decifrar esses signos e, assim, escrever o texto de sua história considerando a leitura do inconsciente, mas, também, para o fato de que a língua comporta as palavras e as imagens que as constituem, ou seja, deve-se considerar os hieroglíficos como um ideograma ou como um desenho que comporta a palavra.

A relação entre a palavra e o desenho que a comporta apresenta-se de forma explícita na língua chinesa. A língua chinesa é um bom exemplo de um sistema ideográfico. Segundo Amatti-Mehler, Argentieri e Canestri (2005, p.190),

Enquanto a forma linear de escrita subordinou a expressão gráfica à fonética, na *língua chinesa*, ao contrário, o pensamento pode dispor para exprimir-se de uma organização não-linear do espaço, o que tem consequências significativas. Enquanto o sintagma falado, a frase efetivamente pronunciada move-se necessariamente em uma dimensão temporal linear, e correspondentemente sua transcrição gráfica é geralmente linear no espaço, o ideograma, por sua vez, situa-se em um espaço não-linear que potencialmente coloca à sua disposição todos os níveis possíveis que o nível plano oferece ao pensamento. Dentro da série imaginária de 'figuras do pensamento', a escrita chinesa é certamente um exemplo não apenas único, mas fascinante: uma forma de escrita que se sustenta entre expressão escrita e expressão artística.

O desenho que comporta as línguas, as palavras, e que na maioria das vezes se encontra recalcadas no inconsciente, evidencia-se na língua chinesa através de seus traços peculiares. Sobressai-se, nesta língua, o ideograma, como se no interior dela comportasse um certo bilinguismo: a existência de uma escrita ideográfica independente da palavra. Desta forma, seria demais pensarmos que a língua chinesa seria um exemplo vivo de uma grafia em que o figurativo recalcado nas outras línguas, nela é apresentada, tornada manifesta? E mais, o que significa para um povo escrever utilizando como código o próprio ideograma? Estas questões nos interessa na medida em que se observa que nas línguas ocidentais o ideograma, os traços, as imagens, foram recalcados durante o processo de apropriação da linguagem, ou seja, no lugar do ideograma nasceram as letras, as palavras.

Continuar tematizando essa relação entre o código figurativo ideográfico e o código linguístico, propriamente dito, tem por objetivo destacar a complexidade da linguagem e do tecido discursivo no qual estamos submersos e discutir as situações onde

o figurativo toma a cena enunciativa. Assim como se observa a figurabilidade tomando a cena no texto chinês, observa-se, também, a figurabilidade tomando a cena enunciativa/discursiva nas especificidades das construções discursivas e textuais de sujeitos numa vivência psicótica. Embora problematizando esta questão posteriormente, vale apenas lembrar que a vivência psicótica caracteriza-se pela dificuldade do indivíduo em transitar pelo mundo simbólico da linguagem, utilizando-se de neologismos e, muitas vezes, de construções delirantes para narrar sua forma de estar no mundo.

Neste sentido, lembro-me de um paciente interno em hospital psiquiátrico que, durante frequentes encontros comigo, tinha o hábito de me mostrar seus textos escritos em que utilizava ideogramas semelhantes aos dos chineses, palavras das línguas inglesa, portuguesa e alemã e neologismos os mais variados. Costumava, também, desenhar uma série de signos desconhecidos por mim, mas que para ele adquiria sentido e conexão entre as grafias das línguas descritas acima. Embora eu não entendesse o que este paciente falava e escrevia em seus textos, chamava atenção o estilo de suas construções, seus traçados e organização. Seus textos eram capazes de mobilizar diferentes profissionais do hospital pela plasticidade e figurabilidade na qual se estruturavam. Eram interessantes os encontros com este paciente, uma vez que sempre me davam a sensação de estar falando com uma pessoa da cultura oriental. Ele usava colares e pulseiras com símbolos orientais, cabelos pretos compridos e lisos e sempre muito comunicativo. Os símbolos orientais tanto sobressaiam em seu vestuário, quanto sobressaiam nos “ideogramas” escritos em seus textos. Este paciente era capaz de passar horas descrevendo, lendo ou explicando o que havia sido produzido. Parecia sentir grande prazer quando eu ficava atento escutando e olhando o que havia feito. No final sempre agradecia por tê-lo escutado. Eu escutava e olhava um monte de palavras, expressões que não se encontram na língua portuguesa e que me parece não se encontrar em nenhum código linguístico. Eram neologismos construídos a partir de junção de sílabas, letras e traços de diferentes códigos, uma verdadeira salada de letras e signos pré-linguísticos.

Embora o traçado oriental sobressaísse, não podemos afirmar que aquele traçado pudesse ser socializado entre o povo chinês. O paciente apenas inspirava-se nos ideogramas chineses para produzir ideogramas muito particulares circunscritos à sua realidade subjetiva. Dava a sensação que o mesmo tinha a pretensão de criar um código próprio a partir dos códigos aos quais tinha ou teve acesso. Com esta intenção, tornava-se difícil entender o que o mesmo estava enunciando. Porém, paradoxalmente, não relutava em socializar seus textos entre os funcionários do hospital. Destacava-se, inclusive, por esta característica. Gostava de ser atendido pelos estagiários de psicologia, uma vez que os mesmos se interessavam pelos seus textos, porém com frequência transparecia que a psicologia precisava modificar-se para entendê-lo.

Esta breve descrição acima nos faz pensar que a produção de um texto e/ou discurso tem características diferentes quando: o enunciador é capaz de metaforizar e simbolizar dentro de um universo de linguagens; e, quando o enunciador encontra-se com precária capacidade de simbolização, conforme observamos em pacientes numa vivência psicótica. Dito isto, é necessário ressaltar que estas pessoas são potencialmente capazes de produzir textos/discursos em que a figurabilidade toma a cena, imagens estas estrangeiras aos neuróticos porque recalçadas na tenra infância.

A figurabilidade nas produções discursivas nos remete aos signos que compõem a dimensão estrangeira da linguagem, ou melhor, à dimensão a-simbólica inscrita nos sujeitos de linguagem. Devido à importância que elas têm para nosso estudo, discutiremos no próximo capítulo a estranheza e a noção do estranho-familiar na linguagem, articulando ao discurso nas psicoses.

3

A estranheza da linguagem e a clínica das psicoses

Duas questões são fundamentais quando se reflete sobre a clínica das psicoses: a primeira diz respeito à origem do sujeito na linguagem, ou melhor, na heterogeneidade de linguagens; a segunda, quando o estranho inscrito nas formas de linguagens torna-se figura no acontecer psíquico. Articular essas noções à clínica das psicoses nos convoca, inicialmente, a discutir o tema do estrangeiro e do estranho-familiar se apresentando nas vivências humanas de forma geral, e, nas psicoses, de modo específico.

3.1. Sobre o fenômeno da exclusão do Estrangeiro

O fenômeno em torno da exclusão do estranho, do diferente, inscreve-se na história da humanidade de uma maneira geral, e na história dos sujeitos, de forma particular.

Numa perspectiva mítica, destacaria apenas dois mitos para retratar a ideia da exclusão e do estrangeiro, influenciando até hoje as representações simbólicas de diferentes culturas: o mito de Adão e Eva e o mito de Édipo.

No mito de Adão e Eva, o tema da exclusão é tratado na medida em que esse casal é expulso do paraíso por ter Eva mordido a maçã, fruto do desejo, mas também fruto proibido. O casal em questão transgride a lei do Paraíso, representada aí pela proibição em morder o fruto desejado. Essa transgressão da lei transforma Adão e Eva nos primeiros errantes da história mítica humana. Como errantes, expulsos do paraíso, Adão e Eva encarnam a força do desejo e a necessidade de o Homem deslocar-se de um lugar protegido, aparentemente seguro, e aventurar-se pelo desconhecido, assumindo sua condição de excluído, mas também assumindo sua condição de sujeito de desejo.

O mito de Édipo também é marcado pelo fenômeno da expulsão e da estrangeiridade. Édipo teria sido expulso quando criança de sua cidade natal, habitando um país estrangeiro durante toda sua vida de juventude. Após passar todos esses anos excluído, retorna a sua cidade sem saber que era na realidade sua cidade de origem. Desconhecendo sua origem, envolve-se numa trama triangular de paixão pela mãe-desconhecida e matando o pai-desconhecido. Ao realizar o desejo – enamorar a mãe e matar o pai –, o mesmo transgredir uma lei primordial (a do incesto), e torna-se um errante em país estrangeiro. Vale lembrar que após realização do desejo, Édipo é novamente expulso de seu país.

Os mitos descritos sucintamente acima demonstram a relação entre a transgressão à lei e a expulsão e exclusão para terras estrangeiras. Dentre tantas considerações que possam ser feitas, pois os mitos como grandes metáforas evocam intermináveis reflexões, gostaria apenas de deter-me no tema da exclusão e do estrangeiro. Adão, Eva e Édipo excluídos do país de origem, nos faz pensar na condição humana de ser errantes, estrangeiros, de nossos primeiros habitats, o seio materno. Somos todos marcados pelo duelo entre a força do desejo e os interditos culturais. Nesta batalha se reatualiza em cada sujeito o temor da exclusão e sua própria estrangeiridade, vividos dentro de um contexto cultural em que são expressos por diferentes linguagens o drama e as tragédias da existência humana.

Ser estrangeiro, para Kristeva (1994), é a própria condição humana. Somos todos estrangeiros para nós mesmos, embora se possa falar nas diferentes dimensões que esse tema suscita.

O estrangeiro pode ser concebido como o outro que habita um outro país, outras leis, que fala uma outra língua. Aquele representado por hábitos culturais e sociais diferenciados, evocando estranhamento a quem se aproxima para conhecer e/ou partilhar de sua estrangeiridade. Esse outro, de uma outra nacionalidade, é fonte de curiosidade e de ameaça. Kristeva (1994) lembra os bárbaros e os imigrantes representados como outros ameaçadores. Eles invadem as cidades, desestabilizam as normas de uma dada cultura, além de falarem outra língua.

A autora em questão, ao lembrar das antigas estruturas sociais, afirma que

o estrangeiro é o outro da família, do clã, da tribo. Inicialmente, ele se confunde com o inimigo. Exterior à minha religião também, ele pode ser o infiel, o herético. Não tendo prestado fidelidade ao meu senhor, ele é nativo de uma outra terra, estranho ao reino e ao império (KRISTEVA, 1994, p.100).

Essa concepção histórica de articular a ideia de ser estrangeiro ao outro que habita outra tribo, outro clã, tem consequência direta na articulação entre ser estrangeiro e a formação dos Estados-nações. Esses são formados segundo dois regimes jurídicos: *jus solis e jus sanguinis*, ou seja, o direito segundo a terra e o direito segundo o sangue. Considera-se, portanto, pertencente ao mesmo grupo aqueles nascidos no mesmo solo, ou aquelas crianças nascidas de pais nativos.

Com a formação dos Estados-nação, chega-se a uma definição moderna, segundo ainda Kristeva (1994, p.101), da condição de ser estrangeiro: “o estrangeiro é aquele que não pertence à nação em que estamos, aquele que não tem a mesma nacionalidade”. A condição de ser estrangeiro afeta sobremaneira as culturas. Pode-se pensar em culturas que assimilam e acolhem o estrangeiro, respeitando sua diferença, não dissolvendo seu próprio ser na lógica cultural existente. Porém, pode-se pensar também em culturas em que os estrangeiros são ameaçadores. São concebidos como os terroristas, os sem-lei, os intrusos. São representados como os destruidores dos códigos culturais vigentes, devendo ser banidos deste universo. Ser estrangeiro é, em última análise, ocupar uma posição paradoxal na cultura, ou seja, objeto de fascínio, admiração e objeto de repulsa e aniquilamento.

3.2. O estrangeiro e a estranheza da loucura

Diferentemente da perspectiva que concebe o estrangeiro sendo o outro, quem fala outra língua, relacionaremos ser estrangeiro à própria condição humana. O que significa sermos todos estrangeiros, ou melhor, como afirma Kristeva (1994) “estrangeiros para nós mesmos” e, mais ainda, em que medida essa condição

articula-se com as diferentes representações do que formulamos como loucura?

Para responder a tais questões destacarei as formulações freudianas “*Das Unheimliche*” (O Estranho-familiar) e articularei esse conceito ao de loucura.

Em seu artigo *Das Unheimliche*, Freud (1919) descreve

uma vivência, caracterizada pela oscilação ou pela presença simultânea da sensação de familiaridade e estranheza. O “Un” não (-familiar) exprime, segundo ele, o efeito do recalque, de forma que a sensação de *Unheimliche* corresponde ao retorno do desejo inconsciente, que se apresenta ao sujeito como algo que lhe é, ao mesmo tempo, estranho e familiar... . Na experiência de *Unheimliche* a realidade parece dar razão à possibilidade da realização imediata do desejo, às crenças mágicas, animistas e... à crença em forças ocultas maléficas (MENEZES, 1998, p. 121,122).

A teorização de Freud em torno da vivência do estranho-familiar é possível, pois em sua perspectiva o sujeito é dotado de inconsciente. Isso equivale a dizer que o sujeito não é senhor de si mesmo. Ele é movido pela força do desejo, sendo o desejo o responsável pelos caminhos tortuosos trilhados por cada pessoa.

As diferentes vivências humanas registradas na tenra infância e tornadas inconscientes tendem a retornar à consciência por diferentes caminhos, a saber, através de atos falhos, sonhos, sintomas, etc. Elas retornam como sendo estranhos ao sujeito, como se viessem de um lugar exterior ao mesmo. Neste sentido, ao refletir sobre o estranho-familiar, Kristeva (1994, p. 191) lembra que a palavra alemã descrita por Freud para retratar a vivência da *Unheimliche* é composta do

adjetivo alemão *heimlich* e do seu antônimo *unheimlich*, que um sentido negativo próximo do antônimo já se liga ao termo positivo de *heimlich*, “familiar”, que significa também “secreto”, “íntimo”, “escondido”, “tenebroso”, “dissimulado”. Assim, na própria palavra *heimlich*, o familiar, o íntimo e o natural (de *heimsch*) se invertem em

seus contrários, dando no sentido oposto de “sobrenatural” que contém unheimlich. Essa imanência do sobrenatural no familiar é considerada como uma prova etimológica da hipótese psicanalítica segundo a qual o “sobrenatural” é essa verdade particular da coisa assustadora que remota ao há muito já conhecido, há muito já familiar.

Essa consideração a respeito da etimologia da palavra alemã confere ao fenômeno sobrenatural àquilo que teria sido no passado familiar. O familiar registrado no sujeito no tempo passado retorna, no presente, como estranho. O sobrenatural, nesta medida, equivale ao estranho que habita o próprio sujeito – sujeito do inconsciente. Nesta perspectiva, o sobrenatural desalojado da exterioridade na qual o medo se fixa é integrado ao familiar- estranho, ou melhor, ao outro que é meu próprio inconsciente.

A contribuição freudiana na descoberta do inconsciente e na problematização do estranho-familiar possibilita deslocar o estranho, o estrangeiro, do exterior para o interior do sujeito, conforme afirmamos acima. Esse deslocamento tem consequência do ponto de vista epistemológico, principalmente quando se pensa o deslocamento do sujeito – do sujeito centrado sobre si mesmo (sujeito da consciência) para o sujeito descentrado (sujeito do inconsciente).

O sujeito descentrado é habitado pelas dimensões estrangeiras-familiares, ou melhor, ele é produzido e produz suas experiências sendo o estrangeiro ele mesmo. O estranho habita o sujeito, o estranho é o íntimo desconhecido, podendo ser atribuído também à vivência da loucura. Desse modo, a loucura torna visível o estranho de si mesmo. É a expressão máxima de uma vivência em que o estranho-familiar toma a cena das experiências humanas, ou ainda, se quisermos utilizar a imagem da figura-fundo, ela se torna a figura no acontecer psíquico.

A loucura durante muito tempo foi atribuída à perda da razão, haja vista as considerações amplamente discutida por Foucault acerca da relação entre norma, racionalidade e loucura. O controle do sujeito sobre o outro e sobre si mesmo, criando normas e leis rígidas, disciplinam corpos e mentes e tem como questão central controlar a estranheza de cada indivíduo, particularmente,

e controlar as forças estranhas e avassaladoras que não cessam de ameaçar as sociedades. Na tentativa de aplacar o estranho-familiar e controlá-lo, criam-se “diques” por onde possa escoar o estranho. Os “diques” nada mais são do que as diferentes representações culturais ou espaços-lugares instituídos pela cultura (religiões, escolas, valores, tabus, etc.) para acolher e simbolizar o estranho-familiar que habita o sujeito de linguagem.

É tênue o limite que separa o natural do sobrenatural, o racional do irracional, o consciente do inconsciente, a normalidade da loucura. O sujeito é constituído por esses paradoxos, podendo ser a loucura concebida como a estranheza que habita o sujeito, porém devendo ser repelida pelo mesmo, pois é fonte de ameaça devida à sua força avassaladora, destrutiva.

Os “diques” culturais, destacados antes, no fundo constituem o mundo de linguagens por onde é possível o sujeito criar e recriar-se constantemente. Introduzir-se na linguagem e participar das suas diferentes formas expressivas é uma maneira de partilhar a loucura nossa de cada dia. Uma vez escoada do seu fim destrutivo, a loucura é fonte de criação e produção. Neste sentido, vale perguntar: o que seria do sujeito se não houvesse no interior dele mesmo o estrangeiro? Provavelmente não seria capaz de criar formas de linguagens tão diversificadas observadas em diferentes contextos culturais.

Embora, com frequência, atribua-se à loucura um caráter perigoso, destruidor, não devemos esquecer que nela reside a fonte da criação humana. Transitar pela criação e pela linguagem faz do homem um ser errante. Um errante da natureza, pois distanciando do natural, do objeto dado, do paraíso mítico para sempre perdido, não resta outra saída ao homem que reinventar ou inventar – “delirar” – através de linguagens.

Neste sentido, as linguagens se apresentam como formas comunicativas heterogêneas, constituídas por uma rede complexa de signos, ou melhor, um caleidoscópio de signos. Imerso nesta complexidade de linguagens nos comunicamos não só pelas palavras, mas através de imagens, gestos, sons, enfim, o corpo torna-se o cenário de onde partem e chegam esses signos.

A heterogeneidade de linguagens habita o Ser e o faz heterogêneo, múltiplo. Essa característica do sujeito de ser constituído por múltiplas linguagens, por um lado enriquece a capacidade de transmitir experiências, mas de outro lado, essa mesma multiplicidade de signos é fonte de ameaça quando o Simbólico encontra-se fragilizado diante da força do Real.

Duas possibilidades podem ser pensadas quando o Real se sobressai durante a vivência comunicativa: a primeira diz respeito à capacidade do sujeito em amarrar a estranheza do Real numa rede de signos, produzindo, por exemplo, uma obra, um nome, conforme realizado por Joyce; a segunda, quando impossibilitado de fazer com o Real algo produtivo, o sujeito é tomado pelas forças não simbolizáveis e sucumbe a elas. Isso acontecendo, o sujeito torna-se refém das letras estranhas ao código da língua materna de uma dada realidade simbólica e social.

Desse modo, tanto na perspectiva em que se produz com o Real, quanto na que se sucumbe ao Real, o fenômeno da estranheza se apresenta no espaço comunicativo e enunciativo. Porém, há diferenças na maneira de lidar com o estranho nestas duas perspectivas.

Laia (2001), ao abordar o estranho na literatura e na loucura, afirma que tanto na literatura quanto na loucura o estranho vai se impor, porém de maneira diferente. O autor diferencia a produção de Joyce, em que foi possível esculpir um nome, de outras personagens em que não foi possível.

Parece-me, então, que o estranho da linguagem representado pela dimensão lacaniana do Real, o que não cessa de aparecer e, ao mesmo tempo, o impossível de ser simbolizado, produz efeitos significativos sobre os sujeitos: produz arte, criação, nome, e também produz loucura. É sempre frágil a posição do sujeito diante da força estrangeira. Ou ele faz dela objeto de criação, ou a estranheza o aprisiona numa rede de signos protossimbólicos, onde se sobressaem as imagens, os sons, enfim, o mundo não-verbal.

Sobressai-se na vivência da loucura ou, usando a terminologia clínica, na vivência psicótica, um texto de signos não-verbais como os descritos por Amati-Mehler, Argentieri, Canestri (2005, p. 184).

Esses autores, ao discutirem as linguagens verbais, não-verbais e pré-verbais constitutivas do ser de linguagem, afirmam que

... o material não-verbal que emerge no adulto pode ter suas raízes no período infantil, com a característica, acima mencionada, de formações anacrônicas, relíquias de um passado remoto, anterior ao advento da linguagem. Elementos de tal gênero podem, por exemplo, ser identificados na criação poética, na linguagem amorosa, na linguagem do jogo ou na invenção de línguas nos estados de transe ou de exaltação mística (como no caso dos pentagonistas), e ainda na tensão criativa (ou – no discurso psicótico – na tensão desagregadora) do balbucio infantil, na potencialidade fonética quase ilimitada do bebê antes do acesso à linguagem, bem como podemos ver em certos gestos, em certos movimentos do corpo, em certas manifestações somáticas um chamado “período negro”, antecedente à organização simbólico-lingüístico.

O conjunto de signos não-verbais anteriores à organização simbólico-lingüística são identificados, dentre outras situações, na tensão desagregadora da vivência psicótica, conforme descrito acima. Isso equivale a dizer que a clínica das psicoses é essencialmente uma clínica de acolhimento do “período negro”, ou melhor, de acolhimento de imagens e sons protossimbólicos. Acolhe-se um prototexto se quisermos pensar em alguma coisa que antecede a produção de um texto propriamente dito, um texto lingüístico.

Resumindo, o não-verbal e o Real são construções teóricas que remetem necessariamente a duas questões iniciais: a origem estrangeira do sujeito seja ela mítica, lingüística e de subjetivação; e, a experiência do estranho – familiar vivenciados em diferentes contextos de interlocução.⁶

⁶ Na perspectiva freudiana, a noção do estranho-familiar é articulada a experiência do retorno do recalcado. Inspiramos nessa noção para articular com o fenômeno de estranhamento (no sentido de não reconhecimento) pelo neurótico dos signos de linguagem que os psicóticos lhes mostram em contextos discursivos diversos, embora seja familiar ao neurótico, também. Para nosso estudo, não restringiremos o fenômeno do estranho-familiar ao retorno do recalcado, apenas. Conforme será

A estranha – familiaridade experienciada entre os interactantes quando sobressaem o prototexto do simbólico durante o processo de interação ou interlocução é particularmente observado no *setting* psicoterapêutico. Devido à sua importância para nosso estudo, faremos a seguir algumas considerações sobre o contexto em que as produções discursivas foram vivenciadas.

3.3. Considerações sobre a experiência da *Umheimliche* no ambiente psicoterapêutico para psicóticos

Diversas são as situações sociais em que interlocutores negociam para comunicar-se. Pistas de contextualização, referidas por Gumpers (1998) e utilizadas no jogo da comunicação, servem para demonstrar a complexidade que envolve a troca comunicativa entre os locutores numa dada situação social.

O ambiente psicoterapêutico é um lugar de interlocução, caracterizado pela assimetria entre os interlocutores. O terapeuta é aquele cuja posição é a de acolher o discurso do outro (paciente), intervindo, quando necessário, no conteúdo de sua fala, possibilitando dessa forma, que o mesmo possa continuar falando de sua história. Há uma condição instituída neste enquadre, que é a de possibilitar ao paciente o lugar de fala, enquanto ao terapeuta, o lugar de escuta. A fala do terapeuta é aquela que deve dirigir-se à história do paciente ou aos fenômenos que emergem na situação terapêutica, como no fenômeno transferencial, descrito por Freud. Fenômeno este que o paciente atualiza no terapeuta uma série de sentimentos seus, vividos antes com as figuras parentais. Neste tipo de situação, de enquadre, em que duas pessoas comunicam-se uma série de fenômenos linguísticos e não-linguísticos emergem, necessariamente. Dentre esses fenômenos, deter-me-ei na produção de escritos no ambiente terapêutico, mais especificamente, de fragmentos de escritos produzido por sujeitos estando numa vivência psicótica, na qual destacarei a partir destes fragmentos

discutido nos próximos capítulos, a dimensão estrangeira do ser de linguagem comporta o forcluído, signos irrepresentáveis, inscritos tanto no corpo de neuróticos, quanto de psicóticos. Esses signos são mostrados pelo psicótico ao neurótico durante a interlocução.

algumas reflexões sobre a noção do estranho-familiar, já descrito anteriormente.

O estranho-familiar pode ser vivido em diferentes situações, sejam elas terapêuticas ou não. Porém, para efeito deste trabalho, situarei este fenômeno para refletir tanto no nascimento dos escritos de psicóticos no *setting* psicoterapêutico, quanto nas questões que envolvem o campo da interlocução entre o terapeuta e o paciente.

Devido à dificuldade de simbolizar dos psicóticos, as palavras são tomadas como coisas, ou seja, “as psicoses têm essa particularidade de coisificar os signos: de deslizar da ordem do dizer para a ordem do fazer” (KRISTEVA, 1994, p.195). Nesta perspectiva, a palavra perde sua capacidade de representar a coisa, ou seja, a função de comunicar e intermediar as relações humanas. A palavra, assim como todos os sinais comunicacionais trocados entre interlocutores, servem de pistas para que se processe a construção de sentidos nos diversos contextos comunicativos. Os estudos da sociolinguística interacional, por exemplo, os estudos de Gumpers (1998), demonstram as diferentes pistas utilizadas pelos locutores para que a comunicação se opere e haja a produção de sentidos numa dada situação de fala. O que se observa numa vivência psicótica é a alteração no campo da linguagem e, dessa forma, a dificuldade e até a impossibilidade de inferir ou atribuir algum sentido às pistas comunicacionais emitidas pelos psicóticos.

Não há, *a priori*, para o psicótico, a preocupação de se fazer entender, de emitir sinais que facilitem ao outro da interlocução a compreensão do que é dito. Numa vivência psicótica, a fala do psicótico é enunciada como a verdade absoluta que se expressa através das construções delirantes, caracterizadas pela impossibilidade de ser relativizada pelo mesmo. Nessa experiência, o terapeuta se confronta com a estranheza de escutar uma estória – uma estória delirante –, não adiantando qualquer tipo de questionamento sobre a veracidade ou não do conteúdo.

Anteriormente, refletimos sobre e afirmamos que o texto estranho ou a vivência da estranheza é passível de ser observada nas produções textuais literárias, poéticas e nas produções textuais de sujeitos psicóticos. Essa afirmativa é para lembrar que o “estranho” é um fenômeno inscrito na linguagem tanto dos neuróticos como

dos psicóticos, se quisermos trabalhar com as estruturas clínicas. Porém, há diferenças tanto na produção, quanto no efeito de estranhamento entre as produções textuais/discursivas de sujeitos que se encontram numa vivência psicótica daqueles que não são psicóticos. Ressalta-se, porém, que destacar certas especificidades nas produções textuais de sujeitos numa vivência psicótica não significa rotular os textos como patológicos ou estudar possíveis alterações psicopatológicas nestes textos. Vale a pena lembrar da existência de estudos e pesquisas que tendem a identificar nas produções de sujeitos ditos “psicóticos” elementos psicopatológicos, classificando, assim, o que seria normal e o que seria patológico. Essa tentativa de classificar o patológico e o normal desenvolveu-se durante um bom tempo numa corrente teórica denominada Psicopatologia da Expressão que consistia em realizar um estudo fenomenológico e/ou psicanalítico das expressões plásticas e/ou de escritos de pacientes psicóticos. Nosso interesse é outro quando tomamos o texto/enunciações destes sujeitos. Partimos da compreensão de que o “estranho”, a estranheza e o Real está na linguagem, porém na vivência psicótica ela toma a cena discursiva e textual. E isso se deve necessariamente a um fator importante para o presente estudo e que foi matéria de pesquisa entre linguistas: a forclusão do Não. Tal questão sugere que o estranho torne-se familiar ao psicótico e permaneça estranho ao neurótico, que não compreende o que o primeiro fala.

Conforme relatado anteriormente, a forclusão é um conceito-chave para determinar a vivência psicótica. O que foi forcluído – a função do significante Nome do Pai – compromete a capacidade do sujeito em fazer uso simbólico da linguagem. Este significante quando inscrito no sujeito adequadamente possibilita a inscrição do Não, do interdito, do limite. Neste sentido, em pesquisas sobre a fala dos psicóticos realizadas pelos linguistas Shäffer; Flores (2005, p. 98 e 99), observa-se a posição destes autores em que destacam a forclusão do Não no diálogo de sujeitos psicóticos. Ao analisar o diálogo estabelecido entre o pesquisador e o enunciador psicótico, afirma que

A negação, no contexto de todas essas enunciações, embora tenha uma estrutura aparente normal, produz um efeito de estranhamento decorrente da recusa do acesso ao simbólico. Essa interpretação, do ponto de vista da Linguística, coincide com a psicanálise, quando esta considera que o psicótico forcluiu o não, já que faltou o operador de recalque, responsável pelo aparecimento do não da negação.

Para estes autores, embora observe o aparecimento do não enquanto forma Linguística, na fala e na escrita de sujeitos psicóticos, o funcionamento do não parece não estar presente. Nos fragmentos de diálogo constatou que “a negação do discurso do psicótico parece estar destituída de sua função ordenadora de significantes – há aí uma falha estrutural, o que permite uma diferenciação no funcionamento da negação na psicose”.

O fato de o psicótico, segundo ainda os autores acima, não ter o significante ordenador que inscreva o “não”, não quer dizer que o psicótico esteja fora da linguagem. Ao contrário, ele está na linguagem, porém de forma estruturalmente diferente. Assim, pode-se dizer que se constata nas produções textuais/discursivas de sujeitos em vivência psicótica certa articulação lógica, mas o efeito de sentido que propicia é de um estranhamento. E esse estranhamento se deve à dificuldade em simbolizar o Real. Neste sentido, o texto é apreendido pelos ditos neuróticos como estando desarticulados ou sem sentido. É o Real, o “estranho” que sobressai tanto no produto (objeto-texto), quanto no processo enunciativo.

Para exemplificar o fenômeno da estranheza no trabalho enunciativo de sujeitos psicóticos, destaco um fragmento de texto escrito por uma mulher de meia idade. Pediu-me numa certa sessão papel para escrever sua história, que transcrevemos a seguir:

Era uma vez uma menina que tinha o nome do céu. Ela era linda igual as flores. Tinha um irmãozinho que era lindo, então ela foi tendo mais irmãos e a casa dela fez uma família e nessa família tinha deuses ocultos que eram violentos porque pertencia a planetas diferentes. Não queriam dinheiro porque sabia que a humilhação é um ponto fraco da humanidade, mas os deuses sempre prometeram dominar o que é seu, mas por enquanto eles são pobres e só comem coisas da terra.

Nesta narrativa observamos a tentativa da paciente em socializar sua história, registrando-a através da escrita. Inicialmente destacaria que a mesma se utilizou da estrutura da narrativa para organizar suas ideias. Vejamos:

- Como toda estrutura clássica de narrativa, inicia-se com a expressão “Era uma vez...”, introduzindo o leitor numa dimensão de tempo e espaço do fato a ser descrito, mas num tempo acronológico, o tempo mítico do “era uma vez”;

- Como também em toda estrutura clássica de narrativa, há partes descritivas para apresentar os personagens. É lembrado que lhe foi dada um nome, que tinha irmãos, família, que ela era linda como as flores. A narrativa inicia lembrando do tempo da beleza, das coisas boas;

- Posteriormente, surge um problema descrito como “deuses ocultos que eram violentos”, alguma coisa que viria desestabilizar o tempo das “flores” e da “beleza”. Nas narrativas é frequente haver um problema colocado como central em sua construção e aqui representado através da introdução dos deuses ocultos. Há uma tentativa de descrever “os deuses ocultos” e sua intenção de “dominar o que é seu”. Observamos a instalação de um certo conflito entre o tempo da beleza e as intenções dos deuses ocultos, próprios também das estruturas da narrativa;

- No final, caminha-se para uma conclusão, representado pela expressão “mas por enquanto eles são pobres e só comem coisas da terra”.

Paradoxalmente, coexistem neste fragmento uma estrutura organizada com início, meio e fim, e um conteúdo falho da dimensão simbólica. A autora está inscrita na linguagem, utiliza-se da estrutura formal da escrita, porém estranhemos o conteúdo

enunciado. Não há aqui a intenção de descrever, por exemplo, quem são os deuses ocultos, quais seriam suas reais intenções e de que planetas os mesmos pertencem. Partilhar de um texto com essa característica deixa o interlocutor com a sensação de que algo escapa à apreensão lógica do sentido ou interpretação que se possa fazer do conteúdo. Inferimos que o que se sobressai neste texto é a apresentação do Real, do irrepresentável da linguagem. Não há um ponto de referência significativa na qual se possa metaforizar o que a autora está querendo enunciar. Porém, não podemos afirmar que esse fragmento não seja uma tentativa particular de vivenciar o processo enunciativo. Acreditamos que devido à falha simbólica e de metaforização no processo enunciativo, o que sobressai nos textos/enunciações de pacientes numa vivência psicótica são imagens – coisas que povoam o psiquismo destes sujeitos. Os “deuses ocultos” são um signo-coisa que carece de representação simbólica, tomando a cena discursiva, ou seja, não possibilita que a autora possa refletir sobre os problemas que fizeram transformar sua vida, a saber, transformar o momento inicial representado pela beleza na família pela violência dos deuses ocultos.

Aprisionada pelos “deuses ocultos”, não há outra saída senão a de apresentar ao destinatário e/ou interlocutor a cena irrepresentável da linguagem. “Deuses ocultos violentos” poderiam aparecer em um pesadelo se estivéssemos diante de um sujeito em que não houve a forclusão da função do significante primordial, Nome-do-Pai, conforme descreve Lacan. Acordar de um pesadelo e relatá-lo é uma boa experiência para aquilatar o tamanho da estranheza que acomete o sonhador diante do conteúdo sonhado.

O terror vivenciado no pesadelo pelo neurótico, representando aqui o sujeito em que o mecanismo do recalque possibilita nomear o que é pesadelo e o que não é, desloca-se para o registro imaginário; quando desperto o narrador do sonho, assegura-se que estava sonhando. Diferentemente na vivência psicótica, o terror cola ao sujeito não como uma imagem onírica, mas como uma realidade em que se aprisiona. Essa peculiar diferença no modo como se acolhe e vivencia a cena ou a imagem onírica, no neurótico, e real, no psicótico, produz estranhamentos

distintos e como consequência produções textuais e enunciativas diferenciadas.

O material onírico é apresentado como hieróglifos, como linguagem a ser decifrada pelo sonhador. O enunciador do sonho tenta estabelecer conexões possíveis entre a imagem estranha recordada ao despertar do sonho e as ideias advindas delas. O que se observa com frequência é que, ao relatar o sonho, a estranheza do conteúdo sonhado é apaziguada pelas palavras e sentidos atribuídos a elas. A estranheza é de alguma forma endereçada às representações simbólicas, mesmo sabendo que escapa sempre a possibilidade de simbolizar por completo os hieróglifos oníricos. Dentre outras questões o que fica dessa experiência em transformar o conteúdo onírico ou a vivência onírica (signos paragramáticos ou proto-simbólicos) em signos simbólicos, linguísticos por excelência, é a vivência do registro da estranheza.

Nesta perspectiva, pode-se inferir que o sonho é uma boa metáfora para se pensar nos endereçamentos necessários que o sonhador faz diante da estranheza do conteúdo sonhado, ou melhor, diante dos signos protossimbólicos que constituem a complexidade da linguagem. E é também uma boa metáfora para se pensar que o registro do estranho habita o ser de linguagem.

O texto que emerge do trabalho enunciativo de sujeitos numa vivência psicótica, ao trazer no fragmento citado, signos do Real preponderantemente, conforme apresentado pelo “Deus oculto”, mostra aos “neuróticos” a dimensão estrangeira do ser de linguagem, ou seja, a estranheza do conteúdo dos textos de psicóticos funcionam como textos hieroglíficos para os neuróticos. Estes ficam ameaçados em interagir com um outro-psicótico, cuja característica principal é enunciar um texto movido por sua dimensão irrepresentável. Este fato gera consequências importantes quando se pensa o campo da interlocução, das pistas de contextualização e na produção de escritos, por exemplo.

A narrativa descrita anteriormente é sugestiva para se pensar na dificuldade que os estudos sobre as análises de texto, que trabalham numa perspectiva cognitivista e de construção partilhada de sentidos, conforme discute Koch (2003), têm para trabalhar com textos onde o elemento Real é desconsiderado. O

furo de sentido observado na própria estruturação da narrativa, e que mostra através do signo “Deus oculto” o elemento pré-linguístico, não favorece ao outro da interlocução pistas contextuais para o entendimento do que se está sendo enunciado. Dito de outra maneira, a narrativa em questão, assim como outras formas de enunciações expressos por sujeitos nas psicoses, coloca em questão as teorizações que afirmam a intencionalidade dos interactantes em fazer uso das pistas de contextualizações para facilitar que o outro (o interlocutor) entenda o que se está sendo enunciado.

Diante dessa questão, ao invés de se observar pistas de linguagem que favoreçam o trabalho de construção de sentidos e de entendimento do que se está enunciando, observa-se um conteúdo estranho que é familiar ao psicótico, porém permanecendo estranho ao neurótico. A falha no campo da interação verbal e textual entre o psicótico e o neurótico se dá porque, no primeiro, o estranho é vivenciado como familiar e, no neurótico, o estranho permanece estranho.

Assim, consideramos que se faz necessário problematizar os signos do real que se mostram em diferentes situações enunciativas e discursivas nas psicoses, para daí discutir como elas afetam o outro da interlocução através da sua estranha-familiaridade.

4 Especificidades das produções discursivas nas psicoses

No primeiro capítulo afirmamos que as enunciações nas psicoses podem advir de duas situações que estão diretamente articuladas com a força do Real, tomando a cena discursiva: primeiro, quando o Real flutuante habita o corpo do sujeito, assenhorando-o e metamorfoseando-o; segundo, quando o Real é de alguma forma sistematizado pela construção da metáfora delirante. Afirmamos, ainda, que em cada uma dessas situações, as enunciações nas psicoses afetam de forma particular o outro da interlocução, causando estranhamentos específicos.

As características de como essas enunciações se apresentam ou se mostram são observados no *setting* psicoterapêutico, onde é possível não só desenvolver uma clínica orientada para sujeitos com graves dificuldades de simbolização, como também é possível fazer desse espaço um lugar de pesquisa e reflexão sobre os enigmas das psicoses, mais especificamente sobre os estudos das enunciações do Real. Quando afirmamos das enunciações do Real, não estamos por hipótese alguma esquecendo as possibilidades de enodamento com os outros dois registros desenvolvidos por Lacan, a saber, o Imaginário e o Simbólico. Destacamos o Real por ser o registro que corresponde ao escrito ou ao traço que não se escreve, embora continuamente se mostre ou se enuncie destituído de significância simbólica e por ser, paradoxalmente, o registro onde existe um saber, conforme afirma Lacan (1998).

Se, de um lado, acolher ou interagir com enunciações nas psicoses não seja tarefa fácil, de outro lado, elas são potencialmente capazes de falar sobre o pré-linguístico que constitui a linguagem. Então, trazer à cena discursiva o que teria sido recalcado e forcluído nos parece uma tentativa de transitar pela errância da linguagem e tecer ou alinhar pontos de significância que dão voz ao Real.

Advertimos, porém, para a necessidade de diferenciar o Real da linguagem do real expresso no discurso, mais especificamente os expressos nas enunciações nas psicoses.

Quanto ao Real da linguagem, é atribuída a ideia já desenvolvida, inclusive anteriormente, de que na linguagem está inscrito o inominável, o irrepresentável, tudo enfim que escapa ao mundo representacional. Essa concepção possibilita também pensar que a língua comporta o não-todo, o não-sentido, ou seja, comporta o pré-linguístico, o recalcado e o forcluído.

Quanto ao real (grafado com “r” minúsculo) expresso no discurso, atribuiremos às enunciações ou mostr(ações) nas psicoses, tanto nas situações em que elas advêm do real que habita o corpo, quanto nas situações em que elas são expressões da metáfora delirante.

É nessa perspectiva que destacaremos, do contexto do *setting* psicoterapêutico, alguns fragmentos clínicos em que o real se mostra habitando o corpo e tomando a vida psíquica do sujeito e, como consequência, produzindo enunciações e suas estranhezas, e enunciações que são produtos da construção de uma metáfora delirante. De início destacaremos a função do *setting* psicoterapêutico e, conseqüentemente, do terapeuta, acolhendo e facilitando a construção do processo enunciativo nas psicoses.

4.1. A Mostr(ação) do Real das produções discursivas nas psicoses

A mostr(ação) do real nas enunciações hospedeiras do corpo

Embora não seja tarefa fácil acolher a vivência psicótica, é nela que o terapeuta se confronta com os primeiros signos que irão compor a construção de um texto. O texto nasce a partir destes signos, sendo uma primeira escrita do paciente. Ao terapeuta cabe a tarefa de facilitar sua produção. Essa função – a de facilitar o processo criativo do paciente – só é possível na medida em que o terapeuta possa deslocar-se de posições no ambiente terapêutico, ou seja, ora navega-se sem rumo - terapeuta e paciente, ora observa-se a produção do paciente, ora se compartilha ativamente da tessitura de uma escritura.

Os deslocamentos vividos pelo terapeuta no ambiente terapêutico são decorrentes de duas questões que me parece fundamentais: as convocações realizadas pelo paciente na intenção de introduzir o terapeuta na vivência do mesmo; e, na capacidade desenvolvida pelo terapeuta, conforme refere Fedida (1990), da “mobilidade psíquica”. Este autor ao descrever o conceito de “mobilidade psíquica”, refere ser esta capacidade do terapeuta que o faz circular entre as representações de coisa e de palavras, sendo o corpo do terapeuta um lugar onde engendram espaços cênicos.

Os signos que caracterizam a vivência psicótica são regidos pelos processos primários, tal qual nos sonhos, e assemelham-se às garatujas infantis – riscos e rabiscos – que compõem a escrita pré-alfabética. Essas garatujas possibilitarão a escrita do nome, da palavra. Neste sentido, o ambiente terapêutico que acolhe a vivência psicótica deve estar instrumentalizado de recursos plásticos, auto-expressivos, lúdicos, capazes de facilitar a impressão de signos comunicacionais oriundos de diferentes linguagens: plásticas, artesanais, corporais, gráficas, etc.

É devido à insuficiência na função do significante Nome-do-Pai que observamos a primazia das representações de coisa, das metonímias, nas diferentes expressões comunicacionais nas psicoses. Refiro-me à palavra signo para descrever qualquer expressão comunicacional que se encontra ainda destituída de significação. São, nas palavras de Nicolaidis (1989), as inscrições hieroglíficas, constituído de escritos primários, anteriores à separação do significante do significado, e por isso são imagens protossimbólicas. Essas imagens, signos protossimbólicos, são impressos no corpo do bebê e são responsáveis pelas primeiras expressões do mesmo. É ainda signo que antecede a escrita alfabética, sendo esta escrita, a alfabética, de uma complexidade muito maior, uma vez que é constituída tanto dos signos protossimbólicos quanto da palavra.

Assoun (1996), ao referir-se à complexidade da escrita alfabética, lembra

que houve um tempo anterior à sua aquisição, onde se destacam: a) a passagem da satisfação das necessidades

vitais do bebê para a instauração da dimensão do desejo; b) as inscrições de imagens hieroglíficas, proto-simbólicas, no bebê; c) o princípio da automatização da fala em relação às imagens, graças ao processo de recalçamento, possibilitando adentrar no campo da simbolização e da representação (ASSOUN apud LIMA FILHO, 2003).

O desafio clínico em acolher esses signos protossimbólicos e as representações de coisa articula-se a duas questões essenciais: a primeira, é que esse signo constitui o escrito pré-alfabético, e por isso passível de compor a escrita alfabética; e, a segunda, é que a possibilidade de transformar a vivência psicótica numa experiência está, a meu ver, condicionada à possibilidade de fazer com que esses signos componham uma escritura. Escritura entendida como uma produção que inscreve o sujeito e se inicia pelos traços, rabiscos, anteriores à palavra. Os hieróglifos, impressos nos diferentes objetos –, materiais auto-expressivos do *setting* terapêutico –, e as coisas aparentemente sem sentido faladas pelos pacientes psicóticos na vivência de um surto, são coisas protossimbólicas que guardam em si mesma uma potência de significação.

Diante dos fragmentos de Eu em que emergem os signos nas psicoses, o Eu do terapeuta é afetado de modo a experimentar a ameaça da fragmentação e da dissociação. Nessa vivência limite da fragmentação, o terapeuta é surpreendido pelas sensações estranhas que emergem na experiência clínica. A lógica do recalque que, *a priori*, organizou o terapeuta psiquicamente é ameaçada pela força dos processos primários que movem a não-lógica do funcionamento psicótico.

A fragmentação do sujeito observada na clínica das psicoses tem diferentes consequências tanto em relação ao manejo terapêutico, quanto à impossibilidade de o psicótico, por exemplo, em crise, vir a escrever seu nome devido à força soberana do Real. A saber, acolher o sujeito nestas condições psíquicas requer, em muitas situações, trabalhar no nível da letra do nome. Em outros termos, significa acolher tanto os hieróglifos, quanto as letras que compõem o nome próprio. Na situação em que se encontram tais sujeitos, observa-se tamanha a força do Real que as enunciações evidenciam o comprometimento na escrita do nome próprio. Interessa destacar

que nesses casos, hipotetizamos que o real está flutuante sobre o corpo do sujeito, deixando-o aprisionado neste registro.

Neste sentido, problematizaremos, inicialmente, as enunciações em que o real toma o corpo do sujeito a partir de duas situações clínicas em que a escrita do nome próprio estava comprometida devido às graves dificuldades de simbolização. Depois de realizada essa discussão, destacaremos as enunciações em que o real está sistematizado pela metáfora delirante.

O primeiro caso clínico trata de uma paciente com graves sintomas de autismo: bastante comprometida sua capacidade de fala e, conseqüentemente, de interação com o outro. Não deixava se tocar, mantendo-se arredia às possibilidades de aproximação. Embora tivesse sido alfabetizada e concluído o ensino médio, apresentava dificuldade em fazer uso da linguagem verbal e escrita. O contato com esta paciente se deu, inicialmente, através de uma bola que havia no *setting* terapêutico. Observando que a bola havia sido investida como um primeiro objeto significativo, durante diversas sessões mantivemos como estratégia a brincadeira de endereçar à paciente a bola na esperança que a mesma pudesse reenviá-la ao terapeuta. Após algum tempo o objeto-bola retorna ao terapeuta, embora o olhar da paciente estivesse direcionada sempre à bola. Instalou-se a brincadeira do jogo de bola. Um primeiro movimento de partilhar com o outro o mundo da linguagem. Instalou-se, semelhantemente, o jogo do Fort Da, tal como descrito por Freud, pois, a partir da brincadeira com o objeto-bola, a paciente gradualmente permite uma maior aproximação. Numa determinada sessão, ela dirigiu-se para uma folha de papel que havia na sala e para surpresa do terapeuta assina seu nome com apenas quatro letras. Ao invés de escrever VIRGÍNIA, escreve VIRG. Nesta época ainda não era possível introduzir ao nome as outras quatro letras – INIA – que compõe seu primeiro nome. Tal impossibilidade se justifica pela insuficiência da inscrição do significante Nome-do-pai. Não havia sido inscrito a função do Nome-do-pai que a introduzisse satisfatoriamente na linguagem, ou melhor, na cadeia significante, cadeia essa que possibilita a inscrição do nome próprio.

As alterações na imagem e no esquema corporal, as dificuldades em partilhar com o outro a linguagem e a separação

das letras do nome próprio, são importantes sinais de fragmentação psíquica desta paciente que se denomina VIRG. O nome VIRG sugere duas questões significativas: a primeira, corresponde um avanço terapêutico na medida em que foi acrescida a relação com o objeto bola à escrita do nome, ou seja, dirigindo-se para um outro objeto – o papel – desenha as primeiras letras do nome; a segunda questão diz respeito à entrada na linguagem via inscrição do nome próprio. Momento inaugural da entrada na linguagem em que à coisa é dado um nome: nome ao ser e aos objetos.

A escrita das primeiras letras do nome Virgínia se sucede à brincadeira do jogo de bola. Essa brincadeira significativa que vivenciamos com a paciente nos remete ao momento inaugural de nascer para a linguagem e, no caso específico, representou a possibilidade que a metáfora do jogo fosse sucedida pela inscrição das letras do nome.

A regressão à fase do espelho, conforme discute Lacan (1998), é um sinal significativo nas psicoses, onde o sujeito permanecendo alienado nesta posição terá dificuldades em partilhar da linguagem e se inscrever enquanto sujeito de desejo. Enunciar-se como VIRG me parece uma tentativa de deslocar-se da posição de coisa, de uma massa corporal isolada, muda, desinvestida de afeto, etc. VIRG é uma possibilidade de dizer sobre si e de se fazer sujeito. VIRG são as letras que emergem de um corpo investido, um corpo endereçado de palavras e do olhar. O olhar do terapeuta, olhar de um Outro que espera os sinais, pequenas respostas aos endereçamentos.

O trabalho de nomeação de VIRGÍNIA realizado pelo Outro falhou e como consequência falhou a mesma ocupar um lugar singular na cadeia significante, na cadeia desejante. Parece-me, então, que VIRG emerge como letra, definida por Lacan (1998) como suporte material do significante. Letra que faz marca no corpo e emerge dele. Um corpo-coisa desinvestido e que pela ação do jogo de bola faz enunciar VIRG. Uma primeira escrita. A letra ou as primeiras letras do nome, nome esse sem referência significante, sem nomeação de Pai.

VIRG é uma enunciação singular que emerge de um corpo mudo investido pelo Outro (terapeuta). Parece-me ser a primeira expressão gráfica, de escrita, decorrente do trabalho da linguagem

sobre um sujeito sem corpo, ou seja, um sujeito, conforme afirma Laia (2001, p.93) comentando a posição de Miller,

um sujeito destituído de toda substância, esvaziado de seus atributos – é um sujeito sem corpo, um puro efeito significante que continuamente se perde na linguagem: o que lhe diz respeito vem de um outro lugar e, então, *ele precisa do Outro*, porque o código está no Outro, porque a *linguagem está no Outro*, porque ele *só pode falar a partir do Outro*.

Enunciar-se como VIRG é de alguma forma acessar o Outro, o código da linguagem e fazer uso das letras que estão inscritas no código, porém embora faça esse acesso, VIRGINIA não consegue acessar as outras quatro letras do nome – INIA –, devido ao fato da mesma estar presa ao significante materno, ao desejo do Outro. Seria VIRG a demonstração gráfica do real do nome, uma irrupção gráfica do real ou uma tentativa de esculpir simbolicamente, mesmo que precariamente, seu nome, ou, ainda, as duas coisas?

A escrita do nome nas psicoses e conseqüentemente o uso possível da linguagem está relacionada à possibilidade de o sujeito amarrar um Nome-do-Pai. Discutimos anteriormente a posição de Caligaris (1989) quando lembra que, falhando a metáfora paterna, a centralização do Nome-do-Pai, tem-se como saída para o psicótico constituir-se como um sujeito sem uma amarragem fixa que centraliza seu saber, conforme se observa nas estruturas neuróticas. Essa particularidade nos psicóticos de não constituir-se pela inscrição de Nome-do-Pai, pelo significante primordial, que acessa o neurótico ao mundo da linguagem, tem diferentes conseqüências significativas. Destacaria duas questões essenciais no trabalho clínico com psicóticos onde emerge a tentativa de produzir o nome próprio.

O primeiro desafio é acolher o real do nome, a saber, um nome próprio destituído da sua capacidade simbólica. O segundo desafio é potencializar uma escrita do real, a saber, do real do corpo, do real do nome à produção de uma amarragem possível, tal qual descrita por Lacan quando refere aos nomes de pais ou descrita por Caligaris (1989) quando lembra que, quando da impossibilidade de

uma amarragem que centraliza o saber, se pode produzir nomes de pais que funcionam como nós à semelhança das que se faz quando se tece uma tapeçaria.

Tecer nomes de pais nas psicoses inevitavelmente nos reporta ao trabalho artesanal, da costura, do bordado, enfim, nos reporta à arte de esculpir e tecer possibilidades. Muitas vezes frágeis, o nome esculpido tem função de suplência ao Nome-do-Pai e possibilita a circulação do sujeito pela linguagem.

Ainda pensando no registro gráfico que o nome próprio se apresenta ou se desenha no espaço terapêutico, vejamos agora quando o nome surge aprisionado pelas vozes e sonorizações que inundam o psiquismo de um sujeito em crise psicótica.

Trata-se de uma paciente jovem, interna em uma instituição psiquiátrica que frequentava sistematicamente as sessões de grupo. Durante todo o período em que acompanhei esta paciente, a mesma falava e/ou escrevia emitindo uma sonorização, como se ininterruptamente houvesse uma música sendo tocada dentro da sua cabeça. Quando falava, fazia cantando ou expressando uma sonorização bastante peculiar. Parecia estar presa a esta sonorização, e assim estabelecia com o outro uma relação permeada por esta voz-cantada característica. Quando da iniciativa em dizer seu nome e posteriormente escrevê-lo em um papel, a mesma duplicou algumas das letras do seu nome, registrando assim, a sonorização à qual estava presa, ou seja, ao invés de escrever ELIANE, assinava ELIANNNNNE. Eliane é capaz de se nomear, porém está presa a uma voz-cantada que duplica o N do seu nome, levando-nos a pensar na impossibilidade de se separar da voz-cantada materna.

Nossa hipótese é a de que Eliane é invadida pelo som ou balbucios que antecedem a aquisição linguística propriamente dita. Não houve a possibilidade deste som/canto materno ter sido interdito. Invadindo Eliane, ele altera duplicando as letras do seu nome e, conseqüentemente, altera a grafia do seu nome próprio. A grafia é alterada pelo signo-voz, signo pré-linguístico.

Sabe-se desde Saussure que o signo une um conceito a uma imagem acústica, sendo substituído respectivamente por significado e significante. Para este autor, o signo é cifrado colocando o significado sobre o significante. Lacan subverte a

posição de Saussure e defende que o significante tem supremacia sobre o significado. Não esqueçamos que a ideia de significante origina-se da ideia da imagem acústica e que mesmo tendo o significante para Lacan um sentido muito particular, tanto para a linguística, quanto para a psicanálise, o som é objeto de investigação da linguagem. O balbucio e os diferentes sons emitidos pelo bebê demonstram uma forma de comunicação e expressão anterior à aquisição dos recursos linguísticos propriamente dito, sugerindo que as palavras, para nascer, tenham que necessariamente compor certa sonoridade que lhe é intrínseca. As palavras são compostas pelos elementos acústicos articulados aos elementos gráficos, já abordados anteriormente quando referimos sobre a complexidade da linguagem e sobre a iconografia da letra.

O que observemos no registro do nome Eliane é que se sobressai a imagem acústica, o som, nas tentativas de diálogo com a mesma. Tamanha é a força do som/canto sobre Eliane que é alterado o próprio nome, ou melhor, se tenta dar uma nova forma gráfica ao nome pela imposição do som. Neste sentido, supõe-se que o som cantado emitido por Eliane é a voz/som do Outro materno. Presa ao discurso do Outro, escreve seu nome duplicando a letra N, grafando assim o canto materno. O resultado desta grafia do nome próprio configura certa possibilidade de enunciação nas psicoses. Uma enunciação que evidencia o real da língua, o impossível de ser representado ou significado. Conforme afirma Chalhoub (1999, p. 79) “o real da língua mostra uma materialidade concreta do significante, no seu aspecto semiótico”.

O canto materno que faz grafia através das letras N resiste à simbolização. O psicótico preso ao canto materno sucumbe ao gozo de ser um com o Outro. Sucumbe ao tempo que antecede a aquisição das palavras. Segundo ainda Chalhoub (1999, p. 93),

Aquilo que lhe foi tão gozante antes da palavra, a edênica paisagem do inteiro, fica-lhe como lembrança presentificável, através do canto de sereia de *Das Ding*. O psicótico sucumbe ao canto, pois identifica, como existentes absolutos, Coisa e representação da Coisa.

Das Ding, a Coisa, dimensão irrepresentável da linguagem, embora nenhum significante possa representá-lo, é ela, no entanto, que estabelece a gravitação das representações. Segundo Quilichini (2004, p. 10), comentando a posição de Lacan no seminário sobre a Ética, afirma

Esse impossível acesso a esse objeto, *Das Ding*, tem por consequência que sempre atingimos apenas seus atributos, suas coordenadas de prazer ou de desprazer, apenas significantes que a cercam, que a delimitam. É assim que <o real padece do significante>.

A Coisa da linguagem é ao mesmo tempo um objeto impossível de acessar e o que possibilita a gravitação das representações, conforme se afirma acima. Porém, nas psicoses, devido ao fato de o psicótico sucumbir ao “canto da sereia das *Das Ding*”, há falha na gravitação das representações, emergindo como expressão de linguagem, enunciações bastante peculiares. Na repetição das letras N grafada no caso de Eliane, o que não cessa de não se escrever é a coisa pré-linguística. Essa coisa que é a marca, o traço, coisa-voz-materna, inscrita no corpo e que insiste em fazer do psicótico hospedeiro dos signos pré-linguísticos. Em nada adiantaria corrigir a grafia do nome Eliannnnne, pois não é da estrutura gramatical e lexical que se pode analisar essa “falha”. Essa “falha” está em outra ordem, à falha da inscrição significante – S2 – da função do significante paterno. Neste sentido, observamos que, dentre diferentes tipos de enunciações em que houve falha na função do significante paterno, a enunciação do nome próprio é característica frequente na vivência psicótica, e nos leva a pensar na força que o significante materno e o Real exercem sobre o outro dito psicótico. Nestes casos a alteração da linguagem se inscreve na grafia do nome próprio ou do nome que ainda não é próprio. É um nome errante preso ao desejo do Outro.

Tanto no primeiro caso, o caso de Virgínia, quanto no segundo caso, o caso de Eliane, observamos a força do Real tomando o corpo do sujeito. Afirmamos, antes, que o real flutuante, antes de ser sistematizado pela/na metáfora delirante, deixa o psicótico a mercê de suas metamorfoses. É o Real aqui que invade

o corpo e dificulta articulações com o Imaginário e o Simbólico. Nesses exemplos acima a força do Real e a falência do Imaginário e o Simbólico comprometem o momento primeiro de nascimento da subjetividade, inclusive, da nomeação do nome próprio. A mostr(ação) do real nessas enunciações tem características diferentes das enunciações em que se observam certas articulações entre o real e o imaginário e/ou real e o simbólico. No primeiro capítulo, quando discutimos a mostr(ação) do real, afirmamos que havia especificidades e diferenças entre as enunciações psicóticas em que o real flutua e se hospeda sobre o corpo do sujeito e o real que é sistematizado pela metáfora delirante. No primeiro caso, quando o real se hospeda no corpo, as enunciações psicóticas se apresentam através de signos pré-linguísticos, como os sons, imagens, que se prendem ao corpo causando diferentes sensações. No caso de Eliane, o corpo está preso ao som/canto materno que invade a vida psíquica e conseqüentemente transforma a grafia do nome próprio. No caso de Virgínia, a grafia das letras VIRG se apresenta como um nome cortado ao meio. Um nome que carece de um efeito significante. Essas enunciações são produtos de certo tipo de mostr(ação) do real em que prevalece o puro efeito do irrepresentável, ou melhor, a falência na construção dos aspectos representáveis da linguagem.

Esses tipos de enunciações causam um efeito de estranhamento diferente daqueles em que o real constitui a trama da metáfora delirante. Destacaremos posteriormente os efeitos de estranhamento advindo do real puro efeito irrepresentável sobre o outro da interlocução e do real que constitui a metáfora delirante. Pensamos que há certas particularidades no estranhamento vivenciadas pelos interlocutores com os sujeitos psicóticos em que o real carece de articulação com o simbólico e/ou imaginário e o real que de alguma forma se articula com o imaginário e o simbólico, conforme se apresenta nos delírios.

Porém, antes mesmo de adentrar na discussão sobre a estranheza das enunciações do real que habita o corpo e do real sistematizado pela metáfora delirante, problematizaremos sobre a mostr(ação) do real nas enunciações/texto construídas pela metáfora delirante, utilizando de dois fragmentos de texto de uma mesmo enunciador.

A mostr(ação) do real nas enunciações/texto da metáfora delirante

Para problematizar a mostr(ação) do real na própria organização da metáfora delirante, destacaremos um fragmento clínico extraído da clínica psicoterapêutica de uma pessoa em situação de crise psicótica. Trata-se de uma mulher que acompanho há alguns anos e que chega no consultório referindo estar morta. Isso se deve ao fato da mesma ser vítima de uma magia organizada pelo seu grupo familiar. Durante os primeiros anos de seu tratamento, a mesma descrevia a cena de sua morte: estava em cima de uma árvore, quando iniciou um incêndio e, tomada pelo fogo, seu corpo caiu ao chão, já morto. A vivência da morte era tratada com tal veracidade que não adiantava qualquer questionamento que colocasse em dúvida tal certeza. Para efeito desse trabalho, deter-me-ei apenas nesse conteúdo – o de estar morta – como um fenômeno real referido pela paciente e que coloca o terapeuta numa situação particular, a saber, a de estar falando com alguém que já morreu.

O conteúdo morte, na forma como era tratado no caso clínico em tela, afeta o terapeuta de forma particular, uma vez que a experiência da morte referida pela paciente carece de uma representação simbólica: a morte não era tratada como uma sensação de desvitalização, de desmotivação pelas coisas da vida. Ao contrário, era conforme referido antes, uma certeza.

É interessante destacar a diferença entre a noção simbólica da morte e a vivência real da morte. A vivência real da morte descrita pela paciente psicótica dificulta, e às vezes impossibilita, uma ação criativa no mundo. Isso é evidenciado através da fala da mesma quando observamos a veracidade da morte sem nenhuma possibilidade de ser dialetizada. Ao contrário do que acontece numa vivência psicótica, a experiência de criação remete para a noção da morte simbólica, ou seja, tanto quando se fala com a intenção de se fazer compreender, emitindo sinais ou pistas linguísticas e não-linguísticas (gestos, olhar, etc.), quanto se escreve, opera-se um trabalho de construção e desconstrução no ato mesmo de falar e pensar e de pensar e escrever. Neste sentido, o trabalho criativo é fundamentalmente simbólico: seja no momento em que se nomeia

a coisa, conforme refere Foucault (1966) ao tratar da noção de designação, seja no momento em que o escritor trabalha um texto a ponto de transformá-lo numa obra literária, numa escritura.

No primeiro caso, a contribuição de Foucault (1966, p.121) ajuda a compreensão da função da linguagem. “Se, no fundo de si mesma, a linguagem tem por função nomear, isto é, suscitar uma representação ou como mostrá-la com o dedo, ela é indicação e não juízo. Liga-se às coisas por uma marca, uma nota, uma figura associada, um gesto que designa: nada que seja redutível a uma relação de predicação”. Para esse autor é pela linguagem da ação, referida como os diversos movimentos do corpo dirigidos ao outro que nasce o signo. O nascimento do signo possibilita a compreensão entre as pessoas, uma vez que um indivíduo pode “utilizar uma mímica tornada signo para suscitar em seus parceiros a ideia que ele próprio experimenta, as sensações, as necessidades, as dores que ordinariamente são associadas a tais gestos e a tais sons” ... (1966, p. 122).

No segundo caso, em que o escritor se envolve no processo de criação de um texto, observa-se também o trabalho de construção e destruição tanto do conteúdo quanto da escrita do mesmo. O escritor, para transformar-se em autor, conforme refere Willemart (2002), deixa, ao longo de sua travessia, os manuscritos, rabiscos, que servem para as pesquisas dos críticos genéticos.

Retomando a vivência psicótica, na qual a operação simbólica encontra-se falha, o conteúdo morte aparece no enquadre psicoterapêutico, inicialmente, como uma força de caráter destrutivo. Refiro, inicialmente, uma vez que o terapeuta deva conservar certa esperança de ver a “certeza de estar morta” da paciente caminhar para algum lugar. Porém, é neste ambiente em que se instala a morte referida por ela e vivida pelo terapeuta com toda sua estranheza, que o texto escrito surge como que para dar forma e inscrever uma história. Foi assim que nasceram os escritos dessa paciente, conforme pequeno fragmento descrito a seguir:

Texto 1

Eu estava quase dormindo e vi o cajueiro todo seco e lá em cima bem no alto num galho seco eu estava lá. Abri os olhos e disse: como pode eu está lá no galho sem cair. Passou-se dias eu esqueci disto. O cajueiro morreu todinho... . A frondosa árvore já não existe mais. Estou como o cajueiro, desci ao inferno de cabeça para baixo, de mãos e pés amarrados com arame farpados... . O Diabo chegou no meu ouvido para os meus anjos não ouvirem e disse bem baixinho: aqui tem serra, serrinha e tudo. Sei, me disseram que eles fazem todo tipo de tortura, depois serraram pedaços por pedaços do corpo, crianças, adolescentes, jovens, adultos. A primeira vítima que eu vi ser torturada até a morte foi em 93. Não me lembro o mês, o dia ou melhor a noite. Estava uma noite muito escura, eu ouvi gritos horríveis, abri o portão e vi mais de 10 homens de branco e um homem amarrado a um pé de cajueiro, sendo é claro torturado. Corri, procurei ajuda, mas ninguém acreditou no que estava acontecendo e quando fomos ver, já era tarde.

Para a paciente, sua morte foi anunciada quando se viu em cima de um cajueiro seco. A morte é descrita como uma ação do Diabo, que iniciou um trabalho de extermínio das pessoas do bairro. A paciente era a única que via o Diabo matando, sendo a mesma lançada ao inferno de cabeça para baixo. São cenas que a acompanham durante esses últimos anos de sua vida, não deixando dúvidas quanto ao fato de também encontrar-se morta no inferno.

O início dos escritos, assim como o que falava nas sessões, narra esses acontecimentos mórbidos, demonstrando estar a paciente paralisada diante da cena trágica descrita acima. Porém, o fato de iniciar seus escritos demonstrava também que o conteúdo da morte, antes apenas falado nas sessões, ganha forma através dos escritos. É interessante observar que o ato mesmo de escrever possibilitava à mesma partilhar a vivência da morte utilizando uma outra possibilidade de expressão – a escrita. O texto nasce da vivência da morte. A paciente dirige-se ao papel para narrar sua morte e tudo que a envolvia, deslocando para o texto escrito uma história que afetava o terapeuta pela sua estranheza.

Embora marcado pela ação do Diabo, destruindo e matando as pessoas, nasce no texto um contraponto ao mal. Uma passagem em que a paciente vivencia o contato com Nossa Senhora.

Texto 2

Eu estava lendo a Bíblia não sei se era em Lucas ou Mateus, João... só sei que eu olhei para o céu e vi um coração grande! Muito grande, todo de ouro: Batia como se estivesse dentro do peito, baixei a vista e continuei lendo... passou algum tempo e eu olhei de novo! Ele estava lá no mesmo lugar!! Batendo do mesmo jeito, como se tivesse dentro de um corpo de uma pessoa viva!! Voltei a ler e esqueci do que tinha visto, quando lembrei e olhei para o céu de novo ele já não estava mais. Hoje eu sei que Nossa Senhora estava me mostrando como estava seu coração, sofrendo muito, muito, com a maldade que estava acontecendo no lugar santo. No nosso Santuário. Ela estava me avisando que eu ia sofrer do mesmo jeito.

A temática da morte e da ação do Diabo foi anunciada através da visão que teria tido com o coração batendo no céu – uma mensagem de Nossa Senhora. O texto segue referindo uma série de acontecimentos nos quais são justificados os comportamentos de familiares e amigos que se aliaram ao Diabo para destruí-la. A paciente acreditava estarem todos a favor do Diabo e orientados pelo mesmo para que a mantivesse morta. Foi escrevendo sobre a trama de sua morte que a paciente inicia uma ação criativa. Escrevendo para seu terapeuta o que havia acontecido, a paciente utiliza-se de um gênero textual – o diário – e dessa forma, faz uso da língua escrita, visitando através desse recurso o código da língua. Escrever tem possibilitado, além do que foi referido acima, o trabalho de inscrição de sentido de uma história na qual permanecia circunscrita a ela. É o início, quem sabe, da construção de uma escritura que se caracteriza pela inscrição de uma história na obra produzida.

A estranha morte, na forma como aparece no texto escrito e na fala da paciente, coloca mais algumas questões quando pensamos nas atividades e estratégias de processamento textual referida por Koch (2003, p. 31). De acordo com a autora, o texto deve ser visto como uma atividade tanto de caráter linguístico, como de caráter sócio-cognitivo. Além disso,

o texto é considerado como manifestação verbal, constituída de elementos linguísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua

põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactuantes não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática sociocultural.

A autora continua ainda referindo que na atividade de produção textual “os parceiros mobilizam diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual”.

Como vemos, os interactuantes no processo de produção textual costumam se utilizar de estratégias que facilitem não apenas a produção de sentidos, como também a própria prática sociocultural. Os fragmentos de texto descritos acima pela paciente psicótica retrata uma forma particular de produção textual em que se depara tanto com a dificuldade de inferir algum sentido, quanto com a dificuldade de produzir uma interação entre os interactuantes. A interação, neste caso específico, colocou o terapeuta numa posição de acolhimento da morte da paciente, fazendo-o experimentar a estranheza da morte, ou melhor, a estranheza de interagir com alguém que falava e escrevia sobre como havia morrido. Esse fato sinaliza para os caminhos e descaminhos que caracterizam as produções textuais no contexto terapêutico onde se acolhe a vivência psicótica.

Diante do fato de os fragmentos textuais descritos acima não apresentarem estratégias textuais simbólicas que facilitem ao outro da interlocução entender e interagir com o texto produzido, duas questões merecem ser realçadas:

- a primeira diz respeito à estranheza de interagir com um texto/enunciação onde o Real da morte se apresenta na existência deste texto;
- a segunda, ao fato de o enunciador estar morto.

Nas pesquisas dos linguistas Shäaffer e Flores (2005, p. 95) sobre a fala de psicóticos, encontramos uma passagem em que é discutida a dificuldade de simbolização do sujeito psicótico, e os autores articulam essa dificuldade ao fato de o sujeito da enunciação estar morto, ou seja,

não existindo a capacidade de simbolização, o sujeito da enunciação está morto: o ser manifesta-se sob a forma de não-ser. O sujeito morto na enunciação busca por meio da negação o acesso à ordem simbólica.

Pelo fato de o psicótico encontrar-se forcluído da dimensão simbólica e não ter entrado verdadeiramente na linguagem, colabora para o fato do mesmo dizer estar morto e enunciar-se como ser morto. Ressalta-se, porém, que a iniciativa de escrever e se utilizar da “letra morta” nos parece uma tentativa de simbolização da morte no escrito. O escrito de psicóticos mostra, paradoxalmente, o registro do enunciador morto e a tentativa de simbolização da morte do enunciador.

Neste sentido, o que se enuncia do sujeito morto numa vivência psicótica é um texto do Real, estranho e sem o operador simbólico do Não da negação. No texto, assim como na fala, observa-se o psicótico subvertendo a arbitrariedade do signo linguístico e colocando para os linguistas certas peculiaridades da língua que não estão em acordo com a dimensão de língua estudada pela linguística de uma maneira geral. Shäffer, Settineri, Barbisan, Teixeira, Nóbrega, Flores (2002, p. 84-85) discorrendo sobre as especificidades na fala do psicóticos, afirmam que

... então é adequado dizer que o psicótico subverte o princípio da arbitrariedade do signo linguístico. Em termos saussurianos, tratar-se-ia de colar o significante à coisa. Em decorrência disso, a diferença semântica que se percebe, na fala do psicótico, é um efeito da ‘desobediência’ aos princípios do arbitrário e da convencionalidade. Nesse caso, não seria estranho dizer que, do ponto de vista de uma linguística do signo saussuriano, a fala do psicótico, já que aparentemente obedece às regras de sintaxe, opera um deslocamento na articulação da dicotomia paradigma /sintagma. É a constituição do signo que é alterada e que se revela sintomática na fala do psicótico... . Tais considerações conduzem a formular que a ‘língua’ na psicose é estruturalmente diferente da ‘língua’ estudada por linguistas, lógicos e filósofos; ou seja, não pode receber uma interpretação linguística *stricto sensu*.

O fato de a língua falada e/ou enunciada pelos sujeitos nas psicoses não poder receber uma interpretação linguística *stricto sensu*, uma vez que a língua da qual faz uso os sujeitos nas psicoses está tomada pela dimensão do Real, deve-se às enunciações constituídas por traços ou pela escrita do Real.

No fragmento clínico acima o real é mostrado no texto devido à vivência de morte da paciente. Neste sentido, o tema da morte é ilustrativo para se pensar, dentre outras questões, que na construção da metáfora delirante há a “morte” da função do significante Nome-do-pai, o que deixa como uma das saídas para o sujeito nas psicoses construir um saber que faça suplência a este significante. Este saber funciona como uma prótese que amarra a estrutura do sujeito, tendo, dessa forma, a função de produzir um saber novo circunscrito à verdade de quem a produziu. Um saber que carece de representação simbólica, dificultando seu compartilhamento com o outro. Essa é a grande característica da metáfora delirante, ou seja, a produção de uma verdade estranha porque tecida pela força do Real.

Os discursos resultantes das metáforas delirantes, diferentemente daquelas em que o real hospeda-se sobre o corpo do sujeito, são organizados prioritariamente na articulação com o Imaginário. Elas trazem elementos da realidade compartilhada e tangenciam em muitas situações certas crenças e verdades que estão coletivizadas e socializadas pela ciência e pela religião, por exemplo. Essa questão, inclusive, é discutida por Melman (2006) quando relaciona a irrupção das psicoses ao momento em que há a queda do significante que centralize o saber do sujeito. Em decorrência da falha da significação simbólica, o Real se apresenta na rede da significação, produzindo a metáfora delirante, conforme discutido anteriormente. Essa operação do Real sugere que no lugar de um operador simbólico que possibilita o compartilhamento de experiências dos sujeitos, gerando sentidos diversos, o Real na construção da metáfora delirante organiza o saber do sujeito dito psicótico com um novo ponto fixo que carece de representação simbólica.

Embora se observe que o ponto fixo da linguagem produzido pelo significante Nome-do-Pai seja diferente do ponto

fixo produzido pela metáfora delirante, não podemos esquecer que, tanto numa situação como na outra, os sujeitos para transitarem pela linguagem necessitam de um ponto de referência significativa que organize algum sentido possível. Na estruturação da metáfora delirante o ponto de significância que amarra a estrutura do sujeito e como consequência o amarra na linguagem é preponderantemente tecido pelo Real conforme anteriormente discutido. O Real para constituir uma nova verdade para o sujeito, uma verdade não simbolizável, faz enodamentos com o Imaginário e o Simbólico, embora pareça manter uma posição de assenhoramento sobre os dois outros registros no momento da construção desta metáfora. Dito de outra maneira, afirmamos que nesse trabalho de tecitura entre o Real, o Imaginário e o Simbólico sendo amarrados pela metáfora delirante, observam-se elementos da realidade compartilhada que dificilmente se observa quando o Real se hospeda sobre o corpo do sujeito, descrito anteriormente. E isso se deve ao fato da metáfora delirante enodar os três registros descritos acima.

Nessa perspectiva, a verdade constituída pela metáfora delirante faz ponto de contato com a verdade compartilhada ou crenças compartilhadas socialmente no contexto, por exemplo, dos discursos da religião e da ciência. Interessa realçar, de início, esses pontos de contato da verdade delirante e a que não é delirante ou verdade compartilhada com o objetivo de evidenciar que não existe *a priori* uma distância tão significativa entre o que se denomina de um lado a experiência psicótica organizada pela metáfora delirante e a experiência neurótica organizada pela metáfora Nome-do-Pai.⁷ Embora se reconheçam diferentes aspectos entre essas duas estruturas clínicas, não se pode esquecer como em diferentes contextos culturais os sujeitos se posicionam diante da verdade

⁷ Discutimos no primeiro capítulo as estruturas clínicas psicóticas e neuróticas. Lembramos que devido o fato de na neurótica ter havido a inscrição da metáfora Nome-do-pai, possibilitam aos sujeitos compartilharem suas experiências. Nas psicóticas, há também a inscrição de uma metáfora, só que carecem de um pólo centralizador de sentidos, comprometendo trocas simbólicas. Destacamos nessas estruturas semelhanças e diferenças: se assemelham pelo fato de em ambas se inscrever uma metáfora; se diferenciam, devido a metáfora de uma estar amarrada pela função simbólica do significante (neurótica) e a outra (psicótica), pela metáfora delirante.

religiosa e da verdade científica, por exemplo. No que se refere à posição dos sujeitos diante da verdade religiosa, Deus passa a ocupar um nome que funciona amarrando a própria estruturação psíquica desses sujeitos. Um nome que centraliza o saber, um ponto fixo na rede da linguagem, ponto de significância, um Outro, lugar da verdade do sujeito. A experiência religiosa nesse sentido tem uma ancoragem simbólica, representada por Deus, ocupando o ponto fixo na rede da linguagem. Parece, então, que nessa experiência há algo que conecta os sujeitos, possibilitando aos mesmos compartilharem desse Deus, criarem rituais e elegerem objetos que representem o próprio Deus. O fato de Deus aí ocupar um ponto de referência e possibilitar que os sujeitos compartilhem dessa verdade, criando, inclusive, objetos e elementos culturais significativos, demonstra a primazia do simbólico na frente de batalha da constituição da subjetividade e da circulação dos sujeitos pela linguagem.

O que acontece na metáfora delirante é que, sendo o Real o registro responsável prioritariamente pela modalidade do ponto fixo, torna difícil o compartilhamento da experiência. A verdade constituída circunscreve à realidade interna, subjetiva do sujeito. No que se refere à experiência com Deus, o sujeito ocupa muitas vezes na construção do delírio o lugar do próprio Deus ou o enviado por Ele. A designação religiosa de Deus partilhada na cultura se apresenta no delírio, sugerindo que o Real se conectou de alguma forma com o Imaginário e o Simbólico, porém, o fato de o sujeito ocupar o próprio lugar de Deus ou ter a certeza que é seu enviado, ou ainda, conforme discutiremos no texto da paciente destacado acima, ser capaz de narrar a sua própria morte, fá-la manter-se numa posição de exclusão do que simbolicamente possa ser socializado.

Conforme afirma Melman (2006), existem três modalidades de ponto fixo:

a) do lado do Real, temos o movimento da repetição, da inércia, um movimento do ponto morto;

b) do lado do Imaginário, temos o movimento que gravita graças a uma imagem ideal de si mesmo – a imagem do espelho. “A imagem do espelho é uma operação ideal para, justamente, dar corpo a esse suporte, de outra forma abstrato, do ponto fixo. ‘Isso é

bem eu', e a ligação narcísica pode ser essencial para a manutenção da integridade psíquica" (MELMAN, 2006, p. 23);

c) do lado do simbólico o ponto fixo é assinalado como sendo o sintoma, entendido como uma resolução de compromisso com a verdade inconsciente, ou melhor, um ponto fixo resultado das negociações entre as forças pulsionais e os interditos da consciência.

Neste sentido retomaremos os fragmentos textuais descritos anteriormente para problematizar as enunciações nas psicoses em que o real é mostrado na construção da metáfora delirante.

Na passagem do fragmento clínico já apresentado e comentado nesse capítulo, o enunciador começa relatando o prenúncio de sua morte iniciando o texto com o pronome pessoal Eu e diz:

Eu estava quase dormindo e vi o cajueiro todo seco e lá em cima bem no alto num galho seco eu estava lá. Abri os olhos e disse: como pode eu está lá no galho sem cair. Passou-se os dias eu esqueci disto.

Nesta parte inicial do texto o enunciador se depara com a instalação de uma vivência em que o Eu é confrontado com o teste de realidade. Observa-se que o Eu afirma que estava em cima do cajueiro no galho seco, porém em seguida o Eu do enunciador estranha o fato de estar no galho do cajueiro sem cair. Essa passagem é ilustrativa por dois motivos. Primeiro porque revela o momento em que o ponto de ancoragem significante é colocada em questão devido à força irrepresentável do Real assenhorando do Eu, momento esse em que se desestabiliza o Eu e se anuncia a vivência de morte. Aí o sujeito não consegue responder simbolicamente e responde no Real, demonstrado na passagem em que

o Diabo chegou no meu ouvido para os meus anjos não ouvirem e disse bem baixinho: aqui tem serra, serrinha e tudo.

O Diabo é o objeto voz que diz algo ao enunciador. Na realidade essa voz real anuncia o cenário de morte no qual o enunciador terá que se confrontar. Aí o Real da linguagem se

materializa na voz do Diabo, possibilitando a mostr(ação) do real no objeto textual, ou seja, o enunciador escreve o real-voz.

Segundo, porque ao responder no Real o enunciador é convocado a construir uma nova metáfora para dar conta da vivência instalada. A morte anunciada, ou melhor, a morte de um significativo que sustentava de alguma forma o sujeito é colocada em questão pelo Real, deixando como saída para o enunciador escrever sobre sua morte.

Interessa destacar que o enunciador após ouvir o “Diabo” pôde descrever no texto tudo o que tinha visto, a saber, as vítimas que teria visto ser torturada.

A primeira vítima que eu vi ser torturada até a morte foi em 93.

Em seguida, descreve o que teria ouvido e visto

Estava uma noite muito escura, eu ouvi gritos horríveis, abri o portão e vi mais de 10 homens de branco e um homem amarrado a um pé de cajueiro, sendo é claro torturado.

Se no início do texto o enunciador representado pelo Eu é capaz de afirmar de uma vivência e posteriormente estranhar o fato de se ver nela, conforme demonstrado na passagem em que questiona como poderia estar em cima do cajueiro e não cair, ao final do texto o Eu já não tem dúvidas e se posiciona afirmativamente na experiência delirante. O enunciador vê, ouve, enfim, ele está preso na própria rede da linguagem onde o real mostra a sua força. O enunciador ocupa aí um lugar onde tudo vê e ouve, um lugar central que se fundiona com o próprio lugar de Deus. Deus deixa de ser um ponto de ancoragem na linguagem onde possibilita aos sujeitos falarem, socializarem e ritualizarem suas experiências, para ser um lugar ocupado pelo Eu do enunciador. A certeza de ver e ouvir as pessoas sendo torturadas até a morte e a certeza de estar morta. Interessa destacar que o enunciador registra no texto o ano de 93 como sendo a época em que o enunciador viu ser torturada a primeira vítima. Ele registra o acontecimento levando em consideração o tempo cronológico. Esse signo temporal mostra que o enunciador

encontra-se numa experiência articulando os elementos da realidade subjetiva, no caso delirante, com os da realidade compartilhada, o ano de 93, diferentemente de enunciadores psicóticos que estão profundamente sucumbidos em seu delírio, conforme a narrativa apresentada no terceiro capítulo em que se inicia por “Era uma vez”, um tempo mítico e acronológico para narrar sua história.

No fragmento de texto 2, o enunciador, ao relatar sua experiência com Nossa Senhora, que avisa a mesma que iria sofrer, observa-se também o momento em que o enunciador teve uma vivência em que lhe teria sido apresentado um objeto representado pela visão de um coração muito grande, todo de ouro, mas que havia esquecido, sendo só posteriormente afirmada a experiência, conforme a seguinte passagem:

só sei que eu olhei para o céu e vi um coração muito grande! Muito grande, todo de ouro. Batia como se estivesse dentro do peito, baixei a vista e continuei lendo (...) Voltei a ler e esqueci do que tinha visto, quando lembrei e olhei para o céu de novo ele já não estava mais.

Nesta passagem se repete a vivência do fragmento do texto 1 em que o enunciador se confronta com uma vivência na qual se apresenta um objeto do Real. No texto 1, o objeto apresentado é o próprio corpo do enunciador estando em cima do cajueiro, ou seja, o enunciador vê seu próprio corpo em cima do cajueiro. No texto 2, o enunciador vê um coração de ouro no céu. Em ambos os fragmentos, o enunciador esquece o que havia visto. No texto 1 se observa a passagem *Passou-se dias e eu esqueci disto*. No fragmento 2 a passagem *Voltei a ler e esqueci do que tinha visto*.

Os dois fragmentos de texto escrito pelo mesmo enunciador apresentam o momento em que o real se mostra e se vela, ou seja, é mostrado um objeto alucinatório ao enunciador que em seguida é velado pelo esquecimento. O corpo em cima do cajueiro e o coração de ouro no céu são signos imagéticos do real, que faz no texto 1 o enunciador estranhar e esquecer e, no texto 2, o enunciador esquecer, não o vendo mais.

Interessa destacar que a função do olhar foi precedida da função do escutar na vivência da paciente no encontro com o Real.

Conforme descrito nos fragmentos, a paciente primeiro viu, depois estranhou o que viu e esqueceu. O som-voz do Diabo se apresentou após a vivência do ver. O ver, nesse caso específico, foi à função primeira a ser afetada pela força do Real. Isso sugere que o olho foi o órgão por onde o Real invadiu o sujeito no momento em que se iniciou o processo de construção da metáfora delirante.

Essa trama entre o ver e o esquecer nos reporta ao trabalho do mecanismo da Verleugnung (desmentido), apresentado por Freud em 1927 quando discute o fetichismo e que se mostra prioritariamente na perversão, e que faz Queiroz (2007, p.15) afirmar ser a Verleugnung um mecanismo arcaico que está na base da constituição da subjetividade e de trabalhar com “a hipótese de que há uma correlação entre o olhar, o mecanismo do desmentido e a divisão subjetiva”.⁸

Isso é interessante ser assinalado, pois na descrição textual que o enunciador indica o momento inicial em que é invadido pela força do Real, constata-se a percepção do objeto alucinado e, em seguida, sua ausência do campo perceptivo. Esse objeto alucinado, pré-representacional, invade por um instante a vida psíquica do enunciador como um objeto real, mas em seguida desaparece, deixando como registro para o enunciador um objeto paradoxalmente presente-ausente. Seria essa vivência similar ao momento mítico da constituição da subjetividade em que há a inscrição de traços mnêmicos e, em seguida, a sua negação, ou seja, essa passagem textual do enunciador contribuiria para pensar-mos que, na irrupção da vivência psicótica, o olhar do sujeito é atingido de tal forma que lhe é apresentado o desmentido original, que se opera na relação com o Outro?

Embora essa não seja uma questão a ser aprofundada nesse trabalho, achamos que é sugestiva para novos estudos sobre o tema das psicoses. Retornando ao texto, observa-se que, após o momento da apresentação-negação do objeto alucinado, ocorre a integração dele no corpo textual. Ao final de cada fragmento de texto, o signo

⁸ Remetemos o leitor ao texto freudiano “Neurose e Psicose” (1923-1924), onde o autor trabalha o mecanismo de recusa tanto no que tange à perversão, quanto à psicose. Neste texto, Freud afirma ser a recusa um mecanismo arcaico de divisão subjetiva do sujeito

do real é integrado na construção delirante. No texto 1 o enunciador descreve a cena de tortura e morte que havia presenciado. No texto 2 o enunciador interpreta a mensagem advinda do objeto alucinatório apresentado no início do fragmento e afirma sua experiência, conforme descrito:

Hoje eu sei que Nossa Senhora estava me mostrando como estava seu coração, sofrendo muito, muito com a maldade que estava acontecendo no lugar santo. No nosso santuário. Ela estava me avisando que eu ia sofrer do mesmo jeito.

Nossa hipótese é que a mostr(ação) do real nas enunciações produzidas na/pela metáfora delirante, além de se conectar aos elementos do imaginário e do simbólico durante todo o processo de sua construção, podem se apresentar no texto/enunciações ora se afirmando como elemento que se revela e ora se negando como elemento que se vela, ou seja, o signo do real pode se mostrar como objeto estranho sentido pelo próprio enunciador e ora ele se integra na própria construção da experiência delirante e como consequência se integra ao objeto texto.

Nos fragmentos textuais deste enunciador, hipotetizamos que o Real da linguagem irrompe na vivência subjetiva do sujeito nas psicoses, inicialmente revelando e velando sua face mortífera, porém ao final do texto revelando estar sistematizado pela construção da metáfora delirante. Uma vez sistematizado, o real tende a se acomodar na estrutura delirante. Ele continua a se mostrar, porém não mais tomando o corpo do sujeito. Ele é integrado a uma nova rede de sentido, caracterizado pela construção de uma nova verdade – a verdade do sujeito. Uma verdade particular que produz um estilo de existência que faz o sujeito estar no mundo e transitar pela linguagem.

Discutidas as enunciações/discursos nas psicoses que advêm do real que habita ou se hospeda no corpo do sujeito (cap. 4.1) e as enunciações que advêm do real que é mostrado na construção delirante (cap. 4.2), resta-nos problematizar a partir de outra experiência clínica: a construção de uma metáfora significativa que funcionou de fato como suplência ao Nome-de-pai. Neste caso o real

deslocou-se do corpo para a construção de uma metáfora delirante e em seguida para construção da metáfora que designaremos como *Sinthomática* (relativo à noção de *sinthoma* de Lacan).

Ao final da discussão dessa terceira possibilidade do real se apresentar e ser tecido pelo sujeito nas psicoses, abordaremos, no próximo capítulo, como em cada uma dessas possibilidades de mostr(ação) do real é produzido o fenômeno da estranheza sobre o interlocutor e a questão da transmissão do saber possíveis nestas enunciações.

A Mostr(ação) do real: do corpo à construção da metáfora Sinthomática

Nesta parte abordaremos um caso clínico significativo em que foi possível observar os deslocamentos do real, inicialmente habitando o corpo do sujeito e, posteriormente, se deslocando para o *setting* terapêutico e, enfim, para a construção de uma história que denominaremos de metáfora *sinthomática*. O fragmento clínico que ilustra esse deslocamento do real foi amplamente discutido na minha dissertação de mestrado. Nela trabalhamos a construção do discurso nas psicoses, elegendo um caso clínico para narrar a passagem da vivência para a experiência nas psicoses. Na dissertação foi realizado um estudo clínico desse caso, denominado de José.

Para fins de nossos objetivos atuais, achamos que reportar a essa experiência clínica contribui para discutir o que denominarei do terceiro tempo de possibilidades de o real se mostrar nas enunciações nas psicoses. Anteriormente problematizamos as enunciações mostradas quando o real habita o corpo, e as enunciações mostradas quando o real é sistematizado pela metáfora delirante. Agora, discutiremos quando o real desloca-se do corpo até produzir uma metáfora onde o simbólico mostra sua força e o real apenas é velado no texto do sujeito. Esse terceiro tempo de possibilidade de produção de enunciações nas psicoses é na realidade o que faria certa conciliação das forças irrepresentáveis do Real com os registros do Simbólico e do imaginário. Devido ao fato de denominar essa terceira possibilidade de *sinthomática*, é

relevante reportar à noção lacaniana de *sinthoma* antes mesmo de apresentar o fragmento clínico.

A noção de *Sinthoma* foi trabalhada por Lacan (1976), mais especificamente no Seminário XXIII denominado *Le Sinthome*, inspirado em James Joyce. Joyce nasceu em Dublin, na Irlanda, em 1882. Tornou-se conhecido como escritor, mais especificamente pelo seu estilo em trabalhar com a letra. Sua obra desperta em Lacan o interesse pelo estudo da função do escrito e da escritura na amarração da estrutura psíquica do sujeito. Para Lacan, Joyce era um ‘desabonado do inconsciente’ por trabalhar diretamente no real da letra, ou seja, parece que Joyce não faz laço com o sujeito afetado pelo inconsciente. Seu escrito é tecido com a força do real sem, no entanto, sucumbir a ele. Ao contrário, Joyce pôde criar uma obra que fez do real a fonte enigmática na qual convoca os leitores para infinitas leituras e interpretações. Segundo Freire (2001, p.199),

o neurótico, diz Lacan, faz amor com seu inconsciente, ou seja é atraído por aquilo que pode lhe revelar algo acerca de seu próprio inconsciente. Nada no texto final de Joyce é capaz disso, e é isso que torna tal escritura tão ilegível para nós neuróticos. A escritura era para aquele seu *sinthoma*, isto é, sua forma privilegiada de gozo, de um gozo para além de qualquer demanda ao Outro, um gozo da letra (...) Para Joyce, acochado pelas palavras impostas, escrever era uma forma de manter seu equilíbrio psíquico.

Lacan afirmara que a obra joyciana funcionou como o *sinthoma* que impediu Joyce de sucumbir na psicose, ou seja, seu escrito era um saber-fazer com o sintoma e permitiu ao autor transformar o sintoma em um traço de singularidade e de criação. A saber, transformar o sintoma em *sinthoma*. Essa posição de Lacan é significativa para se pensar na função do escrito ou de uma obra qualquer que funcione impedindo o sujeito sucumbir na vivência psicótica. Nessa situação se diz, conforme se observa no trabalho de Joyce, que o autor trabalhou na dimensão da letra.

Embora não seja nosso objetivo adentrar nas reformulações dos conceitos desenvolvidos por Lacan ao longo de sua obra, lembramos que no seminário “A identificação”, Lacan (1998)

afirma ser a letra o que vai possibilitar a distinção entre signo e significante. Para Rego (2006), “É o significante funcionando em sua essência de letra, isto é, não significando nada, o que o torna diferente do signo, pois esse sempre representa algo para alguém.” Não esqueçamos que o significante lacaniano representa o sujeito para outro significante, o que possibilita pensar o sujeito inscrito na cadeia significante, ou melhor, inscrito na dimensão simbólica da linguagem.

A letra não significa nada, porém ela insiste em se apresentar. Algo que funcione como letra insiste na cadeia significante, insiste no inconsciente. O interesse de Lacan pela letra, pelos textos e pela literatura é para ressaltar o fracasso da mensagem, ou em outras palavras, pela linguagem como comunicação. Neste sentido, a psicanálise fica do lado do enigma, colocando o saber em xeque.

A contribuição lacaniana, na afirmativa de que há um buraco no saber, nos ajuda pensar na posição do autor de que a letra bordejia o buraco, ou seja, “esta borda do buraco é ‘desenhada’ pela letra (...) A letra é instrumento para a escrita do discurso, mas também pode servir para designar a palavra que está no lugar de outra (metáfora) ou que leva a uma outra (metonímia)” (REGO, 2006, p. 205).

No seminário da Carta Roubada, em que Lacan se serve do conto de Edgar Allan Poe *A carta Roubada*, ele apresenta a estrutura da impossibilidade de a mensagem dizer tudo. O destino da carta é ser extraviada. Cada sujeito que a recebe se caracteriza pela sua imbecilidade:

ele não sabe qual o significado da carta que porta consigo. Seu sentido escapa a todos os sujeitos. Esta é uma impossibilidade estrutural. Nem Dupin, que aparentemente é apresentado por Poe como o esperto, aquele que faria exceção à regra, escapa disso (REGO, 2006, p. 202).

Essa passagem é ilustrativa para se pensar o escrito portando uma letra que não pode ser lida.

Neste sentido, a carta é a mensagem que comporta a letra impossível de ser lida, uma letra que não se lê e, portanto, não significa nada. Embora não signifique nada, a letra produz efeitos

sobre a mensagem, uma vez que sugere a existência do enigma na carta-mensagem.

A insistência de Lacan em trabalhar a noção de letra, significante, signo, tem por objetivo relacionar a estrutura do inconsciente a uma escrita, e mais ainda: que há algo que escapa ao que está escrito. Isso faz pensar na linguagem portando o enigma. Há algo do Real que insiste no inconsciente e tem a função de letra, um escrito que não se lê.

Essa breve digressão em torno da complexidade da noção de letra lacaniana sugere uma questão também problemática: Haveria a possibilidade nas psicoses dessa letra do Real não mais tomar o corpo do sujeito e habitá-lo, mas dirigir-se para produção de uma metáfora que não seja a delirante, uma metáfora capaz de resgatar a dimensão de pai, ou melhor, da inscrição de um pai? Dito de outra maneira, haveria a possibilidade nas psicoses de ser instaurado um enigma na produção das enunciações/textos?

Essas questões acompanharão a apresentação da terceira possibilidade de mostr(ação) do real, que será trabalhado no fragmento clínico a seguir. Porém, lembramos que, na descrição desse fragmento clínico, a mostr(ação) do real emergirá do corpo, em seguida será sistematizado pela metáfora delirante, para só no *a posteriori* se constituir numa metáfora de pai que denominei de sinthomática. Esse último estágio de deslocamento do real é que vai possibilitar o apaziguamento, mesmo que provisório em muitos casos, do Real com o Simbólico e o Imaginário.

José era na época um jovem rapaz que chega para atendimento tomado por uma crise psicótica: apresentava o humor em elação, fala desarticuladas, ideias mórbidas com tentativas de suicídio, agressivo e dizia está numa batalha, demonstrando sua convicção quando na primeira entrevista joga seu sapato em mim, referindo ser um míssil. A convicção de está numa batalha era demonstrada através de diferentes comportamentos seus. A inquietação e a agressividade dirigida ao outro e a ele mesmo eram os primeiros signos do corpo que mostrava estar José no meio de uma batalha. Associados a esses signos corporais, José falava dos signos bélicos e se referiam a eles durante nossos encontros. Ele estava preso a uma

guerra que inicialmente tomou seu corpo e só posteriormente foi capaz de mostrá-los nos desenhos realizados no *setting* terapêutico.

A apresentação gráfica dos signos bélicos nos desenhos foi possível quando houve um primeiro deslocamento do real habitando e tomando o corpo de José para ser mostrado através dos signos bélicos nos desenhos. Hipotetizamos que no primeiro tempo das enunciações nas psicoses, o real se mostra habitando o corpo de José, ou seja, o aprisiona na batalha, não deixando outra saída para ele que não viver a própria batalha.

A mostr(ação) do real nesse tempo produz enunciações que tem a força do ato, da ação sobre o outro e sobre si mesmo. Elas são desprovidas de articulações simbólicas. Porém, quando os signos bélicos são deslocados para o desenho, eles começam a despotencializar sua força sobre o corpo. Dito de outra maneira, a escrita do traço bélico no desenho foi um primeiro deslocamento possível do real se mostrar. Antes, o signo bélico era uma letra do Real que insistia em se mostrar sobre o corpo e o invadia, conforme observado nos comportamentos destrutivos dirigidos ao outro e a ele mesmo (tentativa de suicídio). Quando se iniciou sua grafia nos desenhos, a letra do Real fez marca no papel. Em um de seus desenhos onde se mostram os signos bélicos, o intitula da seguinte forma: “A Marinha brasileira vai iniciar manobras de ataque e guarda”.

O fato de o signo bélico ser dirigido para a marinha brasileira é um bom começo para que José se desloque da posição de assujeitamento à força do Real, para a posição que é possível escrever sobre a batalha, ou melhor, sobre sua batalha, quando o signo bélico se desloca da marinha brasileira para serem articulados com a história de sofrimento de José. É interessante realçar que havia sido construída por José uma metáfora delirante, cujo centro da vivência psicótica era representado pela verdade de se estar numa guerra. Se, no primeiro momento, essa metáfora funcionou para que o real flutuante sobre o corpo pudesse ser sistematizado pela metáfora delirante, ou seja, as tentativas destrutivas e agressivas vivenciadas com o corpo, inclusive, com as tentativas de suicídio, pudessem ser sistematizadas na metáfora delirante para compor uma história de batalha, só no momento posterior quando

José inicia seu trabalho elaborativo de falar e escrever sobre sua batalha psíquica, ou melhor, sobre seu sofrimento psíquico que o mesmo tem a possibilidade de articular as dimensões do Real com o Simbólico e o Imaginário de forma mais efetiva.

Noutro desenho, ele grafa os signos bélicos, as figuras parentais, seu terapeuta e a imagem de uma bússola como signo de orientação. Uma demonstração que o real se mostra através do signo bélico, porém aqui já é possível ser articulados com as figuras da realidade compartilhada pelo mesmo – o pai, a mãe e seu terapeuta. Nomeia esse desenho de “O Bombardeio”.

Os signos bélicos são, dessa forma, tecidos com a história de tratamentos de José e no desenho posterior ao do “O Bombardeio” é dado um objetivo: “Sanar José”.

Esse objetivo é ilustrativo para se discutir uma possibilidade nem sempre possível nas psicoses do sujeito fazer da letra do Real, no caso específico, da marca da batalha sobre o corpo, uma outra forma de inscrição do Real. Conforme se observa, a batalha se transforma em sanar José. Ele transforma a letra batalha num objetivo não mais destrutivo, mas de criação e produção de sentido.

Após algum tempo de tratamento, e já ao final do processo terapêutico, José solicita uma cartolina para construir uma história em quadrinhos, cujo título é “A Festa do Rock”. Conforme descrito na dissertação:

Na sessão, solicitou uma folha de cartolina e passou a construir uma história em quadrinhos. Nesse trabalho, reuniu a escrita, a construção de personagens e o desenho. Nomeou essa história de: “A festa do rock”. Tratava-se de um personagem que saiu à procura de amigos para organizar uma banda de rock. Após constituída a banda, esse personagem chamou o grupo para ensaiar em sua casa, no momento em que seus pais haviam saído. Enquanto ensaiavam, tocando rock, chegaram, de surpresa, seus pais. O pai entra em cena, mandando parar de tocar. “Quem autorizou essa bagunça e esse som dos infernos? Já disse que quero que corte esse cabelo e venda essa guitarra. E tire agora essas coisas da garagem!” Porém, o personagem central vai ao encontro do pai questionar sua postura. O

mesmo não desiste e após a “bronca” do pai, entra em seu quarto para pensar onde poderia ensaiar com os amigos. Posteriormente, seu pai entra em cena, batendo na porta do quarto para dizer que teria sido muito “duro” e pede “desculpas”. Autoriza o filho a ensaiar com os amigos em sua casa. O personagem, entusiasmado com a posição do pai, inscreve a banda no concurso de rock e, na disputa entre bandas, a dele foi a campeã. Na cena final, aparecem seus pais assistindo ao show e o pai falando “toca mais uma aí, filho. Toca das antigas !” (LIMA FILHO, 2003, p. 69-70)

O fato de José escolher o gênero textual “história em quadrinhos” para produzir o que na dissertação denominei de a metáfora a “Festa do Rock” é ilustrativo por dois motivos: a) primeiro esse gênero textual pressupõe que seja grafada a imagem, os personagens, as palavras e a história; b) segundo, porque ao grafar esses elementos numa mesma cena enunciativa/textual, sugere que nesse tempo o Real que antes tomava o corpo de José, pôde ser velado na história em quadrinhos, ou seja, no objeto texto da “Festa do Rock” não encontramos mais a mostr(ação) do real, conforme discutimos nos fragmentos enunciativos e textuais anteriores.

O fato de o real não mais se mostrar nas enunciações/textos não quer dizer que ele esteja excluído do objeto textual. Afirmamos anteriormente que o Real ex-existe na linguagem, porém no processo de construção da metáfora da Festa do Rock e que a denomino agora de “metáfora sinthomática”, ele está velado e é esse fato que possibilita a reconciliação com o significante paterno.

Na história em quadrinhos, o personagem filho tem a iniciativa de juntar amigos em sua casa, ou melhor, na casa de seus pais, para tocar juntos e se preparar para concorrer a um concurso de bandas de rock. Isso é feito na ausência das figuras paternas em casa. Porém, ao ser surpreendido com a chegada dos pais, mais especificamente, do pai, o filho é convocado a confrontar seu desejo com o do pai. Inicialmente, o pai desautoriza o filho a tocar, mas em seguida vai ao seu encontro, possibilitando assim que o filho concorra ao festival de rock e seja o campeão. Nessa passagem, que é a síntese do que se passa na “metáfora sinthomática” da festa do

rock, a batalha do filho foi fazer valer seu desejo e construir um projeto pessoal que inicialmente não seria o projeto do pai para ele. Vemos aqui uma outra forma da experiência da batalha, onde não mais se mostra o irrepresentável da vivência da batalha, mas a batalha representada pelo conflito com a lei do pai. O significante paterno aparece como possibilidade do filho inscrever-se na cultura e assim transitar pela linguagem, a saber, pela letra, palavras, desenhos, enfim, pela modalidade de um gênero textual mais elaborado e complexo, pois reúne diferentes signos na composição do texto.

Da batalha no corpo, passando pela metáfora delirante da batalha para construção da batalha “metafórica *sinthomática*” é um caminho longo e nem sempre possível nas psicoses, conforme havia dito. Com José se observa a transformação de uma metáfora delirante em *sinthomática*, ou seja, os sintomas da psicose são de alguma forma, transformados em sintomas inventivos e criativos e, por isso, denominados de *sinthomáticos*.

Diferente de Joyce, que havia produzido seu *sinthoma* para não sucumbir na psicose, José produz seu *sinthoma* após uma vivência psicótica. Nesse *sinthoma*, aparece o pai para travar uma batalha significativa com ele. Os desejos e as posições de cada um foram travados e escritos na história em quadrinhos. A batalha mortífera instalada no surto psicótico foi tecida por José na forma como se tece uma tapeçaria. Foi dando nós com a batalha que José esculpiu um nó paterno, amarrando, de algum jeito, seu modo de estar no mundo.

Nesse caso específico, parece que José pôde valer-se da letra irrepresentável da batalha sobre o corpo e produzir a história em quadrinhos que instaura o enigma na construção do texto. A questão com o pai possibilitou o encontro com esse gênero textual, transmitindo assim a questão na qual estão todos os sujeitos submetidos, a saber, com o significante paterno, com a inscrição de um pai, enfim, com a lei da cultura.

A partir das três modalidades de mostr(ação) do real nas psicoses, transcorridas ao longo das situações já problematizadas, interessa discutir no próximo capítulo as especificidades da transmissão das enunciações/textos e os efeitos de estranhamentos

sobre o interlocutor em cada uma das situações em que o real se mostra. Isso parece importante na medida em que se observa que os efeitos de estranhamentos das enunciações/textos sobre o interlocutor têm consequências significativas sobre as possibilidades de essas enunciações poderem transitar no espaço da cultura. Se essas enunciações permanecerem aprisionadas ao sujeito que as enuncia e os interactuantes as rejeitar, devido ao estranhamento que elas podem provocar, reforçará o movimento de exclusão do outro da interlocução e, conseqüentemente, às possibilidades de adentrar no campo da complexidade da linguagem onde o Real ex-esiste.

Trazer à cena enunciativa e textual a mostr(ação) do real nas psicoses tem também o objetivo de realçar, no campo das pesquisas em Linguística, a existência do Real como registro do imponderável que ora é sombra nas produções discursivas, e ora emerge e se materializa na produção de discursos, conforme se observa nas psicoses. Assim acontecendo, há a necessidade de fazer diferentes deslocamentos epistemológicos para transitar nesse mundo da linguagem pré-linguístico e contribuir no mergulho sempre necessário a ser feito sobre as questões que a produção de enunciações e textos nas psicoses nos convoca.

5 Sobre a transmissão e o estranhamento dos discursos / textos nas psicoses

Esse capítulo está dividido em quatro partes que se articulam entre si. Na primeira, teceremos alguns comentários sobre a transmissão de experiência textual e sobre o estranhamento; na segunda, articularemos a transmissão do saber e os efeitos de estranhamentos nas enunciações onde o real habita o corpo; na terceira, as articulações serão feitas com as enunciações cujo real se mostra sistematizado na metáfora delirante e, na quarta parte, quando as enunciações produziram uma metáfora sinthomática. Nosso objetivo é, a partir dessas articulações em três tempos de mostr(ação) do real, resgatar o que havia sido afirmado sobre a heterogeneidade da linguagem e como ela se mostra, além de discutir o tema do Estranho inscrito na linguagem e sua especificidade nas enunciações/textos nas psicoses. Trabalharemos também com os conceitos de forclusão e recalque para problematizar os efeitos de estranhamentos das enunciações nas psicoses sobre o outro neurótico.

5.1. Transmissão de Experiência e a produção discursiva nas psicoses

O vivido, registrado pela memória corporal, possibilita a transmissão da experiência através da escrita. Transmitir uma experiência é de alguma forma fazer uso da memória. E, conforme Laia (2001, p. 116),

a atividade memorialística promove uma reconstituição em que as falhas relativas ao esquecido podem dar lugar a tramas que, evidenciando uma força criativa do próprio esquecimento, se apresentam até como diversas do que teria acontecido". Por isso, "à falta de uma certeza, contrapõe-se o excesso de ficções...

A transmissão da experiência através dos escritos é, nessa perspectiva, uma operação também do ficcional devido à brecha que o esquecimento funda. Escreve-se sobre o que é lembrado e sobre o esquecido, sendo o esquecido preenchido pelo ficcional, transformando os escritores em verdadeiros autores. Sua obra tem o poder de circular na cultura, tornando-se universal, devido à capacidade de falar sobre a experiência de cada leitor, a saber, a cada leitor, quando envolvido na obra do autor, é possibilitado adentrar pelos labirintos da existência humana, na sua própria existência. Nesse sentido, uma obra literária tem função de metáfora, cujo sentido é transportar experiências ao longo do tempo.

O destaque à memória corporal, aos registros de vivências ao longo do desenvolvimento da criança e aos esquecimentos, o não lembrado, o que escapa ao trabalho da memória de recordar o vivido, são aqui referidos como aspectos que influenciam e determinam o trabalho de produção textual.

Afirma-se que a produção textual é uma atividade que envolve não só os processos cognitivos, mas também um conjunto de eventos inconscientes, originário do tempo remoto do desenvolvimento humano de apropriação da linguagem.

O esquecido, o que ficou impossibilitado de ser lembrado, é sempre fonte inesgotável da criação. É o esquecido que nos impulsiona a criar, inventar. Dele brota a ficção, o ficcional. Os processos cognitivos, afetivos se articulam a essa fonte ficcional, construindo textos produzidos pelo saber, sendo a noção do saber diferente da noção do conhecer.

Saber e conhecer são dois conceitos importantes de serem definidos nesta tarefa de articular produção textual e transmissão de experiência. Costa (2001, p. 48) afirma que conhecimento e saber são distintos. Segundo a autora, o que se imprime e se transmite coloca-se do lado do saber, enquanto o “conhecimento pode permanecer como uma representação exterior à experiência (...) o saber é uma apropriação da representação pela experiência (apropriação que sempre traz uma mediação da criação)”. A apropriação da representação pela experiência não significa que o “indivíduo controle, ou mesmo reconheça o que sua experiência representa”. Significa pensar nos signos verbais, corporais, afetando

e produzindo sensações, sentidos e não-sentidos, no ato mesmo de apropriação do ser no mundo da linguagem. O conceito do saber pressupõe tanto a dimensão da produção (ou atividade), quanto à dimensão da ignorância (o saber do inconsciente).

Resumindo, articula-se o saber aos diferentes registros, verbais e não-verbais, que são impressos no corpo e permanecem como memória corporal. Nesse trabalho, diferentes signos pré-verbais (balbucios, sensações corporais etc.) escapam do mundo representacional, embora, paradoxalmente, participem da experiência do saber.

Os registros das sensações, imagens, enfim, estímulos verbais e não-verbais, que organizam as representações mentais são realizados pela memória. Porém, como afirmam Amati-Mehler, Argentieri, Canestri (2005, p. 146),

Podemos dizer que é a continuidade da memorização – em grande parte inconsciente – que assegura, no curso do desenvolvimento, a agregação de experiências inicialmente fragmentadas (muitas vezes encontradas nos sonhos), cuja integração promoverá aquele sentido de coesão que é a base da própria identidade. No início, tais experiências são constituídas, sobretudo de sensações corporais, associadas sempre, nos traços mnêmicos, a suas valências emocionais relativas às primeiras interações entre a psique em estágios arcaicos do bebê e o mundo que o circunda. Somente em seguida é que haverá o acesso a representações mentais mais complexas, a símbolos e palavras que poderão ser usados mais livremente pela mente infantil em infinitas combinações, para formar pensamentos, conceitos (ou categorias) e teorias cada vez mais articulados.

É interessante destacar nessa citação, os registros das experiências arcaicas do bebê recuperadas pela memória corporal, e as operações mais complexas que envolvem o trabalho simbólico, quando já é possível para a criança acessar as representações mentais. A posição desses autores contribui, também, na hipótese de que a transmissão de experiência é realizada tanto pelos registros inconscientes quanto pelas representações mentais e simbólicas.

5.2. Quando falha a capacidade de compartilhar a transmissão de experiência textual

Diferentemente da capacidade que tem um autor de fazer de sua obra uma metáfora, que transporta experiências e possibilita aos leitores viajar pelos labirintos dos escritos, nas produções de pacientes mergulhados numa vivência psicótica, essa capacidade de circulação encontra-se dificultada, uma vez que esta vivência caracteriza-se pela desarticulação entre o pensar, o sentir e o agir no mundo. Caracterizam-se, ainda, nesta vivência, a dificuldade em demarcar as fronteiras entre os mundos subjetivos, interno, e objetivo, externo.

Devido a essa falha de demarcação, observa-se tanto a dificuldade de produções metafóricas, quanto de socialização de experiência. A dificuldade em compartilhar o vivido é umas das principais características do fenômeno psicótico. Isso se deve a duas questões essenciais: a singularidade no uso da linguagem pelo psicótico e ao estranhamento vivenciado pelos interactantes, quando afetados pelos textos produzidos pelos mesmos.

O texto descrito numa vivência psicótica sugere uma maneira particular de transmitir experiência, diferentemente de um texto no qual o escritor tem a possibilidade de transitar entre o mundo ficcional e o mundo objetivo das experiências humanas.

O narrador, ao descrever a cena de sua morte, conforme observado na descrição do fragmento clínico mostrado no quarto capítulo, se mantém preso a esta cena como se estivesse aprisionado em seu próprio sonho. A estranheza com que o interlocutor acolhe ou não esse texto se assemelha à estranheza como se vivem os sonhos e os pesadelos.

A diferença fundamental entre um texto produzido numa vivência psicótica e os que não o são, é que, no primeiro, o narrador não é capaz de relativizar e circular entre o mundo ficcional e o da realidade objetiva, enquanto no segundo, produzem-se textos em que o narrador é capaz de mergulhar em suas fantasias, criar suas ficções e transitar pelo mundo da cultura e dos símbolos.

Problematizar a produção textual, considerando o inconsciente como um registro que constitui a funcionalidade

do aparelho psíquico, acrescenta uma variável importante às orientações teóricas que restringem a produção textual apenas aos aspectos cognitivos e afetivos. Introduzir a existência do inconsciente possibilita pensar no registro de vivências pré-verbais através da memória corporal, constituindo esses registros as representações de coisas que antecedem a possibilidade da criança fazer uso das palavras e de símbolos, de uma forma geral.

A transmissão de experiência é feita concebendo-se o saber como um conceito que comporta a ignorância, e esta como um não-saber (o esquecido) que possibilita a criação, a invenção, o ficcional. O escritor, no trabalho de criação, transita entre a realidade interna e externa possibilitando, assim, ao leitor e/ou interactuante o compartilhamento de experiências. Nas produções textuais observadas nas vivências psicóticas, observa-se a dificuldade de compartilhar experiências, devido ao estranhamento desencadeado pelo conteúdo descrito no interlocutor neurótico. No exemplo referido antes, o autor do texto descreve uma cena de morte que teria vivido; cena esta difícil de ser compartilhada, devido à impossibilidade de falarmos e descrevermos a própria morte. É interessante ainda destacar nessa narrativa, iniciada na primeira pessoa, uma transmissão de experiência em que o autor não relativiza o vivido. O vivido é concebido como uma realidade inquestionável e, nesse sentido, falta ao saber o espaço da ignorância, essa responsável em produzir o mundo ficcional e possibilitar textos os mais criativos.

O texto produzido numa vivência psicótica mobiliza os interactuantes de forma semelhante aos textos produzidos nos sonhos. É possível com os sonhos experimentar sensações as mais estranhas e diversas. As imagens não obedecem as sequências lógicas e, geralmente, quando desperto, o narrador tem dificuldades de entender seu conteúdo e lembrar do que foi sonhado. Num e noutro contexto, o sujeito está regido pelo processo primário no qual prevalece as representações de coisas.

Pode-se pensar que o estranhamento vivido pelo sonhador diante do texto sonhado aproxima-se do estranhamento vivido diante do texto produzido por um interlocutor numa vivência psicótica. Fazer essa aproximação é talvez um caminho para

introduzir a dimensão inconsciente e o estranhamento, como constitutivos do próprio objeto textual.

Para problematizar os limites e possibilidades de se transmitir as enunciações/textos nas psicoses e o efeito de estranhamento sobre o outro da interlocução, tomaremos os três tempos em que o real se mostra através desses textos e enunciações.

5.3. O que se estranha e se transmite quando as enunciações/textos emergem do corpo

No quarto capítulo discutimos as possibilidades enunciativas no qual o real habita e flutua sobre o corpo do sujeito, comprometendo a capacidade de nomeação. O caso de Virgínia, que partia seu nome ao meio, representado pela escrita VIRG, e o caso de Eliane que grafa seu nome, registrando através das letras N, o som-canto materno, foram tomados naquela sessão para problematizar um tipo de mostr(ação) do real onde falha as articulações ou enodamentos do Real com o Simbólico e o Imaginário. Devido ao real tomar o corpo do sujeito, compromete-o a transitar pela linguagem e fazer uso dos elementos linguísticos e pré-linguísticos.

O que se sobressai, enquanto elemento de linguagem, nessas situações são signos pré-verbais e não-verbais ou letras e traços mnêmicos pré-linguísticos. Sons e balbucios invadem a vida psíquica do sujeito dificultando o acesso ao mundo representacional. Conforme observamos no caso de Eliane, o som-canto foi grafado através da duplicação da letra N, sugerindo um tipo de mostr(ação) do real que faz marca na grafia do nome próprio. Tãmanha a força do real sobre o corpo que compromete, inclusive, o que há de mais particular na construção do Eu, a saber, a escrita do nome.

Lembramos que a sonoridade, assim como diferentes marcas mnêmicas ou traços constituem o conjunto de elementos semióticos, ou melhor, o genotexto do simbólico, conforme descrito por Kristeva (2002) e que se distinguem dos elementos linguísticos devidos sua característica sgnica. Se transitamos anteriormente pelas teorizações em torno do genotexto do simbólico (KRISTEVA, 2002), pela escrita proto-simbólica de Nicolaidis (1989), pelos traços mnêmicos freudianos, pela letra e o Real lacaniano, enfim, pela

dimensão inconsciente e irrepresentável da linguagem, foi para destacar e contextualizar o campo da heterogeneidade da linguagem e adentrar pela dimensão pré-lingüística onde é possível articular com os fenômenos das enunciações e da escrita que emergem dos sujeitos nas psicoses.

Quando o real se apropria do sujeito, emerge do corpo diferentes signos imagéticos, traços mnêmicos, enfim, signos pré-lingüísticos que estão inscritos nos sujeitos, sejam neuróticos ou psicóticos.⁹ O fato de esses signos estarem inscritos no sujeito de linguagem e o fato de na vivência psicótica quando o real habita o corpo esses signos tomarem a cena discursiva, sugere inicialmente duas questões a serem problematizadas: a impossibilidade ou o limite na possibilidade de leitura desses signos e o efeito de estranhamento que esses signos provocam sobre o outro da interlocução em que houve o sucesso da operação do recalque (no neurótico). Adicionado ao estranhamento observado na interlocução entre neuróticos e psicóticos, observa-se o fenômeno de exclusão discursiva do neurótico sobre o psicótico e vice-versa. Essa exclusão ocorre em duas perspectivas:

A) quando o psicótico é invadido pelo Outro (significante materno) e quebra sua relação com o outro (semelhante). Nesse caso, o psicótico mostra ao neurótico os signos-coisa, recusados por esse. Nesse caso, o psicótico exclui o neurótico.

B) a exclusão do psicótico pelo neurótico do contexto discursivo se dá pela ameaça que o psicótico apresenta em desestabilizar as estruturas simbólicas, gramaticais e lógicas do discurso. Nesse caso, o neurótico exclui o psicótico.

Quanto à impossibilidade ou os limites de possibilidade de leitura dos signos do real habitando o corpo, destacamos o som-canto que duplica os N do nome ELIANE e para as quatro letras (VIRG) que compõem o nome VIRGÍNIA. O som-canto que persiste

⁹ Lembramos que na psicanálise as estruturas clínicas: neurose, psicose e perversa, se referem as diferentes possibilidades de constituição psíquica. Não existe assim a ideia de sujeitos normais e outros anormais ou patológicos. Quando na Introdução nos referimos à noção de vivência psicótica foi para relacioná-la à posição de assujeitamento aos sintomas psicóticos. Os sintomas invadem o sujeito e o deixam a mercê deles.

durante o processo enunciativo de Eliane é o som-canto que está inscrito no sujeito de linguagem, sejam neuróticos ou psicóticos. Em Eliane ele não foi representado pelo mecanismo do recalque para compor a iconografia da letra. Ao contrário, ele se destaca como figura na produção do nome, invadindo a própria grafia. Emergindo como figura, ou melhor, o elemento sonoro se destacando, traz à cena discursiva um elemento do Real que provoca no interlocutor neurótico a estranheza de ser invadido pelo som-canto que nele neurótico encontra-se recalcado, tal qual desenvolvido por Freud e que contribuiu para Lacan desenvolver sua teoria sobre o Real.

Nesse caso, o sujeito na psicose tomado pelo som-canto, não estranha a sonorização que emerge dele e altera a grafia do seu nome, mas o outro da interlocução, afetado pelo som-canto, sente-se invadido pelo elemento sonoro, não podendo localizá-lo ou contextualizá-lo dentro dos conjuntos de signos representáveis e que faz uso durante o processo de interação discursiva com o outro (semelhante).

O encontro entre esses dois sujeitos de linguagem é paradoxalmente interessante de desenvolver, pois se, de um lado, o som-canto do nome é um signo inscrito nos dois (no psicótico e no neurótico), por outro lado um revela o som-canto sem estranhar sua enunciação e o outro (neurótico), estranha a enunciação do som do nome produzido pelo psicótico por não ter mais acesso a ele uma vez que teria recalcado. É na melhor das hipóteses um (des)encontro entre um sujeito que desvela o real (na psicose) e o outro que vela o real (na neurose). Tal (des)encontro se assemelha à experiência do Estranho-familiar desenvolvido por Freud (1919) e que discutimos no terceiro capítulo. O autor ao trabalhar esse conceito descreve a experiência de algo familiar e recalcado e que retorna como estranho ao sujeito. Pensamos que nesse encontro entre o signo do real que emerge no psicótico e as representações simbólicas e imaginárias que se sobressaem no neurótico, o efeito de estranheza recai sobre o neurótico pela recusa de ser invadido pelo Real. Embora o Real seja de alguma forma familiar, pois está inscrito na linguagem e na língua, nesse (des)encontro, a estranheza é vivenciada pelo neurótico como defesa contra a força do Real.

Esse parece um desafio de interagir com o outro da linguagem que forcluiu o significante paterno e está muitas vezes a deriva do som-canto da linguagem: transitar sem rumo pelos labirintos pré-linguísticos sem se deixar invadir pela força do Real mostrado pelo interlocutor psicótico. Um desafio que o profissional que trabalha com pacientes psicóticos enfrenta no dia a dia da clínica.

A enunciação do real que habita o corpo desencadeia sobre o neurótico uma estranheza que favorece a exclusão do outro (psicótico) do mundo discursivo, ou seja, tamanha o perigo que o Real exerce sobre o neurótico que inconscientemente o neurótico o exclui das possibilidades de interação. O outro (psicótico) é assim tentado a ser forcluído pelo neurótico pelo fato de ele lhe apresentar ou mostrar o que teria sido um dia familiar, a saber, as marcas ou traços pré-linguísticos, ou melhor, a língua materna, denominada por Lacan de *Lalangue*. Língua essa sem a interdição paterna e composta pela sonorização e desejo advindos da mãe.

No caso de Virgínia, a grafia VIRG é uma letra, um suporte material do significante do nome próprio tal qual descrito por Lacan e que tenta se inscrever no sujeito. A letra para Lacan é “a ‘essência do significante’ e é por ela que se chega a distinguir o signo do significante” (REGO, 2006, p. 186). Presa à letra VIRG, Virgínia não consegue se deslocar da posição de signo, entendido como o que representa algo para alguém para uma posição significante, a saber, o que representa o sujeito para outro significante.

Neste sentido, VIRG se apresenta separada de Virgínia e vai se mostrar como letra, ao mesmo tempo aprisiona Virgínia na posição de signo-coisa. Isso dificulta o processo de interação dela com o outro (semelhante), uma vez que o que se transmite ao outro é o puro efeito da letra destituída do seu efeito significante. O que seria então possível VIRG transmitir ao outro da interlocução ou construir dialogicamente com o Outro do discurso?

Virgínia se mostra ao neurótico através de VIRG, seu nome quebrado ao meio e o neurótico reluta em vê o bastidor do seu nome. Procura Virgínia e encontra VIRG. Um desencontro necessário. O que se mostra através de VIRG é a estranheza da letra na sua dimensão de signo-coisa. Novamente aqui sugerimos que o fato do signo-coisa se mostrar ao outro da interlocução, o afeta

particularmente, pois lhe é apresentado o signo pré-linguístico recalçado pelo interlocutor neurótico, ou melhor, pelo interlocutor inscrito na cadeia significante. É o (des)encontro entre dois sujeitos imersos na linguagem.

Quando tomamos o fenômeno da estranheza vivenciada pelo interlocutor neurótico diante do outro psicótico, devido ao fato desse lhe mostrar o irrepresentável da linguagem e que ameaça as organizações lógicas e gramaticais do discurso do neurótico, e articulamos com a questão da transmissão do saber, é para realçar uma questão que nos parece essencial na produção de discursos e textos, enfim, da escrita. Tal questão foi amplamente discutida por Lacan (1971), quando apresentou o significante alíngua em oposição à noção de matema. Para o autor, o matema buscava uma transmissão integral, sendo segundo Rego (2006, p. 236), aquele que se “transmite sem significar (...) e alíngua, enquanto articulação do desejo com a língua, revela um resto impossível de integralizar, o não-todo”.

As teorizações de Lacan em torno dos matemas que eram representadas pela escrita matemática tinham o caráter de poder transmitir na integralidade o saber, ou seja, escrever através da escrita matemática o Real. A posição do autor era que os matemas, os chamados signos matemáticos, transmitem algo que não se sabe o que quer dizer. E isso que se transmite se faz com o auxílio da linguagem.

A recorrência a escrita matemática foi uma tentativa de Lacan em formalizar um modelo para o Real, onde se verifica que “a formalização matemática se aproxima do discurso psicanalítico na medida em que também se faz ao contrário do sentido, *quase a contra senso*” (REGO, 2006, p. 237).

O *contra senso*, ou melhor, o não-senso, pode ser observado pelo efeito da letra bordejando o buraco do saber. E, conforme afirma Rego (2006, p. 237),

Este não-senso da letra pode sempre ser revirado para o lado do sentido. Numa rara metáfora biológica, Lacan diz que a função da letra é como o gérmen que pode veicular tanto a vida quanto a morte. Para passar a letra para o lado

do saber, o sujeito tem que adquirir este saber na linguagem, no Outro. É um lugar. O inconsciente, como saber que não se sabe, obriga a leitura: um sonho, por exemplo, se lê a partir do que dele se diz. Lacan encontra aí a letra neste estado de gérmen podendo se transformar em saber que tem que ser adquirido, apreendido na linguagem.

Nas situações em que o real habita o corpo, a letra, o traço, o signo-coisa, parece ser um “gérmen” do Real que se mostra ao outro e que tem grande dificuldade de se transformar em um saber passível de leitura pelo outro da interlocução. Ao contrário, nessa situação específica, a letra veicula mais a morte do que a vida, ou seja, ela se mantém presa ao enunciador, não conseguindo circular pelo outro, diferentemente da letra que circula na mensagem da carta roubada de Alan Poe.

5.4. O que se estranha e se transmite quando os discursos/textos são produzidas pela metáfora delirante.

A metáfora delirante, conforme discutido no capítulo 4.1, tem a função específica de amarrar o Real, o Simbólico e o Imaginário, porém com a diferença de criar uma verdade para o sujeito que carece de um sentido que possa ser compartilhado pelo outro do discurso. A verdade delirante é construída pela sistematização do real, sendo observado durante esse processo o velamento e o desvelamento do real.

A inscrição de um pai possibilita ao psicótico produzir a metáfora delirante e, como consequência, construir uma verdade que dá acesso ao outro, neurótico, mas de forma paradoxal. Inicialmente, a verdade enunciada pelo psicótico traz elementos da realidade compartilhada o que faz o neurótico reconhecer a familiaridade com os elementos discursivos e textuais. Posteriormente, os pontos de significância familiares entre um e outro se desfazem quando a verdade singular do sujeito psicótico mostra algo do real. A metáfora delirante mostra, através de enunciações e textos, o impossível de ser simbolizado pelo neurótico, razão pelo qual este experimenta a estranheza de interagir com o psicótico, uma vez que tal metáfora não se encontra organizada

pelo significante Nome-do-pai, responsável para amarrações das diferentes inscrições de pai.

A familiaridade está em ambas as construções discursivas por se organizarem como metáforas. O estranhamento se dá porque o neurótico a constrói simbolicamente, enquanto o psicótico, imaginariamente. Esse fato é responsável pelas dificuldades que o interlocutor neurótico experimenta quando tenta interpretar os dizeres dos esquizofrênicos. Tal tentativa é malograda e não produz um efeito significativo sobre as enunciações do psicótico, conforme se observa no estudo de Novaes (1995, p. 111), que trata da interlocução entre dois enunciadores, um psicótico e outro neurótico.

O sujeito, enquanto efeito pontual no dizer também não se reconhece no dizer do outro, já que qualquer tentativa de amarração de sentidos não afeta o seu dizer. O dizer mostra-se impermeável ao efeito interpretativo do outro. O dizer transcende quaisquer verdades interpretativas, que imaginariamente poderiam ser atribuídas pelo outro. Daí que o outro parece ocupar uma posição neutra diante desse dizer.

As tentativas da autora em interpretar os enunciados durante a conversa gravada com um paciente esquizofrênico pareceram não surtir efeitos sobre ele. A pesquisadora foi afetada pelo efeito de estranhamento quando tentou se 'agarrar' a alguns segmentos de fala do paciente. Segundo, ainda, Novaes (1995, p. 113),

o dizer apresentava um movimento próprio não afetado por qualquer tentativa de atribuição de sentidos de minha parte, de fechamento em unidades de significação. A minha tentativa de parafrasear os enunciados produzidos por G. mostrou-se inócua.

Nestas condições, concordamos com a autora quando afirma que o Eu enunciável parece não ser afetado pelo outro ocupando o lugar de alteridade – Tu. Porém, esse fato não implica dizer que não haja 'alteridade contingente ao dizer'. "Vozes anônimas cumprem o papel necessário de um espaço de inteligibilidade – de algo ser

inteligível para alguém. Parece que a contingência do dito se dá na relação EU-ELE(S) e não na relação EU-TU” (NOVAES, 1995, p. 114).

As vozes anônimas se dão pela proliferação imaginária, conforme apontado por Lacan (1985) e carecem de um ponto de ancoragem e significação que possibilite ao outro – TU construir dialogicamente os sentidos possíveis. Assim, o psicótico tende a excluir o outro do campo discursivo por se encontrar aprisionado pelas vozes imaginárias.

Quando apresentamos os fragmentos textuais da paciente que descreve a cena de sua morte, constatamos o momento em que o enunciador descreve com estranheza, a vivência de se ver em cima da árvore e não cair e, em seguida, a enunciação de estar morta. O fato de o enunciador, inicialmente, estranhar essa vivência mostra que o processo de sistematização da verdade delirante é precedido da dúvida, expressa na passagem em que o enunciador questiona como pode estar em cima da árvore. Parece, então, que o próprio psicótico estranha os signos que o invadem antes deles serem sistematizados na metáfora delirante e tornarem os elementos discursivos que fazem o neurótico, posteriormente, estranhar.

Devido à falha de um ponto de convergência simbólica do sentido nas enunciações/textos de psicóticos, a transmissão do saber ou a tentativa de construção dialógica entre os interlocutores psicótico e neurótico se dá através da predominância imaginária. Dessa forma, não podemos afirmar que tenha sido possível a instalação de um enigma que favoreça no texto diferentes possibilidades interpretativas. Nestas condições, os textos/enunciações têm como característica descrever algo da vivência do sujeito de forma muito direta e concreta. É possível reconhecer as marcas linguísticas utilizadas pelos sujeitos de linguagem, porém com a dificuldade de interpretar o conteúdo que compõe as enunciações/texto.

As análises linguísticas que consideram a sistematicidade da língua, prioritariamente, não dão conta de adentrar na falha estrutural da significação decorrente da falha da função significante. Em outras palavras, realizar um estudo morfológico, gramatical e lexical de um texto cuja estrutura se reporta à metáfora delirante

sem considerar o Real da linguagem é comprometer a própria análise.

Transitar pela heterogeneidade da linguagem, conforme discutido no segundo capítulo, teve a intenção de demonstrar que se o Real está inscrito na linguagem e é responsável pela marca irrepresentável que a constitui, nas psicoses, o traço irrepresentável se desvela de maneira específica dificultando as análises linguísticas no qual se trabalha com a primazia do Simbólico.

No texto/discurso produzido sobre a égide do Simbólico, o Outro é sempre um lugar terceiro que possibilita ao Eu do enunciador encontrar-se com a alteridade TU. As vozes de um e de outro se entrelaçam e se separam quando o Outro está inscrito nos dois como o lugar da linguagem. O Outro se assemelha ao ELE como uma posição terceira na relação EU-TU. Essa dimensão do Outro que reporta as diferentes vozes que marcam o texto, encontramos nos estudos de Bakhtin (2005), quando analisa a obra de Dostoiévski e afirma que o autor tinha o dom de auscultar o diálogo de sua época, captar as vozes isoladas, as relações dialógicas entre as vozes. O interesse de Bakhtin era criticar o mundo monológico das ideias ou qualquer orientação teórica que não incluísse o outro como uma voz que constitui a pluralidade e a polifonia. As posições filosóficas e linguísticas do autor deixam clara a presença do Outro na construção dialógica e nas marcas textuais, conforme se observa na obra de Dostoiévski. Porém, deve-se considerar que embora Bakhtin tenha contribuído aos estudos do Outro e das vozes que constrói a realidade polifônica, ele não considera o inconsciente da psicanálise e muito menos o Real lacaniano. No entanto, entendemos como fundamental considerá-los quando se toma um texto ou uma obra para análise, ou melhor, quando se volta à obra para identificar as marcas das vozes do Outro inscritas no texto.

Consideramos que o estudo realizado pelo autor na obra de Dostoiévski se realiza sobre a primazia do Simbólico. As vozes que circulam pela obra se ancoram num ponto de significância que possibilita o autor navegar pela dialogia, diferente do que acontece quando se toma as vozes imaginárias tecidas pelo real, nas psicoses.

No campo da Polifonia, desenvolvido por Bakhtin (2005), se constata também, conforme já destacado acima, a soberania do

simbólico tecendo as vozes e a construção dialógica. Para o autor a palavra é produto da relação recíproca entre os falantes, sendo o Eu construído na relação com o Eu do Outro, e sendo esse constituído por aquele.

Tanto quanto se toma o campo da intertextualidade restrita, quanto da polifonia, o Real não é convidado a ocupar um lugar que faz buraco ao sentido. Esse buraco do sentido é especialmente mostrado pelos signos do real durante o trabalho de produção discursiva nas psicoses. Supomos que essa constatação possa ser considerada pela linguística, contribuindo assim, para os novos estudos nessa área com sujeitos que se encontram com suas capacidades simbólicas comprometidas.

Koch (2003, p. 30) afirma que

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

O sentido para a autora não está no texto, mas se constrói a partir dele, durante a interação. Nesta perspectiva, a interação entre os interlocutores considera a capacidade simbólica dos sujeitos. Isso fica evidente quando é problematizado o campo da intertextualidade sem considerar o Real da linguagem, haja vista a discussão da autora sobre a intertextualidade em sentido restrito que considera os seguintes elementos: a relação entre conteúdo e forma/contéudo; a intertextualidade implícita e explícita; e a intertextualidade das diferenças e semelhanças. Assim, a manifestação da intertextualidade tende apontar para a construção da coerência textual.

Devido a esse fato, problematizamos no início deste livro o campo da Análise do Discurso de orientação francesa como um campo fértil de análise que considera a falha estrutural do sentido devido à inscrição do Real na linguagem. E isso faz toda a diferença quando o pesquisador se debruça sobre os textos/enunciações nas

psicoses e articula o fenômeno do estranho-familiar às dimensões linguísticas e pré-linguísticas inscritas na linguagem.

Nessa perspectiva, o campo da Análise de Discurso de orientação francesa pode em muito contribuir para novos achados em torno da problemática das produções discursivas nas psicoses, uma vez que estabelece no interior dela mesma uma abertura às diferentes concepções teóricas e metodológicas, ou melhor, uma abertura a heterogeneidade da linguagem na medida em que a concebe esburacada de sentido conforme afirmação descrita anteriormente por Pêcheux (1978), no texto intitulado: *Só há causa daquilo que falha*. Nesse texto, o autor lamenta o fato de levar tão a sério a ilusão de um ego – sujeito – pleno, e reconhece o Outro vazado que resiste à totalização e a uma realização plena. Essa constatação nos parece imprescindível tanto para as pesquisas sobre os estudos da linguagem de uma maneira geral, quanto para os estudos sobre as produções discursivas nas psicoses, de forma particular.

5.5. O que se estranha, se transmite e se produz dialogicamente com o outro quando os discursos/ textos são efeitos da metáfora *sinthomática*.

Discutimos no item 5.3 a estranheza e a familiaridade nas enunciações pré-linguísticas mostradas pelos sujeitos psicóticos que estão presos aos efeitos da língua materna. Os sons e as letras que emergem deles são destituídos de significações, convocando-nos a articular esse signo com os efeitos do Real sobre o sujeito. No item 5.4 foi possível problematizar a estranheza e familiaridade na produção textual onde a construção da metáfora delirante possibilitou o sujeito na psicose organizar um saber singular e transmiti-lo através da escrita. Nessas duas possibilidades de produções de enunciações e textos, pensamos que é imprescindível para análise recorrer à dimensão do Real laciano e pensarmos nele esburacando o sentido na linguagem e, como consequência, mostrá-lo através dos signos pré-linguísticos.

Nesta parte retomaremos as discussões sobre o fragmento clínico para discutir como foi possível a construção de uma metáfora “*sinthomática*”.

No caso José, a construção da metáfora *sinthomática* foi precedida dos registros de signos bélicos nos desenhos. Os signos bélicos que antes eram mostrados através da vivência da batalha no corpo próprio foram deslocados para os desenhos como primeiras tentativas de escrita da vivência da psicose. Nesse contexto, signos pré-linguísticos deixam de ser sistematizados numa metáfora delirante para se organizar numa metáfora que de alguma forma foi tecida pela dimensão simbólica do significante paterno. José confronta e concilia os desejos de pai e de filho, produzindo uma história em quadrinhos em que os personagens ocupam lugares distintos de pai e de filho e ambos se reconhecem nesses lugares. Assim, a vivência da batalha psicótica retratada pelos signos bélicos pôde aceder à batalha do desejo. Agora cada um pode ocupar um lugar específico: o de pai e o de filho, sem um se sobrepor ou anular o desejo do outro.

Ao retratar o momento do show, os diferentes personagens aparecem para falar do seu desejo musical. O filho ganha o concurso de bandas e é reconhecido pelo locutor e organizador do show e canta uma canção pedida pelo pai.

Diferentemente das vozes imaginárias que proliferam na metáfora delirante e dificulta a construção dialógica do enunciador com o outro do discurso, na construção da metáfora *sinthomática* as vozes estabelecem um diálogo, confrontam-se e se posicionam, permitindo a circulação do desejo de cada um e, conseqüentemente, transmitindo o enigma da letra, uma mensagem que não se transmite toda, semelhante à mensagem da carta roubada de Edgar Alan Poe.

Ressalta-se que a escolha do gênero textual “história em quadrinhos” foi significativa por dois motivos: a) o primeiro é um gênero que reúne as habilidades plásticas (o desenho) e as habilidades da escrita dialogada entre personagens, sugerindo uma complexidade específica para sua elaboração; b) o segundo que a escolha de José sugere a necessidade de reunir num mesmo gênero textual os diferentes signos que antes foram expressos de forma desarticulada. Vale lembrar que no início eram riscos e rabiscos e, só posteriormente, nasceu o texto mais elaborado. A história em quadrinhos nasceu da conjugação de signos linguísticos e pré-linguísticos antes dispersos.

Interpretamos a “história em quadrinho” como uma metáfora *sinthomática*, por ser este o recurso utilizado por José para não sucumbir à força do Real utilizando os signos para compor um texto significativo. Isso só foi possível porque em José habitava a dimensão estrangeira do sujeito. A saber, um lugar outro no próprio sujeito que o possibilita transitar entre a realidade interna e a realidade compartilhada, como faz o neurótico.

Esse lugar outro que habita a subjetividade é o inconsciente – o estrangeiro de si mesmo. A instauração desse lugar estrangeiro no próprio sujeito tem um efeito direto nas produções discursivas. Com frequência é possível realizar uma análise textual levando em consideração as diferentes estratégias de processamento textual discutidos pelos autores como Koch (2003) e Van Dijk (1983). Para eles, a estratégia que o autor faz para produzir um texto depende não só das características textuais, mas também dos objetivos, convicções e conhecimento de mundo, tanto o enciclopédico quanto do conhecimento mais abstrato e geral. O interlocutor, ao se utilizar da língua para enunciar algo, inevitavelmente articula as estratégias cognitivas às de conhecimentos mais geral em contextos diversos.

Segundo Marcuschi (1983), os fatores de coesão se encontram na superfície do texto, permitindo estabelecer relações de sentido entre seus elementos linguísticos. Os fatores de coerência textual segundo Koch (2003), “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”.

O trabalho de coesão e coerência textual no campo da linguística considera *a priori* a ideia da construção de sentidos compartilhados com o outro para que o processo de interação textual aconteça. Para tal finalidade, consideramos o mecanismo do recalque como um operador necessário na subjetividade responsável pela possibilidade das produções simbólicas e, como consequência, pelas construções de sentidos compartilhados.

Esse operador, ao demarcar os lugares do consciente e do inconsciente, demarca também os lugares do linguístico e do pré-linguístico, do sentido e do não-sentido. Trazer o eixo do sentido para balizar as análises de processamento e estratégias textuais nos parece um caminho possível, porém advertimos que esse eixo não

responde as investigações em torno da problemática das produções discursivas nas psicoses, exceto quando se constata a construção de metáforas *sinthomáticas*. O fato de o real se mostrar velado no texto possibilita realizar uma análise linguística propriamente dita e interagir com as diferentes vozes simbólicas que se posicionam e afirmam seu desejo, conforme expresso na história em quadrinhos de José.

Diante do exposto, constatamos que os efeitos do estranho-familiar advindas das metáforas *sinthomáticas* estão diretamente articulados a certo apaziguamento das forças do Real pela as Simbólicas.

Nessas condições, o neurótico é capaz de experimentar certa familiaridade com o texto *sinthomático*. E isso se deve ao fato de que nas metáforas *sinthomáticas* terem sido possível a inscrição de um significante paterno que estabilizou a estrutura do sujeito sem o recurso do delírio. Na história em quadrinhos, José faz uso da língua articulando os léxicos, a gramática, aos diferentes sentidos e vozes outras, circunscrita em um gênero textual específico.

A dimensão estrangeira permanece, mas num lugar outro constituído pelos diferentes signos pré-linguísticos e pelo desejo que move o texto num trabalho permanente de construção e reconstrução.

Na metáfora *sinthomática* o texto se torna móvel, se constrói e se desconstrói a todo o momento, uma vez que o Real da linguagem funciona como um furo ao sentido, possibilitando o trabalho interminável da enunciação. Na perspectiva de Willemart (2002, p. 77), o texto é móvel, pois o sujeito-escritor não é só o da consciência, mas, sobretudo, marcado pelos registros lacanianos do Real, do Imaginário e do Simbólico.

submete o escritor, feminiza-o, dá a ele esse 'odor de femina', inicia sua trajetória bem antes de chegar à página; leva-o aonde não queria, obriga-o a dar mil votas ou bifurcações e, freqüentemente, conduz a narrativa, sem que ele perceba. Em outras palavras, o texto móvel vai forçar o escritor a descobrir aos poucos o caminho da escritura e a administrar o pedaço do Real envolvido no texto móvel. O registro do Real, segundo Lacan, compreende toda a

realidade não falada ou não traduzida em símbolos, mas o artista tem a força de apreender um pedaço dele por meio o exercício de sua arte, o *poien* de Valéry.

Devido a esses registros, adiciona-se o imprevisível ao previsível. O escritor no trabalho de construção de sua obra abre uma porta para se deixar guiar por ela. Ele é impulsionado a iniciar um trabalho, sem nenhuma garantia de onde irá chegar. Ele é motivado a realizar seu trabalho devido ao gozo que faz parte do registro do Real.

O gozo faz parte do registro do Real e motiva qualquer atividade humana, mas, atravessando a escritura, isto é, submetendo-se à sintaxe, ao léxico, à tradição, aos ditados dos terceiros, o escritor vai além e tenta entender e tornar inteligível, o pedaço de gozo contido no texto móvel. Assim, ele revela novos elementos que entram no Simbólico (WILLEMART, 2002, p.81).

José navegou pelos labirintos do caos da criação e, *a posteriori*, transformou sua vivência numa escrita significativa. Isto é possível na medida em que os signos pré-linguísticos puderam ser tecidos pela função simbólica e aí nascer o desejo do autor. Tornou-se inteligível um pedaço de gozo que move o texto de José.

Nesse trabalho textual, os manuscritos, rabiscos, enfim, as pegadas deixadas por José, são também os registros da experiência estrangeira-familiar decorrente do trabalho de criação. Dito de outra forma, todos os registros deixados por ele são signos que antecederam a história em quadrinhos. Embora o leitor não tenha acesso, sendo, dessa forma, estrangeira ao escrito final e ao leitor, entendemos que esses signos do real encontram-se velados na história em quadrinhos, não mais se mostrando ao outro da interlocução e/ou leitor, pois ali permanece como força do Real que move o texto para além dele mesmo.

6

Considerações Finais

Instigados pela clínica das psicoses, mais especificamente pelas produções discursivas acolhidas e partilhadas no interior do *setting* psicoterapêutico, constatamos duas questões que foram essenciais para iniciar o presente estudo: a) a primeira, diz respeito a assumir uma posição teórica e metodológica que conceba o sujeito imerso numa rede de linguagens, ou melhor, no campo da heterogeneidade de linguagem. As orientações que tendem a reduzir o sujeito a uma perspectiva teórica corre o risco de adentrar numa superficialidade e ingenuidade que só comprometeria o presente estudo. Nossa posição, embora seja desafiante, pois pode se perder pela heterogeneidade e não conseguir tecer o que se havia proposto, pareceu ser necessária uma vez que são muitos os enigmas e as especificidades sobre as produções discursivas nas psicoses; b) a segunda, que o material clínico, o *corpus* da pesquisa, representado pelos fragmentos discursivos, estão entrelaçados pela subjetividade do pesquisador. Isso é inevitável, uma vez que a experiência da pesquisa foi precedida pela experiência clínica. Essa perspectiva, inclusive, constitui o próprio método da pesquisa psicanalítica. Se para alguns pesquisadores isso pode ser um problema insustentável, para nós é um fator enriquecedor na medida em que admitimos a ilusão na possibilidade de haver um objeto de pesquisa sem a interferência ou influência do próprio pesquisador. Esse fato antes de ser um problema a ser excluído, é um problema a ser integrado ao campo das pesquisas de uma forma geral, e mais especificamente, nas pesquisas onde envolvem o ser de linguagem, as produções discursivas.

Essas constatações iniciais foram o ponto de partida para integrar e articular o que havíamos observado na clínica das psicoses com as orientações teóricas da Psicanálise, da Linguística, da Análise do Discurso de orientação francesa, enfim, tomar o sujeito

e suas produções discursivas entrelaçado pela heterogeneidade da linguagem.

A necessidade de trabalhar com as orientações teóricas psicanalítica e de Análise de discurso que questionam a noção do ego-sujeito-pleno e introduz a dimensão do Real na própria concepção de língua e linguagem, possibilitou discutir nas produções discursivas de sujeitos em vivência psicótica a mostr(ação) do real nas três possibilidades que foram descritas anteriormente: quando o real habita e se assenhora do corpo do sujeito, quando o real é sistematizado pela/na metáfora delirante e quando o real tornou-se velado na metáfora *sinthomática*. Essas três possibilidades de mostr(ação) do real foram articuladas à noção do estranho-familiar e seus efeitos sobre o outro da interlocução.

Se o Real está inscrito na língua e introduz uma falha estrutural na linguagem, estando o Outro sempre esburacado de sentido, caberia então problematizar como ele, o Real, se mostra nas produções discursivas nas psicoses e afeta o outro da interlocução, uma vez que se constata um movimento de se estranhar e excluir o discurso do outro (louco) que muitas vezes não corresponde às orientações lógicas, gramaticais e lexicais da língua usual. E, mais ainda, os recursos encontrados pela Linguística Estrutural e mesmo os estudos sobre a Linguística textual que considera a coerência e coesão textual e pistas de contextualização, parecem não dar conta dos discursos e do próprio objeto textual de sujeitos com graves dificuldades de simbolização. Dito de outra maneira, se não se considera a dimensão irrepresentável da linguagem, o pré-linguístico, corre-se o risco de não se adentrar nas particularidades das produções discursivas nas psicoses uma vez que se sabe que nestas situações os sujeitos se encontram com alteração em sua capacidade simbólica.

Os fragmentos clínicos trabalhados ao longo deste livro discutiram as três situações onde o real se mostra nas produções discursivas. Para tanto, houve a necessidade de tomarmos, de início, uma posição: diferenciar a noção do Real da linguagem do real expresso nas produções discursivas nas psicoses. Fazer essa diferenciação ajudou na problematização dos signos e/ou enunciações que foram observados a partir do *corpus* da pesquisa.

Constatou-se que, quando o real habita e se assenhora do corpo do sujeito, os signos que tomam a cena discursiva são preponderantemente pré-linguísticos. Apresentam-se através de imagens, sons e de letras destituídas ainda de uma função significativa e de nomeação. Os casos de ELIANNNE e VIRG (Virgínia), devido aos seus graves comprometimentos simbólico, foram ilustrativos para se pensar no pré-linguístico, ou melhor, nos signos do real, signo-coisa, tomando a cena discursiva e, mais ainda, mostrando ao outro da interlocução a dimensão estrangeira da linguagem que se encontra recalcada nos neuróticos. Essa apresentação signica das produções discursivas nas psicoses afeta particularmente o outro (neurótico), pois lhe apresenta o irrepresentável da linguagem que para ele (neurótico) está inscrito num lugar estrangeiro, lugar outro – o inconsciente. Esse fato é ilustrativo para se pensar no grande desencontro entre dois sujeitos de linguagem, a saber, de um lado, um (psicótico) regido pela forças do Real e mostrando a olho nu os signos irrepresentáveis, de outro lado, o outro (neurótico), sobre a primazia do simbólico e sendo afetado pela dimensão estrangeira da linguagem que nele está recalcada e/ou forcluída.

Quanto à construção da metáfora delirante, no *corpus* clínico utilizado, observou-se que o real se mostrava, ora se desvelando, ora se velando, no próprio objeto textual. Essa constatação sugere que antes mesmo da sistematização da metáfora delirante, o enunciador estranha a própria vivência em que se encontra. No texto em que o enunciador descreve sua morte, ou melhor, a cena mortífera que culminou na produção do texto, o estranhamento vivenciado pelo enunciador é dissipado e surge uma nova verdade em que o enunciador sistematiza na história que foi relatada, referindo não haver mais dúvidas. O real sistematizado na metáfora delirante possibilitou produções discursivas em que se assemelham às produções discursivas de sujeitos ordenados no referencial simbólico, porém com a diferença de o conteúdo relatado apresentar dificuldades em ser compartilhado pelo outro. A estruturação discursiva, em que se refere aos aspectos formais da língua em uso, estão presentes. Porém, devido ao real ser tecido na própria construção metafórica, impede que o conteúdo sistematizado na metáfora seja compartilhado pelo outro (neurótico). É nesse nível

que se dá o estranhamento. O neurótico estranha a mostr(ação) do real inscrita na metáfora delirante devido ao fato de nele estar inscrito o significante Nome-do-pai.

Na última problematização do real as produções discursivas de José foram significativas para demonstrar a possibilidade de transformação de uma metáfora delirante numa metáfora que foi designada por *sinthomática*, alusiva à noção de *sinthoma* de Lacan. Na metáfora *sinthomática* se constatou que o real não mais se apresentava através de signos pré-linguísticos, tomando a cena discursiva. Ao contrário, houve um certo apaziguamento entre as forças do real e as simbólicas demonstradas através do gênero textual “história em quadrinhos”, onde se observam as articulações sîgnicas entre os elementos plásticos, semióticos (desenho, por exemplo), e os elementos linguísticos propriamente ditos (escrita do texto). Nessa situação específica, o interlocutor não é mais afetado pelo estranhamento dos signos irrepresentáveis advindos da vivência psicótica. Sobressai-se a experiência de familiaridade das produções discursivas entre o interlocutor neurótico e o psicótico que fez sua metáfora *sinthomática*. Hipotetizamos que aqui a função do Real é o de mover o texto para além dele mesmo e, assim, possibilitar entre os interactantes a experiência de gozo com o pedaço de Real que movimenta o texto.

Levando em conta as características estruturais de sujeitos em vivência psicótica, tem-se que considerar a dimensão irrepresentável da linguagem nas produções discursivas, ou melhor, o pré-linguístico. Lembramos que a noção de Real influenciou as transformações ocorridas dentro da Análise do Discurso de orientação francesa, ou seja, da heterogeneidade mostrada e constitutiva e os diferentes estudos que envolvem a Semanálise, considerando o que foi visto sobre o genotexto do simbólico. Essa influência é essencial para os novos estudos dentro da Linguística e da Análise do Discurso, sobretudo quando o interesse dessas disciplinas incidem nos discursos que “fogem do ordinário”. Diferentes estudos são feitos no campo da Literatura envolvendo o tema da loucura, da psicose, etc. As pesquisas sobre a obra de James Joyce são ilustrativas para realçar um autor que através de sua escrita enigmática interpela a Linguística e a Literatura.

A Linguística Textual, influenciada prioritariamente pelo sujeito vygotskiano, em nosso ponto de vista, teria que se confrontar com um problema particular ao tomar as produções discursivas de sujeitos em vivência psicótica: a falha na estrutura simbólica desses sujeitos e a irrupção do pré-linguístico na cena discursiva convoca o pesquisador a adentrar num campo de investigação para além dos elementos cognitivos e de coerência e coesão textual. Conforme descrito, não se observa nessas produções a intenção de se fazer entender ou emitir pistas de contextualização que favoreçam ao outro interactuante facultar a produção de sentidos ou fundear a interação experienciada na própria prática sociocultural. Ao contrário, a língua usada pelo sujeito nas psicoses não tem, *a priori*, a intenção de favorecer a interação e a prática sociocultural.

Enfim, deve-se ter o cuidado no uso de diferentes conceitos que uma disciplina toma emprestado de outra para trabalhar no campo da linguagem. Os conceitos de Outro e outro e de Real no campo da psicanálise lacaniana, e sujeito dividido descrito desde Freud, por serem muito utilizados na Análise do Discurso, influenciando, inclusive, as mudanças operadas no interior dessa disciplina são essenciais para marcar a dimensão inconsciente e irrepresentável da linguagem e para diferenciar da noção de Outro que Bakhtin utiliza, e que é de grande valia para trabalhar a noção de alteridade. Esse autor, devido ao fato de não considerar o conceito de inconsciente, problematiza o Outro numa perspectiva dialógica: o Outro é uma voz inscrita no Eu e vice-versa. Marcar essa diferença conceitual nos ajuda a avançar na perspectiva do Outro sendo a própria linguagem e, mais ainda, a linguagem onde o Real se inscreve, impossibilitando ao sujeito de discurso a produção de um sentido pleno.

Acolher a falha estrutural do sentido inscrito no Outro (na Linguagem), paradoxalmente, contribui tanto para delimitar as especificidades dos discursos que nomeamos como neuróticos, psicóticos e perversos, quanto para nos certificarmos da existência no ser de linguagem da inscrição de signos irrepresentáveis que compõem um caleidoscópio de imagens: um tipo de escrita.

Nas produções discursivas nas psicoses, esta escrita se mostra ao outro(semelhante). É o pré-linguístico que está inscrito

no ser de linguagem e é isso que favorece a experiência da estranha-familiaridade entre os interactantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOUCH, J. **Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar.** Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.

AMATI-MEHLER, J., ARGENTIERI, S., CANESTRI, J., **A Babel do Inconsciente: Língua Materna e Línguas Estrangeiras na Dimensão Psicanalítica.** Rio de Janeiro: Imago, 2005.

ARRIVÉ, M. **Linguagem e Psicanálise Linguística e Inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan.** Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ASSOUN, P. **Metapsicologia freudiana: uma introdução.** Tradução Dulce Duque Estrada. Revisão Marcos Comaru. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

AULAGNIER, P. **Um intérprete em busca de sentido- II.** Tradução Regina Steffen. São Paulo: Escuta, 1990.

AUTHIER-REVUZ, J. **Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours.** D.R.L.A.V 26-Paris: Centre de recherche de l'université de Paris VIII, 1982.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BRANDÃO, R. S. A vida escrita: os impasses do escrever. In: Giovanna Bartucci(org.). **Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação.** Rio de Janeiro: Imago, 2001. Cap.5. p. 145 – 170.

BODEL, R. **As lógicas do delírio: Razão, Afeto, Loucura.** Bauru, SP: EDUSC, 2003

CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CHATELARD, Daniela Scheinkman. (2005) **O conceito de objeto na psicanálise: do fenômeno à escrita.** Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CHALHUB, S. **Animação da escrita: ensaio de psicanálise e semiótica aplicada.** São Paulo: Hacker Editores: FAPESP, 1999.

COSTA, A. **Corpo e Escrita**: Relações entre memória e transmissão de experiência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DÖR, J. **Introdução à leitura de Lacan**: O inconsciente estruturado como linguagem. Tradução de Carlos Eduardo Reis. Supervisão e revisão técnica por Claudia Corbisier. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FÉDIDA, P. **Nome, figura e memória**: a linguagem na situação psicanalítica. Tradução Martha Gambini e Claudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1991.

FLORES, V. **Linguística e psicanálise**: Princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

FLORES, V. ; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FREIRE, M. M. **A escritura psicótica**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

FREUD, S. O recalque. In: FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 14. p. 165-182.

_____. O inconsciente. In: FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 14. p. 185-234.

_____. Além do princípio de prazer. In: FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 13. p. 13- 85.

GARCIA-ROZA, L. A . **Freud e o inconsciente**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

KADOTA, Neiva Pitta. (1999) **A escritura inquieta: linguagem, criação, intertextualidade**. São Paulo: Estação liberdade.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A Inter-ação pela linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Tradução Maria Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **As novas doenças da alma**. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. **Introdução à Semanálise**. Tradução Lúcia Helena França Ferraz. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Sentido e contra-senso da revolta: poderes e limites da psicanálise I**. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LIMA FILHO, I A . **A construção do discurso nas psicoses: da vivência para a experiência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Recife, 2003.

LACAN, J. **O Seminário: livro 3 as psicoses**. Tradução Aluisio Pereira de Meneses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985[1955-1956].

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998[1901-1981]. Cap. 4. p. 496-533.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998[1901-1981]. Cap. 5. p. 537-590.

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998[1901-1981]. Cap. 2. p. 96-103.

_____. Seminário XXIII Le Sinthome 1976 (inédito)

_____. Seminário sobre a carta roubada, In **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAIA, S. **Os escritos fora de si: Joyce, Lacan e a Loucura**. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001..

MARIANI, Bethânia (Org). (2006) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos: Editora Claraluz.

MELMAN, C. **Retorno a Schreber**: Seminário 1994-95 – Hospital Henri Rousselle Paris. Porto Alegre: CMC, 2006

MEZAN, R. **Freud: A trama dos conceitos**. 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MENEZES, L. C. Um episódio de Unheimliche na clínica. In: Koltai, C. (org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta, 1998. p. 121-126.

NICOLAÏDIS, N. **A Representação**: ensaio psicanalítico. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1989.

- NOVAES, M. **Os dizeres nas esquizofrenias: uma cartola sem fundo**. Tese de doutorado. Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1995.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- POSSENTI, S. O dado dado e o dado dado. In: Pereira de Castro, Maria Fausta. **O Método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- QUEIROZ, E.F. **Trama do Olhar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- QUILICHINI, J. O Significante, a letra e o objeto: articulações. In: Charles Melman (et. al). **O Significante, a letra e o objeto**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. Cap. 1. p. 7-14.
- QUINET, A. **Teoria e Clínica da Psicose**. 2.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- RIBEIRO, B.T; GARCEZ, P.M. **Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso**. Porto Alegre: AGE editora, 1998.
- REGO, C. M. **Traço, letra, escrita: Freud, Derrida, Lacan**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São paulo: Cultrix, 1975
- SALLES, C. A . **Crítica Genética: uma (nova) introdução**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.
- SCHÄFFER, Margareth; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (orgs.) (2002) **Aventuras do Sentido: psicanálise e linguística**. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SCHÄFFER, Margareth; FLORES, Valdir do Nascimento. (2005) O que fala o psicótico? A pesquisa interdisciplinar no estudo da psicose. **Aletheia**, Porto Alegre – nº 22, p. 89-100
- SOUZA, E. L. A. Totumcalmum. A condição de exílio da escrita. In: Giovanna Bartucci(org.). **Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Cap. 6. p. 171-184.
- SOUZA FILHO, A. A. A metáfora paterna. In: CHECCHINATO, D. *et al.* **A clínica da psicose**. Campinas, SP: Papirus, 1988. p. 65 – 101.
- TEIXEIRA, M. **Análise de Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

WILLEMART, P. Como se constitui a escritura literária? In: Zular, R. **Criação em processo: ensaios de crítica genética**. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 73-93.

_____ **Além da Psicanálise: a literatura e as artes**. São Paulo: Nova Alexandria: FAPESP, 1995.

ZOLTY, L. Observações psicanalíticas sobre as psicoses. In: NASIO, J.D. **Os grandes casos de psicose**. Tradução Vera Ribeiro. Revisão técnica Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Cap. 2. P. 35 – 39.

Produção discursiva nas psicoses
Ivo de Andrade Lima Filho

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 – Várzea
Recife | PE | CEP: 50.740-530 | Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930

www.ufpe.br/editora • edufpe@nlink.com.br • editora@ufpe.br

O diálogo entre a Psicanálise e a Linguística vem sendo tecido pelo autor ao longo de vários anos. Sempre atento à produção discursiva dos psicóticos, conseguia ver nos seus modos inusitados de enunciar a heterogeneidade própria do sujeito da linguagem e do inconsciente. Este trabalho, a nosso ver, encerra um ciclo de reflexão sobre os recursos linguísticos adotados pelos psicóticos quando em situação de desenodamento do princípio de realidade.

Edilene Freire de Queiroz

Psicanalista

Profª da Universidade Católica de Pernambuco

A comunicação estranha, o diálogo que incomoda, a fala que subverte são as provas de uma realidade que falha de modo constitutivo. O equívoco é condição de existência da língua e do sujeito; e quando este equívoco assume a face de resistência, é preciso encontrar o seu lugar sob pena de não se saber de que forma se produz sentido, de que modo os seus efeitos transbordam, de maneira os trajetos das ressignificações são traçados... Ivo de Andrade Lima Filho, com uma já larga experiência no *setting* clínico, vai fundo nestas questões tão caras à Psicanálise e à Análise do Discurso, ao tratar da heterogeneidade da linguagem, sob uma ótica lacaniana.

Virgínia Leal

Analista de Discurso

Profª do Departamento de Letras da UFPE

